

OS GRUPOS ESCOLARES

MEMÓRIAS,
TRAJETÓRIAS E CULTURAS

JOSÉ EDIMAR DE SOUZA
(ORG.)



FAPERGS

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul



CNPq

**OS GRUPOS ESCOLARES: MEMÓRIAS, TRAJETÓRIAS E
CULTURAS**

OS GRUPOS ESCOLARES

MEMÓRIAS,
TRAJETÓRIAS E CULTURAS

José Edimar de Souza
(Org.)

PACO  EDITORIAL

Conselho Editorial

Profa. Dra. Andrea Domingues
Prof. Dr. Antônio Carlos Giuliani
Prof. Dr. Antonio Cesar Galhardi
Profa. Dra. Benedita Cássia Sant'anna
Prof. Dr. Carlos Bauer
Profa. Dra. Cristianne Famer Rocha
Prof. Dr. Cristóvão Domingos de Almeida
Prof. Dr. Eraldo Leme Batista
Prof. Dr. Fábio Régio Bento
Prof. Dr. Gustavo H. Cepolini Ferreira
Prof. Dr. Humberto Pereira da Silva
Prof. Dr. José Ricardo Caetano Costa

Prof. Dr. José Rubens Lima Jardimino
Prof. Dr. Juan Droguet
Profa. Dra. Ligia Vercelli
Prof. Dr. Luiz Fernando Gomes
Prof. Dr. Marco Morel
Profa. Dra. Milena Fernandes Oliveira
Prof. Dr. Narciso Laranjeira Telles da Silva
Prof. Dr. Ricardo André Ferreira Martins
Prof. Dr. Romualdo Dias
Profa. Dra. Rosemary Dore
Prof. Dr. Sérgio Nunes de Jesus
Profa. Dra. Thelma Lessa
Prof. Dr. Victor Hugo Veppo Burgardt

©2023 José Edimar de Souza

Direitos desta edição adquiridos pela Paco Editorial. Nenhuma parte desta obra pode ser apropriada e estocada em sistema de banco de dados ou processo similar, em qualquer forma ou meio, seja eletrônico, de fotocópia, gravação, etc., sem a permissão da editora e/ou autor.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

G935

Os grupos escolares : memórias, trajetórias e culturas / organização José Edimar de Souza. - 1. ed. - Jundiaí [SP] : Paco, 2023.

148 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-462-2573-6

1. Educação - Brasil - História. 2. Escolas - Brasil - História. 3. Escolas - Aspectos culturais - Brasil. 4. Prática de ensino. I. Souza, José Edimar de.

23-87380

CDD: 370.71
CDU: 37(09)(81)

Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

PACO  EDITORIAL

Av. Carlos Salles Block, 658
Ed. Altos do Anhangabaú, 2º Andar, Sala 21
Anhangabaú - Jundiaí-SP - 13208-100
11 4521-6315 | 2449-0740
contato@editorialpaco.com.br

Foi feito Depósito Legal

SUMÁRIO

O QUADRO DE FORMATURA DO GRUPO ESCOLAR DE CAMPO BOM: UM MODO DE APRESENTAR	7
<i>Prof. Dr. José Edimar de Souza</i>	

PREFÁCIO TANTOS ANOS JÁ CORRIDOS... MEMÓRIA SOBRE A ESCOLA PRIMÁRIA	13
<i>Profa. Dra. Elizabeth Figueiredo de Sá</i>	

I – MEMÓRIAS DOS TEMPOS DE ESTUDANTE

1. “CONTAR É MUITO DIFICULTOSO”: TRECHOS DE UM MEMORIAL... TRECHOS DA ESCOLARIZAÇÃO EM UM GRUPO ESCOLAR NA CIDADE DE PELOTAS, RS (1972 A 1975)	19
<i>Giana Lange do Amaral</i>	

2. LEMBRANÇAS QUE LEMBRAM: “QUINCAS”, MEU GRUPO ESCOLAR JOAQUIM CAETANO DA SILVA	37
<i>Carlos José de Azevedo Machado</i>	

3. GRUPOS ESCOLARES: “O MAIS PERTO QUE SE TINHA NA ÉPOCA, DE DEMOCRATIZAÇÃO E UNIVERSALIZAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA”	53
<i>Luciane Sgarbi S. Grazziotin</i>	

**4. DA ESCOLINHA RURAL ISOLADA AO GRUPO
ESCOLAR: MEMÓRIAS, ESCRITAS E IMAGENS 63**

Zita Rosane Possamai

**5. A GAVETA DOS GUARDADOS: MEMÓRIAS
DE UMA ESTUDANTE 81**

Lucila Guedes de Oliveira

**II – MEMÓRIAS EM TORNO DAS TRAJETÓRIAS E
PRÁTICAS DOCENTES**

**6. PLANEJAR AULAS PARA UM CORRETO
PROCEDER: O CADERNO DE PLANEJAMENTO
DE UMA PROFESSORA DE UM GRUPO ESCOLAR
(CAMAQUÁ, RS – 1957) 93**

Maria Teresa Santos Cunha

**7. GRUPOS ESCOLARES E CIA NAS MEMÓRIAS
DE UMA DOCENTE 111**

Lucila Maria Sgarbi Santos

**8. LEMBRANÇAS DE BREVES PERCURSOS PELO
GRUPO ESCOLAR RUI BARBOSA 121**

Rosa Lydia Teixeira Corrêa

**POSFÁCIO
REMEMORAÇÃO E OPERAÇÃO
HISTORIOGRÁFICA: DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO
DE NARRATIVAS DO PASSADO SOBRE OS
GRUPOS ESCOLARES 137**

Prof. Dr. Fernando Ripe

SOBRE AUTORES 143

O QUADRO DE FORMATURA DO GRUPO ESCOLAR DE CAMPO BOM: UM MODO DE APRESENTAR

É contando histórias, nossas próprias histórias, o que nos acontece e o sentido que damos ao que nos acontece, que nos damos a nós próprios uma identidade no tempo. (Larrosa, 2001, p. 69)

É pela narrativa que o passado adquire um sentido prático, pelo qual conseguimos acessar representações significadas nas ações empreendidas no tempo. É desse modo que conhecemos um pouco do passado vivido, da tomada de decisões e das escolhas da vida cotidiana. Chartier (2011, p. 22) assinala que não estamos imunes aos perigos da ego-história, “[...] que, muito frequentemente, fez relatar sem método vidas sem história.” Nesse sentido, a partir de escolhas conscientes ou inconscientes é que partilhamos nosso encontro com a pesquisa, a extensão e o ensino como uma proposta de significar para refletir sobre a relação entre as nossas experiências e o ato de narrar.

Como estudante da Escola Estadual de 1º Grau Ildefonso Pinto, de Campo Bom, ingressei na escola no ano que completaria 5 anos de idade, na classe do Jardim de Infância, em 1985. Lembro-me da minha primeira professora, Gilce, do ambiente da sala com classes muito pequenas, muitos brinquedos, a visita frequente à biblioteca, de não podermos manusear sozinhos os livros. Eu ficava impaciente com isso! Contudo, o que jamais esqueci foi de um quadro de formandos que existia no corredor da Biblioteca. Havia muitos quadros. Um deles me cativou de tal modo, que me perdia na nostalgia das fotografias dos estudantes que ali estavam e que depois de alfabetizado, aprendi o significado da expressão “Grupo Escolar”, que estava monumentalmente estampada na moldura, como se identifica na Figura 1, abaixo:



Figura 1. Quadro de formatura de 1947

Fonte: Zerwes (2004, p. 167).

E para minha surpresa, quando iniciei projetos¹ de pesquisa sobre a história das instituições escolares e, retornei ao educandário onde cursei todo meu curso primário, não encontrei mais aquele quadro de formatura. Esse aspecto reforça a cultura do descarte, de que a história da escola nem sempre é relevante para muitos gestores. Tratava-se de um quadro de madeira, envernizado, com letras douradas e em alto relevo. A imagem da Figura 1, recuperada pela professora Norma Zerwes, no seu livro de memórias, publicado em 2004, foi o registro que consegui e que poderia elucidar as memórias que enredam essa narrativa e que inspiraram a organização desse livro.

A história das instituições perpassa nossas histórias pessoais, de vida e produzem marcas indelévels em nossa trajetória. Passei mais

1. Desde a conclusão do doutorado, em 2015, tenho coordenado projetos sobre a temática da história das instituições educativas. Cito, como exemplo: *Modos de organizar a escola primária no RS (1889-1950): histórias, memórias e práticas educativas* (entre 2017-2019) e *Instituições Escolares No Vale Do Rio Dos Sinos E Na Serra Gaúcha: Práticas E Processos De Escolarização Na Primeira Metade Do Século XX* (entre 2019-2022);

de dez anos da minha vida na Escola Estadual Ildefonso Pinto², lá fiz amizades que seguem até os dias atuais, aprendi a ler e escrever, com um método diferente, conforme as memórias da minha alfabetizadora, professora Laura Jung³, uma escola carregada de “lendas” e de muitas memórias, por ser a primeira escola pública do município, por ser uma escola de referência formativa, pelas muitas autoridades que por ali haviam passado (vereadores, deputados, funcionários públicos, médicos, advogados etc.). Da mesma forma, que minha escola projetou em mim formas idiossincráticas de ser, de estar, de compreender, a ideia de uma obra que pudesse reunir lembranças e contribuir para que as memórias dos grupos escolares pudessem indicar percursos, modos de se constituir e de fazer-se na docência emergiu como um desdobramento dos projetos de pesquisa em andamento⁴.

A obra organizada consiste em evidenciar as memórias de pesquisadores da área da educação, especialmente, aqueles vinculados aos Programas de Pós-graduação em Educação e História e suas memórias da época de estudante e/ou docente em grupos escolares. Embora a ênfase do livro seja o Rio Grande do Sul, o livro compreende um eixo que contempla diálogo com experiências externas ao Estado, mas que de certo modo coadunam com as práticas dos Grupos Escolares de modo mais amplo, com características de escola graduada.

2. O Grupo Escolar de Campo Bom, foi fundado em 1933, originou-se da 15ª Aula Pública Mista de Campo Bom. Mais detalhes sobre a história da escola podem ser acessados em diferentes trabalhos, como exemplo: Souza (2021; 2022).

3. De acordo com entrevistas realizadas com a professora Laura, em 2018, rememora que na década de 1980 muitas metodologias inovadoras de alfabetização estavam sendo implantadas pela Secretaria de Estado de Educação, e na minha turma de 1ª série, em 1987, valeu-se do construtivismo como forma de alfabetização. Um estudo preliminar sobre essas memórias pode ser conferido em Souza, Giacomoni e Belusso (2021).

4. Projetos de investigação financiados pela Fapergs – *Grupo Escolar no Vale do Sinos e na Serra Gaúcha no século XX: histórias, culturas e práticas* – Processo número: 21/2551-0002214-0 e financiado pelo CNPq – *Grupo Escolar no Rio Grande do Sul no século XX: culturas e práticas em perspectiva regional*, processo número: 403268/2021-4.

O primeiro eixo: “Memórias dos tempos de estudante” está constituído por cinco trabalhos de autores de diferentes partes do estado do Rio Grande do Sul. Trata-se de lembranças de experiências vivenciadas em distintas instituições, muitas delas que atravessaram o tempo e se consolidaram como centros educacionais de referência onde foram instaladas. Outro aspecto que se destaca é a própria trajetória das instituições, como argumentam Nosella e Buffa (2013) superam os dados de criação e implantação das escolas e discorrem sobre a evolução, analisando as etapas de escola isolada e a passagem para grupo escolar. Além disso, identificamos que a nomenclatura e as características dos grupos escolares não desaparecem do cotidiano da instituição. Mesmo que a legislação tenha previsto a alteração na designação para Escolas de 1º Grau, em 1971, as legislações estaduais obtiveram um período mais longo para adaptação e readequação no uso dos termos, isso avança a década de 1980 em algumas situações.

O segundo eixo: “Memórias em torno das trajetórias e práticas docentes” é constituído de três artigos, inclusive de trabalhos de outros estados da Região Sul do país. Nesse sentido, as práticas de escolarização são percebidas a partir das representações da cultura escolar produzida no cotidiano dos grupos escolares. E mesmo que a nomenclatura tenha começado a perder seu uso em 1971, identifica-se que os modos de fazer, de ensinar e sobretudo, do que se esperava dos seus professores adentra outras temporalidades e se entrelaça com os percursos de outras gerações. Quantas memórias a estas poderiam ser acrescentadas? Que esta obra possa despertar novos trabalhos, quem sabe desdobrar-se em outras pesquisas... Afinal, a vida das escolas permanece viva em nossas memórias, que possamos aprender com essas narrativas que a história da escola pública é um processo e que a cidadania é um horizonte de chegada no perscruto de escola de qualidade para todos.

Nesse sentido, o convite é para que ao se debruçar na leitura deste trabalho se passa perceber memórias e experiências vivenciadas no interior dos grupos escolares, possibilitando ampliar a com-

preensão sobre as práticas e as culturas de escolarização no curso primário, em âmbito local/regional no espaço urbano ou rural.

Campo Bom-RS, agosto de 2023.

Prof. Dr. José Edimar de Souza⁵
Universidade de Caxias do Sul (UCS)

Referências

CHARTIER, Roger. Apêndice: Aula Inaugural do Collège de France. *In*: ROCHA, João Cezar de Castro (org.). **Roger Chartier**. A força das representações: história e ficção. Chapecó, SC: Argos, 2011.

LARROSA, Jorge. **Pedagogia profana**: danças, piroetas e mascaradas. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares**: por que e como pesquisar. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2004.

SOUZA, José Edimar de. **Grupos escolares no Rio Grande do Sul**: escolarização primária em perspectiva regional no século XX. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2022.

SOUZA, José Edimar de. Os processos de constituição dos Grupos Escolares em Campo Bom, Sapiranga e Novo Hamburgo/RS (1930-1934). **História & Ensino**, v. 27, n. 2, p. 239-265, 2021.

5. Graduado em História, em Pedagogia, em Geografia, bacharel em Biblioteconomia. Mestre e doutor em Educação, com estágio de pós-doutorado em Educação. Professor e pesquisador da área de Humanidades e dos programas de pós-graduação em Educação e em História da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Pesquisador PqG Gaúcho. Membro da diretoria da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras (ANPHCTB), gestão 2021-2023. Membro da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação (Asphe) gestão 2021-2023. Membro titular do Comitê de Assessoramento da Fapergs (2022-2024). Consultor *ad hoc* titular da Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (SICT). Vice-líder do Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (Grupheim). E-mail: jesouza1@ucs.br.

SOUZA, José Edimar de; GIACOMONI, Cristian; BELUSSO, Gisele. Um modo de alfabetizar: memórias da trajetória da professora Laura Jung na Escola Ildfonso Pinto de Campo Bom/RS (1974-1996). *In*: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO CRICIÚMA, 4., 2021, Criciúma. **Anais eletrônicos** [...] Criciúma, 2021, p. 104-114.

ZERWES, Norma. **Lembranças de um percurso de vida**. Papuesta: Campo Bom, 2004.

PREFÁCIO
TANTOS ANOS JÁ CORRIDOS... MEMÓRIA SOBRE A ESCOLA
PRIMÁRIA

*Minha escola primária, fostes meu ponto de partida,
dei voltas ao mundo.*

Criei meus mundos...

*Minha escola primária. Minha memória reverencia, minha
velha Mestreira.*

*Nas minhas festivas noites de autógrafos, minhas colunas de jor-
nais e livros, está sempre presente minha escola primária.*

Eu era menina do banco das mais atrasadas.

(Cora Coralina)

Rememorar a escola primária nos evoca sentimentos controversos, pois, para alguns, a experiência foi coberta de descobertas e alegrias e, para outros, de muitos desafios e sentimentos que vêm à tona na idade adulta quando, mesmo diante da notoriedade, como no caso de Cora Coralina, *no brilho das noites de autógrafos*, a lembrança da sua infância vem à mente e *volta a ser Aninha, a menina do banco das mais atrasadas*.

Como para a poetiza, para muitos foi a escola primária *o ponto de partida*, aquela experiência que marcou sensivelmente e contribuiu para o que se tornaram na vida adulta. Assim, para trazer a lume suas experiências na escola primária, foi preciso que os autores remexessem suas memórias guardadas, pouco frequentadas, e deixassem vir à baila sentimentos, imagens, cheiros e sons de suas infâncias nos bancos escolares. “Não é um reviver, mas re-fazer. É reflexão, compreensão do agora a partir de outrora; é sentimento, reparação do feito e do ido, não sua mera repetição” (Chauí, 1995, p. 20).

Assim, memórias e sentimentos recheiam as páginas dessa obra, que trata sobre as narrativas de experiências nos grupos escolares escritas por seus atores, estudantes e docentes, trazendo novos ele-

mentos para a compreensão dessa modalidade escolar tão pesquisada na história da educação.

Cabe ressaltar que os grupos escolares foram objetos de pesquisa no campo da História da Educação desde os fins do século XX até os dias atuais, devido à sua importância, contrapondo-se à escola unidocente, como a da mestra Silvina onde estudou Cora Coralina, na qual não havia: *Nem recreio, nem exames. Nem notas, nem férias. Sem cânticos, sem merenda... Digo mal – sempre havia distribuídos alguns bolos de palmatória.*

O grupo escolar surge como símbolo de excelência da educação, pois pressupunham alunos classificados e agrupados o mais homogeneamente possível, em função da sua idade e conhecimentos; a substituição do método individual pelo simultâneo; uma nova estrutura física escolar; organização do tempo, com calendários e horários estabelecidos previamente; uma complexidade maior dos saberes curriculares; e novas funções, como a da direção escolar.

No Brasil, esse modelo escolar iniciou em São Paulo (1894) quando foi criada a Escola Normal Caetano de Campos, contando com a Escola Modelo anexa e o Jardim de Infância, que funcionaram como laboratório para os normalistas. A experiência frutificou e, após sua implantação no sistema educacional paulista, disseminou nos demais estados brasileiros: “para o Rio de Janeiro (1897); Maranhão e Paraná (1903); Minas Gerais (1906); Bahia, no Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Santa Catarina (1908); Mato Grosso (1910); Sergipe (1911); Paraíba (1916) e Piauí (1922)” (Vidal, 2006, p. 7).

Deste modo, o percurso da história educacional de alguns estados brasileiros nos permite vislumbrar a contundente influência dos grupos escolares no final do século XIX e nas primeiras décadas do XX, envolvida pelo discurso da modernidade e do progresso social e com o intuito de conferir à população uma educação formadora de homens úteis à sociedade. Este movimento, que se desenvolveu na maior parte dos países europeus e nos Estados Unidos da América, subsistiu no Brasil até 1971, quando a Lei n.º 5.692 extinguiu os grupos escolares.

Tantos anos já corridos...
Tantas voltas deu-me a vida...

E aqui, nessa obra, podemos vislumbrar não somente a história dessas instituições escolares, que ao longo de sua existência foram considerados modelos de *escola de verdade* (Tyack; Cuban, 1995), como o seu interior por meio da memória de seus egressos: Gianna Lange do Amaral, Carlos José de Azevedo Machado, Luciane Sgarbi S. Grazziotin, Zita Rosane Possamai e Lucila Guedes de Oliveira; e de seus professores: Maria Teresa Santos Cunha, Lucila Maria Sgarbi Santos e Rosa Lydia Teixeira Corrêa.

Assim, temos aqui uma obra de grande relevância para os estudiosos da história da infância e da educação. A sua leitura certamente será instigante e possibilitará adentrar no cotidiano escolar.

Cuiabá-MT, agosto de 2023.

*Profª. Dra. Elizabeth Figueiredo de Sá*⁶
Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)

Referências

CHAUI, Marilena. O trabalho da Memória. *In*: BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade**: Lembrança de Velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 17-33.

6. Pedagoga, mestra em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (2000) e doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (2006). Participou do estágio de doutoramento na Universidade do Porto (2004). Em 2009 concluiu o pós-doutorado na Faculdade de Educação da USP e em 2018 concluiu o pós-doutorado na Universidade Federal de Uberlândia. É líder do Grupo de Pesquisa História da Educação e Memória (GEM-IE-UFMT). E-mail: elizabethfsa1@gmail.com.

CORALINA, Cora. A Escola da Mestra Silvina. *In*: CORALINA, Cora. **Poema dos Becos de Goiás e outros**. 1. ed. São Paulo: Editora Global, 2012, p. 37-42.

TYACH, David; CUBAN, Larry. **Tinkering toward Utopia**: a century of public school reform. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1995.

VIDAL, Diana Gonçalves. Tecendo História (e recriando memória) da escola primária e da infância no Brasil: os grupos escolares em foco. *In*: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Grupos escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas: Mercado de Letras, 2006, p. 7-20.

1 – MEMÓRIAS DOS TEMPOS DE ESTUDANTE

1. "CONTAR É MUITO DIFÍCULTOSO": TRECHOS DE UM MEMORIAL... TRECHOS DA ESCOLARIZAÇÃO EM UM GRUPO ESCOLAR NA CIDADE DE PELOTAS, RS (1972 A 1975)

Giana Lange do Amaral

“Contar é muito dificultoso. Não pelos anos que já se passaram. Mas pela astúcia que têm certas coisas passadas de fazer balancê, de se remexerem dos lugares. A lembrança da vida da gente se guarda em trechos diversos; uns com outros acho que nem se misturam.”

(João Guimarães Rosa)

Contar as lembranças da vida da gente, por vezes, pode ser algo “muito dificultoso”. Início este texto remetendo, assim como já o fizeram outros autores acadêmicos, à fala simples, profunda, poética e cheia de sabedoria, do ex-jagunço Robaldo, personagem do livro *Grande Sertão Veredas*, do escritor mineiro Guimarães Rosa.

Assim, venho aqui trazer “uns trechos” de minhas vivências como aluna em um grupo escolar estadual, o “Fernando Treptown”, localizado no Bairro Fragata, na cidade de Pelotas, RS, nos idos de 1972 a 1975. E já de inopino me vem a seguinte questão: ele era mesmo um “grupo escolar” ainda naquela temporalidade em que pela Lei 5692/71 essas instituições já deveriam estar extintas? Aí me aguça o faro da historiadora da educação que mesmo utilizando os pressupostos da História Cultural em seus estudos, tenta, quem sabe, ir à sua contramão, enquadrando os fatos em uma dada temporalidade que envolva causas e consequências imediatas. Mas como alerta Certeau (2000, p. 99)

quando o relato é histórico, entretanto, resiste à sedução do começo: não cede ao Eros da origem. Não tem por meta, como o mito, encenar a autoridade necessária e perdida sob os aspectos do evento que não ocorreu.

Nesse sentido, é preciso pensar que, no Brasil, os novos modelos de instituições escolares trazidos pelas sucessivas legislações educacionais, vão sendo implantados no tempo em que os estados e municípios conseguem arcar com essas mudanças. Então estudei parte do meu 2º ano primário até o 4º ano numa instituição que se denominava Grupo Escolar. Ele ainda existia... No meu 5º ano de escolarização ela passou a se denominar Escola Estadual de Primeiro Grau “Fernando Treptown”, funcionando em outro prédio, construído especialmente para abrigá-lo no mesmo terreno, com entrada pela rua “dos fundos”.

Como nos diz Robaldo, “a lembrança da vida da gente se guarda em trechos diversos; uns com outros acho que nem se misturam”. No entanto, aqui, no desafio de narrar memórias de minha escolarização, percebo que terei que “misturar trechos diversos” que comportem os recortes retidos por minha memória como discente “misturados” ou fundamentados com os pressupostos teórico-metodológicos de professora-pesquisadora que tem especial apreço sobre o tema “história e memórias de escolas”⁷.

Dessa forma, apresento a seguir uma narrativa que tem por base minhas memórias e reflexões teórico-metodológicas sobre o seu uso em um texto acadêmico. Trechos desta escrita foram apresentados no memorial defendido em 2019 para a obtenção do nível de professora titular⁸. Aproprio-me deles despudoradamente, sem o temor de estar

7. Meus estudos de mestrado e doutorado são sobre esta temática. Desenvolvo, desde os anos 2000, o projeto “Histórias e memórias de escolas da cidade de Pelotas” sobre o qual publiquei três livros: “Histórias e Memórias do Colégio Municipal Pelotense”, “Histórias e Memórias do Colégio Santa Margarida”, “História e Memórias do Colégio Assis Brasil”.

8. A banca para a promoção à Classe E, como Professora Titular, do Plano de Carreira do Magistério Superior Universidade Federal de Pelotas foi composta por Elomar Tambara, Maria Helena Câmara Bastos, Flávia Werle e Edelbert Kruger.

fazendo um autoplágio, mas com a consciência e liberdade de quem divide partes de uma escrita que já foi articulada e apresentada anteriormente com um objetivo profissional específico.

Assim, tal como em um mosaico, as memórias e a história vão se justapondo até formar a imagem que aqui quero representar: aspectos da cultura escolar de uma instituição educacional, cujo modelo não mais deveria existir como tal – um grupo escolar – e sobre a qual guardo lembranças “difícilosas” em minha vida.

Passados meio século (mas como pode ser? Foi ontem...) percebo que minhas desafiadoras experiências de vida neste espaço escolarizado que era para mim solitário, precário e de extrema carência, se somaram a vivências pessoais no auge dos “anos de chumbo” no Brasil⁹. Minha família sofreu os respingos das autoritárias relações de poder que se estabeleceram em nível educacional sob a ditadura brasileira nesse período. Elas afetaram diretamente a atuação de minha mãe, provedora de nosso lar, que perdeu o cargo de diretora em duas escolas públicas estaduais. Isso, por termos proximidades familiares com o partido de esquerda, o MDB¹⁰. E, em função dos remanejamentos de seu cargo¹¹, tivemos de mudar de cidade, de endereços e de escolas.

E foi por isso que no mês de setembro de 1972 cheguei ao Grupo Escolar “Fernando Treptown”, no final de um ano letivo. “Anos de Chumbo”... O cinza e o peso do chumbo autoritário remetem bem

9. Os “anos de chumbo” designam o período que vai da edição do AI5 (1968), durante o governo do presidente Costa e Silva até o final do governo Médici, considerado o mais violento de todo o regime militar no Brasil (1974).

10. Durante o período da ditadura dos militares foi implantado no Brasil o bi-partidarismo: havia o partido de oposição, considerado de esquerda, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), e o partido da situação, da direita, o Arena (Aliança Renovadora Nacional).

11. É importante ressaltar que nesses tempos difíceis, o país e suas unidades federativas eram governados majoritariamente pela Arena e muitos funcionários públicos foram remanejados de seus cargos e espaços de trabalho docente. “Remanejamento” foi uma palavrinha que, então, para mim era “muito difícilosa” e temida...

ao significado do que era vivido politicamente no nosso país. Cinza eram também as paredes externas do prédio de minha escola que provavelmente por muitos anos não recebiam pintura. Cinza eram minhas vivências discentes por lá... Os “anos de chumbo” além de identificarem a fase de fortalecimento da ditadura no Brasil, também servem para designar algumas de minhas vivências pessoais e escolares que ocorreram neste mesmo período. Mas é importante sinalizar que este foi um tempo e um espaço em que foram gestadas em mim muitas influências e confluências de um mundo real, que se dispersaram e/ou agregaram, que me trouxeram força e vitalidade. Enfim, que me prepararam para a vida e me levaram, também, a querer ser professora e, com o tempo e muito esforço, também pesquisadora no campo educacional.

Memórias que me desacomodam e desafiam: algumas referências teórico-metodológicas

Assim, remetendo ao memorial acadêmico e a minhas memórias para além dele, reitero o quanto este texto me desacomoda e desafia. Como historiadora da educação, aprendi a escrever sobre as escritas “dos outros”. As “escritas de si” dos outros... Não tenho como negar o desconforto ao iniciar uma escrita “sobre mim” sobre passagens de minha vida em um grupo escolar. Neste momento me surge Pierre Bourdieu, com seu clássico artigo “A Ilusão Biográfica”, freando e incentivando algumas de minhas palavras e intenções. Na primeira frase de seu texto ele já diz a que veio: “A história de vida é uma dessas noções do senso comum que entraram como contrabando no universo científico” (Bourdieu, 1998, p. 182). Segundo o autor, senso comum

é a linguagem simples, que descreve a vida como um caminho, uma estrada, uma carreira, com suas encruzilhadas [...] seus ardis, até mesmo suas emboscadas [...], ou como um encaminhamento, isto é, um caminho que percorremos e que deve ser percorrido, um trajeto, uma corrida, um cur-

sus, uma passagem, uma viagem, um percurso orientado, um deslocamento linear, unidirecional (a “mobilidade”), que tem um começo (“uma estréia na vida”), etapas e um fim, no duplo sentido, de término e de finalidade [...], um fim da história. (Bourdieu, 1998, p. 182)

Ele sinaliza o quão ilusórias podem ser as escritas que apresentam a vida como fruto de uma racionalização do vivido. Um conjunto coerente e orientado por uma estrita sucessão cronológica e linear, apresentado em sequências ordenadas segundo relações inteligíveis, que possuam significado. No entanto, Bourdieu se dirige ao pesquisador que trabalha com relatos de vida e, neste momento, sou eu quem constrói um relato de minha própria vida... Recorro, então, a uma obra que há mais de uma década referencia alguns estudos meus e de meus orientandos: “Ensaio de Ego-História”, onde autores ligados à História Cultural francesa (Pierre Nora, Georges Duby, Jacques Le Goff, Maurice Agulhon, Pierre Chaunu, Michelle Perrot, dentre outros) trazem um conjunto de memoriais apresentados como ensaios de ego-histórias. Pierre Nora identifica a importância deste tipo de escrita e afirma que o historiador, ao contrário de seus antecessores, já estaria pronto para

confessar a ligação estreita, íntima e pessoal que mantém com o seu trabalho. Ninguém ignora que um interesse confessado e elucidado oferece um abrigo mais seguro do que vagos projectos de objectividade. O obstáculo transforma-se em vantagem. A explicação e a análise de investimento existencial, em vez de afastarem uma investigação serena, tornam-se instrumento e a alavanca da compreensão. (Agulhon *et al.*, 1987, p. 10)

Por seu turno, o sociólogo Maurice Halbwachs, na primeira metade do século XX, realizou estudos sobre a memória coletiva,

que até hoje são uma referência aos historiadores que se utilizam da memória como um instrumento de suas pesquisas. Em meus estudos de doutorado destaco que esse autor enfatiza o caráter social da memória, considerando-a um dos suportes essenciais na busca dos sujeitos coletivos e na definição dos laços de identidade. Ele nos mostra que a memória é individual, mas também é social, pois depende do relacionamento do indivíduo com os grupos com os quais travou conhecimento e manteve contato. Sendo assim, no ato de lembrar, temos como pontos de referência “campos de significados”, ou seja, espaços sociais (família, escola, trabalho, lazer, religião etc.) onde são estabelecidos laços afetivos que criam o pertencimento ao grupo. Esses laços afetivos mantêm junto ao grupo lembranças comuns geradoras de uma memória social e de referenciais identitários. Dessa forma, passam a desenvolver uma tendência a analisar e interpretar os acontecimentos seguindo determinados esquemas comuns e coerentes que constituem “universos de significado” e que acabam por oferecer uma versão consagrada dos fatos (Halbwachs, 1990).

A memória se projeta no presente com representações do passado. Ela é sempre mediada pelo presente; com imagens e ideias de hoje, não revive, mas refaz e repensa as experiências do passado. O indivíduo que lembra ao não fazer ruptura entre o passado e o presente, retém do passado apenas o que está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Torna-se fundamental que se tenha presente a linha que separa a história da memória. Cabe à história a análise, o distanciamento, a problematização, a crítica e a reflexão sobre as memórias. Nesse sentido, pode-se dizer que a memória traz a história vivida em uma dada temporalidade, sem que haja o compromisso com uma racionalidade conscientemente organizada, pois, geralmente, ela é carregada de uma forte carga emocional. Na memória, o passado representa muito mais do que análise e reflexão; ele é elevado a um grau de sacro e de mito. Candau (2011, p. 131 e 132) nos diz que história e memória são representações do passado,

porém a história tem como objetivo a exatidão das representações, enquanto a memória não pretende senão a verossimilhança. A história tem uma preocupação de ordenar e a memória é atravessada pela desordem das emoções.

Ao escrever este texto, estou adentrando em um terreno conhecido por mim. As escritas de si, autobiográficas, relatos de vida docente e discente, histórias e memórias de instituições educacionais (inclusive aquelas por onde passei como aluna e professora) têm permeado minhas pesquisas e publicações. Sobre estas temáticas escrevi livros, artigos, apresentei trabalhos, desenvolvi projetos, orientei estudos de bolsistas de graduação e de pós-graduação bem como monografias, teses e dissertações.

Conheci a potencialidade destes temas quando era “aprendiz de pesquisadora” e realizava mestrado na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (FAE/UFPel – turma de 1996), concomitantemente com minha atuação como professora na rede pública estadual e municipal. Em 1998, defendi a dissertação intitulada “Gymnasio Pelotense, Colégio Municipal Pelotense: a concretização do ideal maçônico no campo educacional (1902-1930)”. No “Pelotense” estudei da 6ª série até o 3º ano do 2º Grau e foi onde, três anos após ter saído do ensino secundário, ingressei, como professora (de História, Geografia, Moral e Cívica e OSPB) e aí fiquei até prestar concurso para professora na FAE/UFPel. Logo em seguida, no doutorado realizado no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Rio Grande do Sul, continuei a pesquisa sobre esta escola, buscando focar a atuação discente entre os anos de 1930 a 1960. O título da tese, defendida em 2003: “Gatos Pelados x Galinhas Gordas: desdobramentos da educação laica e católica na cidade de Pelotas, RS (décadas de 1930 a 1960)”.¹²

12. “Gato Pelado” é o apelido dado aos alunos do Colégio Pelotense, assim como “Galinha Gorda” aos do Gonzaga. Tais denominações originam-se das iniciais “GP” de Ginásio Pelotense e “GG” de Ginásio Gonzaga. A tese foi publicada em formato impresso e e-book em 2023.

O fato de eu ter conhecimento sobre os bastidores teórico-metodológicos que levam a esta escrita e de seus possíveis percalços e produtos não me deixa mais leve e tranquila. A escrita que faço aqui requer que eu seja protagonista de uma “história contada”, de uma escrita de si, de uma escrita autobiográfica que objetiva trazer representações positivas e/ou negativas sobre mim e sobre o grupo escolar em que estudei. Com esse objetivo, procuro alternativas que sinalizem caminhos que não se demorem nas incertezas, nas contradições e nas incoerências inerentes à vida. Mas sei não poder fugir delas neste processo que pode me levar além do que penso conhecer sobre mim, buscando compreender marcas que remetem ao início de minha escolarização e inserção em grupos de socialização.

A tensão cognitiva e o esforço afetivo inerentes a este tipo de escrita vão produzindo conhecimentos, alguns deles, antes por mim desconhecidos. Assim, fico buscando detectar as “armadilhas da memória” que venham a trazer resistências na presente narrativa e enfrente esta atividade que me desafia. E, ao narrar aspectos de minha trajetória escolar encontro, dentre muitos, o maior motivo que me fez seguir em frente e não me acomodar numa “zona de conforto”, buscando sempre novos caminhos: o gosto por enfrentar e buscar superar desafios!

Os anos iniciais de minha escolarização

Minhas primeiras lembranças de infância já estão ligadas à escola: “onde está a mãe? Está na escola, ela já vem...”. A escola talvez passasse, desde esta época, a ser o melhor lugar do mundo, pois estava lá a justificativa para nossa mãe não estar conosco. Os livros e cadernos, parte deste mundo adulto, me encantavam. Escrita de minha mãe em meu “Álbum do Bebê”: que aos 2 anos e 9 meses eu queria que ela me comprasse “um livro bem bonito lá na ‘livradeira’...”. Meus pais proporcionaram a mim e minhas duas irmãs diferentes formas de aprendizagens e vivências cognitivas e

afetivas. O diálogo e a participação nas decisões familiares sempre foram compartilhados por nós. Houve uma grande preocupação no sentido de que fôssemos educadas para enfrentar a vida, coisa que aprendemos logo, uma vez que meu pai faleceu muito cedo, quando eu tinha 13 anos, e minha mãe, trabalhando incansavelmente, tinha reduzido tempo para nosso convívio diário.

Na medida em que realizei este exercício de memória, encontro em minhas lembranças as mais queridas e difíceis vivências, urbanas e rurais, que se intercalam. Nasci em Pelotas, mas parte de minha infância foi vivida em Piratini. Meu pai era agricultor e, por quatro anos moramos na chácara da família, um local amplo e confortável, mas não a ponto de ter água encanada e luz elétrica. Minha mãe era diretora da Escola Normal da cidade, a “Ponche Verde”. Foi aí que, em 1972, fui alfabetizada – e muito bem alfabetizada – pela professora Julema que hoje seria quem sabe, uma “construtivista”. Em Piratini, acho que não havia Jardim de Infância. Por isso ingressei diretamente na 1ª série. Mas acredito que semialfabetizada, pois as imagens das letrinhas já haviam me seduzido... Com 4 anos tentava ler o que estava escrito na geladeira da cozinha, bem na parte de baixo: “Springer Admiral”. Minha mãe, então professora no Colégio Félix da Cunha, em Pelotas, foi me explicando cada letra e as duas palavras que elas formavam. Tenho esta lembrança muito viva (talvez por este episódio ter sido rememorado pela mãe, anos mais tarde). Acho que foi minha primeira apropriação de leitura, embora para mim não fizesse sentido algum o que estava escrito... O que seria spinger? E admiral? Desde aí já me mostrava questionadora e curiosa, querendo sempre saber os porquês das coisas... postura questionadora e falante que ultrapassou a “idade dos porquês” e que levei para a vida, e que muito me serviu na profissão que escolhi!

Na “Ponche Verde” as regalias de ser a “filha da diretora” duraram pouco, pois quando estava no 2º ano primário, mudamos novamente para Pelotas. A crise tritícula enfrentada no RS nos

primeiros anos da década de 1970 fez com que meu pai acumulasse dívidas e dissabores com sua vida de agricultor e também fez com que meu avô vendesse o campo onde morávamos e onde o pai trabalhava. Somou-se a isso, o afastamento compulsório de minha mãe da direção da Escola Ponche Verde, como retaliação política a meu pai, emedebista convicto. Como já disse nos “anos de chumbo” da ditadura militar éramos uma família ligada ao MDB e os chefes políticos da cidade pertenciam à Arena.

Sem muitas opções fomos “remanejados” para Pelotas, onde minha mãe assumiu o cargo de diretora do Colégio Estadual “Sylvia Mello”, no bairro Fragata. Esta foi uma oferta irrecusável, pois nos foi possível morar numa casa que era concedida aos diretores e que se localizava no pátio desta escola. Era um chalezinho precário, mas que graças ao senso estético de meus pais e de minha irmã mais velha, então com 12 anos, se transformou em um lugar colorido e acolhedor, rodeado por um jardim. Lembro que tínhamos até uma horta. Era um espaço em que tentávamos com muito amor e persistência, driblar nossas profundas dificuldades financeiras e um cotidiano familiar tenso e instável, cujas razões eram incompreensíveis para mim, então, com 8 anos.

Moramos neste local por três anos, até minha mãe ter, novamente, sofrido as consequências da militância política de meu pai e ser transferida para uma escola pequena e afastada pelo então Delegado de Ensino da 5ª Delegacia de Ensino Estadual¹³. Tempos difíceis aqueles... E que trouxeram mais dificuldades para minha família que já “nadava de poncho contra a correnteza” e buscava não afundar de vez! Neste exercício de memória, olho para trás com os olhos do presente e vislumbro este período da minha vida como um “estágio de vivência”. Um espaço e um tempo em que experiências cognitivas e emocionais foram vividas de forma intensa, tendo como pano de fundo, tensões de todo o tipo. Mas o aprendizado

13. Nos tempos atuais 5ª Coordenadoria Estadual de Educação (CRE).

foi imenso e eu o trouxe para a vida toda: a crença em um “ser superior”, o afeto e a cumplicidade familiar, passaram a ser meu porto seguro para enfrentar os desafios da vida.

Na época do “Sylvia Mello”, morar no pátio da escola era, realmente, uma situação no mínimo curiosa e que me propiciou a mais inusitada “vivência de escola”. Nesse período, a escola não era o meu “segundo lar”. Era, efetivamente, o meu lar. Nos fins de semana aquele era um território nosso, meu e de minhas irmãs. As brincadeiras acabavam envolvendo, geralmente, o quadro e o giz. A escola, movimentada e cheia de vida durante a semana, repousava sob nossos cuidados. Nos dias de trabalho, geralmente, era lá que encontrávamos a nossa mãe (que nesta época também fazia Faculdade de Letras na Universidade Católica de Pelotas), quando dávamos nossas escapadinhas para matarmos as saudades e realizarmos as tarefas escolares.

Mas eu não pude estudar no “Sylvia Mello”. Nesta escola, somente eram ministradas aulas a partir da 6ª série. Tive de ir para um “Grupo Escolar”. E daí trago tristes lembranças... Escola diferente, professores diferentes, vida diferente. Esta foi uma grande mudança em minha vida. Tive uma imensa dificuldade de adaptação escolar. Era um ambiente onde, como já disse, eu já não reinava como “filha da diretora”. Era a coleguinha chorona que tinha vindo dos cafundós de Piratini e queria ir embora a todo custo.

O Grupo Escolar “Fernando Treptow” localizava-se próximo ao cemitério da cidade. Eu precisava passar na frente do cemitério para chegar lá. Isso me apavorava! O prédio desta escola estadual havia sido uma antiga fábrica de fumo e tinha suas dependências muito mal adaptadas, a ponto de não possuir um corredor de circulação e ligação entre as salas. Acho que eram cinco salas. Uma para cada série – da 1ª à 5ª. As janelas basculantes eram altas e não abriam, pois estavam enferrujadas. As salas de aula, completamente escuras, com piso cinza, provavelmente de “cimento queimado”, emendavam-se umas nas outras. Uma luz incandescente precisava

estar sempre acesa mesmo durante o dia claro lá fora. A luz fluorescente era um luxo que ficava na secretaria que também era a sala da diretora. A escola era pequena, cinza, não tinha cores. Lembro-me desse ambiente como frio e úmido. Pelotas é uma cidade muito úmida e plana. Em nada lembra a pequena, histórica e acolhedora cidade de Piratini, de onde eu vinha. Essa cidade foi a primeira capital da República Farroupilha, localizada na Serra dos Tapes, uma região que encanta por suas belezas naturais e pelo clima. E o pequeno e triste prédio do Grupo Escolar “Fernando Treptown” em nada lembrava a Escola “Ponche Verde”, com amplas janelas e área que ocupava um quarteirão inteiro no centro da cidade de Piratini, circundado de pátio por todos os seus lados. Como afirmo em Amaral (2009, p. 71 e 72).

A imponência do prédio da Ponche Verde, com suas características arquitetônicas que remontam ao ideário positivista, marcam ainda na década de 1940, quando foi construído, o significado do espaço escolar e, conseqüentemente, da educação, como via para o progresso e desenvolvimento. Frente à paisagem urbana, o prédio e sua implantação se constituíam em um espaço-monumento que expressava e refletia, para além de sua materialidade, o discurso de um novo tempo na educação propiciado pelo governo estadual gaúcho. Um tempo em que a educação primária, a constituição e aparelhamento de prédios, assim como a formação de professores passaram a ser uma preocupação do estado.

Nesse sentido percebo que vivenciei no “Fernando Treptown” o ocaso de uma proposta educacional que incumbia o governo estadual de assumir o ensino primário via grupos escolares. Esse foi um período de transição para que definitivamente eles deixassem de existir como previa a Lei 5692/71. E, provavelmente, a situação de precariedade de suas instalações se devesse, por óbvio, ao fato de o governo

estadual estar construindo outro prédio para implantar aquela que viria a ser a Escola de Primeiro Grau “Fernando Treptown”, como previa a nova legislação educacional.

Neste contexto, tive no primário, experiências como discente em duas escolas totalmente distintas. Dois “espaços-monumentos”: um que atendia às expectativas de um futuro glorioso da educação no estado e outro que representava a precariedade de um formato educacional que o governo entendia como inconveniente para atender aos desafios da educação, os grupos escolares. Dessa forma, minhas memórias se intercalam entre a sofrida adaptação à nova cultura escolar cujas precariedades aqui destaco, com questionamentos de uma historiadora da educação.

E sigo meu relato sobre o “Fernando Treptown”. Como disse, seu prédio era de uma fábrica que virou escola sem as necessárias adaptações. Acredito que tenha sido doado ao estado pela Família Treptown que possuía um robusto comércio de ferragens no bairro Fragata num espaço próximo da escola. No grupo escolar não havia muros de tijolos e sim frágeis telas enferrujadas. Havia um velho portão na lateral por onde entrávamos no pequeno pátio e que não conseguia impedir os olhares e apelos de intrusos e transeuntes que passavam pela Duque de Caxias, a avenida mais importante do bairro. Lembro que no recreio as professoras e serventes se revezavam para proteger os alunos do “tarado da bicicleta”, personagem que observava os alunos, despido de roupas que cobrissem suas partes íntimas. Lembro-me do misto de euforia e desespero das alunas e alunos nestes episódios... lembro-me de meu medo e insegurança, pois em minha ingenuidade infantil de menina do interior, mal sabia o que seria um tarado. Era assustador! E meus pais sempre alertando: “te cuida!”. Com os olhares de hoje analiso aquela escola sem muros a nos defender, sem muros a nos isolar dos perigos lá de fora, mas que me possibilitou vivências de sociabilidade únicas, típicas de uma instituição de ensino público empobrecida em um espaço

urbano vulnerável. Quem sabe, ela tenha despertado em mim, um potencial humanizador e solidário com os que tinham menos do que eu. E permitiu, assim, que novas teias de relações fossem construindo minha identidade como discente e, posteriormente, como docente de escola pública, um espaço historicamente empobrecido pela falta de políticas comprometidas com a educação.

Quanto às atividades escolares, talvez por ter sido desde esses tempos uma aluna mediana no desempenho escolar (e acho que assim o fui até meu ingresso na universidade... nunca reprovava, mas não era a “nota dez”), ou por achar que o enfadonho cotidiano das aulas nos aprisionava em um espaço repressor, guardo mais na lembrança os trabalhos extraclases. Em especial cito um: o cartaz onde escrevi “Viva a primavera!”, que foi feito em casa com minha mãe e irmãs. Com a ajuda delas, grudei numa cartolina, figurinhas de borboletas recortadas de um velho papel laminado de presentes. As borboletas, presas pelo corpo, ficaram com suas asas esvoaçantes por todo o espaço do cartaz. Ficou lindo! Depois de levar para a escola e receber muitos elogios de todos, me senti singular, única. A pessoa com mais criatividade artística do mundo (qualidade que efetivamente não tenho!). Esta sensação de felicidade e completude guardo até hoje em minha memória escolar e familiar! A cumplicidade da criação, a constatação de que posso vencer os limites do “não consigo” e a percepção da potencialidade de fazer o trabalho em grupo... mesmo que o grupo fosse familiar. E essa parceria familiar se estendeu por toda nossa vida em minhas conquistas escolares e acadêmicas.¹ Acho que cabe aqui destacar a importância de que na escola se desenvolvam atividades e espaços para além do previsto objetivamente no conteúdo programático e na sala de aula. A riqueza da escola está muito nos espaços que extrapolam a sala de aula que tam-

1. Meus textos ainda são revisados por minha irmã mais velha e a mãe organizou comigo três coletâneas de textos do projeto “Histórias e memórias de escolas da cidade de Pelotas” sobre os Colégios Pelotense, Santa Margarida e Assis Brasil.

bém se realizam fora dela. Esta convicção começou a ser gestada aí, neste grupo escolar, nas experiências felizes (e tristes) em que descobri minhas potencialidades e possibilidades de superação de desafios. Esta percepção esteve sempre presente nas aulas que ministrei e nas temáticas de pesquisa que desenvolvi como pesquisadora desde meus estudos de mestrado. Busquei e continuo a buscar o conhecimento sobre quem é ou era o aluno e como ele se elabora, se constitui para a vida, num cruzamento entre o vivido na escola e a realidade onde se insere. Cada vez me interessa saber mais sobre a história dos espaços escolarizados, tendo como foco os alunos e suas histórias e memórias.

Voltando ao meu grupo escolar!... É sabido que os lugares nos sensibilizam para além de sua materialidade explícita e, dentre os sentidos, a percepção olfativa aguça nossa memória, evoca lembranças do passado. E o Fernando Treptown tinha muitos odores: do mofo (tão comum na nossa úmida Pelotas), dos alunos (em sua maioria, carentes de tudo, inclusive de higiene pessoal), da comida que vinha da última sala (um misto de cozinha, sala de merenda e “bar” que correspondia a duas caixas de papelão que continham bolas de goma, chicletes, merengues coloridos, pipoca doce, rapadurinha de leite e amendoim, vendidos por alguma professora). Neste espaço “multifuncional” era de onde também vinha o toque da sineta por mim tão esperado quando chegava o final da tarde. Dois precaríssimos banheiros, um feminino e outro masculino, ficavam no fundo do pequeno pátio. Muitas vezes seu cheiro desagradável alcançava a cozinha e chegava às salas de aula...

No primeiro semestre nesta escola, que correspondia à minha 2ª série, chorei muito! Comecei chorando na escola, em seguida tentei chorar em casa e no percurso para a escola... Parecia que não adiantava muito, pois depois de muita conversa em casa, todos os dias eu era obrigada a ir para aquele “lugar infernal”. O desconforto familiar e escolar foi tamanho que meus pais conseguiram, de comum acordo com a direção da escola, que a

servente/cozinheira me levasse de volta para casa quando o meu escândalo ultrapassava os limites do possível.

Com o tempo fui me inteirando nesta nova “cultura de escola”. Os colegas eram hostis e, por vezes cruéis (hoje seria bullying com alguém que parecia tão diferente deles...), mas as professoras, amigas e condescendentes com a “alienígena chorona”. Fui me adaptando e aprendendo a sobreviver em um ambiente que eu considerava hostil. Aprendi que chorar não adiantava muito... Aliviava a alma, no entanto não modificava o inevitável. Ainda hoje considero as lágrimas uma excelente ferramenta pessoal para transbordar meus sentimentos de alegria e tristeza...

Das minhas professoras lembro o nome de todas: Eliete, na 2ª série, jovem, com um ar sempre cansado, tinha enxaqueca (e eu também já naquela época...). Dizia que era difícil “aguentar a loucura dos alunos”. Solidarizava-me com sua dor e tristeza... Shirley, a professora da 3ª série. Ela não gostava de seu ofício, não gostava da escola e de tudo e todos que estavam nela. Muito arrumada e maquiada, com sua boca sempre bem vermelha, delimitava seu espaço de alóctone ao mundo escolar. Reclamava do cheiro da sala de aula. Pedia que os alunos tomassem banho. Para minha tristeza dizia para meus colegas (acho que éramos uns 15 alunos na turma) que fossem como eu, educada, quieta e limpa. Lembro que dizia aos gritos... mais um motivo para me considerarem uma “estranha no ninho”. Na 4ª série tive a professora Nádia, uma ótima professora que me ganhou pelo afeto (nos dava gorduchos abraços independentemente de nossos cheiros e cores) e pela sua competência como professora. Como dizia minha mãe: era uma excelente professora! E aí passados três anos neste espaço que a princípio me foi hostil, fui percebendo que pertencia a este grupo, quem sabe mesmo sendo estranha aos olhares de alguns colegas, fui considerando esta escola como a “minha” escola.

Finalizando...

Sob a história, a memória e o esquecimento.

Sob a memória e o esquecimento, a vida.

Mas escrever a vida é outra história.

Inacabamento.

(Ricoeur, 2007, p. 513)

Com as palavras de Ricoeur encaminho a finalização deste texto onde narro aspectos de minha vida e de minha passagem como aluna de um grupo escolar nos anos de 1970. Devo dizer que a desconfortável sensação de “inacabamento” apontado pelo autor esteve presente em mim durante toda a escrita. Escrever sobre a vida, sobre a minha vida, realmente é “outra história”... Mas acredito que devo encarar esse inacabamento como algo positivo que me desafia a realizar uma reescrita do vivido, que encaminha possibilidades de novas interpretações sobre os espaços de onde eu vim, o que fiz e o que deixei de fazer.

Escrever sobre minha vida me trouxe mais vontade de viver! Minhas referências pessoais e acadêmicas me trouxeram a possibilidade de uma incursão em um universo subjetivo que repercute nos processos de ensino aprendizagem que estabeleço. Como professora e pesquisadora, nas histórias discentes de hoje e de ontem a razão de ser da educação escolarizada. Contar histórias, ouvir histórias, refletir e escrever História, buscando contribuir na possível mudança de muitas histórias.

Finalizo este breve texto em que compartilho minhas sensações e emoções de ter estudado em um grupo escolar, assim como reflexões sobre minhas escolhas temáticas e práticas como pesquisadora, me associando às palavras de Pineau (2008, p. 35):

O curso de minha vida me conduz, assim, aos limites de minha própria vida e aos limites do meu saber sobre ela. Seria preciso maldizê-la, nada a dizer ou, ao contrário, abençoá-la,

agradecendo-lhe por haver me trazido até aqui [...]. E, assim como o autor afirma em seu texto, escolho por abençoá-la!

Referências

- AGULHON, Pierre *et al.* **Ensaio de Ego História**. Lisboa: Edições 70, Ltda., 1987.
- AMARAL, Giana Lange do. Escola Normal “Ponche Verde”: entre a memória e a história. *In*: TAMBARA, Elomar; CORSETTI, Berenice (orgs.). **Instituições formadoras de professores no Rio Grande do Sul**. Pelotas: Ed. da Universidade UFPel, 2009, p. 59-88.
- AMARAL, Giana Lange do. **Gatos Pelados x Galinhas Gordas**: desdobramentos da educação laica e da educação católica na cidade de Pelotas, RS (décadas de 1930 a 1960). Caxias do Sul: EDUCS, 2023.
- AMARAL, Giana Lange do. **Memorial para a promoção à Classe E** – Professor Titular, do Plano de Carreira do Magistério Superior Universidade Federal de Pelotas. 2019.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (coords.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 183-191.
- CANDAUI, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Vértice, 1990.
- PINEAU, Gaston. O “gaio saber” do amor à vida. *In*: SOUZA, Eliseu Clementino de; MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio (orgs.). **Histórias de vida e formação de professores**. Rio de Janeiro. Quartet: Faperj, 2008, p. 17-38.
- RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007.
- ROSA, João Guimarães. **Grande sertão veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

2. LEMBRANÇAS QUE LEMBRAM: “QUINCAS”, MEU GRUPO ESCOLAR JOAQUIM CAETANO DA SILVA

Carlos José de Azevedo Machado

A experiência da escola faz parte do relato em que se sustenta, desde suas origens, na nossa própria biografia pessoal.
(Escolano Benito, 2017)

Há poucos meses li um livro eivado de memórias – Lembranças que lembram –, dividido em três volumes, de autoria de Pedro Vergara e lançado na década de 1970. Trago este registro uma vez que o título para este capítulo foi inspirado no título da referida obra. Em Vergara (1970), a trilogia consiste em um relato memorial de um período que perpassava mais de meio século, um período, evidentemente, mais amplo do que farei aqui, onde abordarei uma parte de minha história junto ao Grupo Escolar Joaquim Caetano da Silva, na cidade fronteira de Jaguarão, estado do Rio Grande do Sul, no início da década de 1970.

Escolano Benito afirma que “a experiência escolar passou a fazer parte de nossa memória como um componente essencial de nossa identidade narrativa” (2017, p. 179), e, dessa forma, passo a escrever este texto, uma narrativa de parte da minha história junto a uma escola, que, pela existência de sua materialidade, de sua cultura escolar (Escolano Benito, 2017), me ajudam a relembrar as experiências que reconstroem a minha infância junto à comunidade de Jaguarão.

Minha história escolar começa, praticamente, junto com a Lei de Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º grau de 1971, quando em 1973 fui matriculado no Grupo Escolar Padre Pagliani, o qual sem me recordar com exatidão, acredito que tenha frequentado cerca de dois ou três meses. Este curto período se deu pela imaturidade de uma criança de 5 anos que ingressou na 1ª

série, sem frequentar “pré-escolar” ou “jardim”. Meu irmão mais velho já havia frequentado o pré-escolar do Grupo Escolar Joaquim Caetano da Silva em 1970, a 1ª série no Grupo Escolar Paul Harris em 1971, e havia retornado ao “Joaquim” para a 2ª série em 1972. Nesta época, eu morava, praticamente, com a minha avó materna em função do trabalho de meus pais e das circunstâncias da época.

Assim, depois daquela primeira tentativa nada promissora, terminei minha alfabetização com uma professora particular, vizinha de meus pais, Maria Melgares Faria. Aproximadamente em agosto de 1973, se não falha a memória, consegui ser alfabetizado, na época mais fixado na casa de meus pais. Foi uma alfabetização através de letra bastão (letra solta) e esta experiência serviu como uma espécie de “pré-escolar”, sem interação com colegas, visto que se realizou em casa, mas, em contrapartida, com uma imensa dedicação da professora Maria.

No segundo semestre, talvez nos últimos três meses letivos, fui matriculado no Grupo Escolar Joaquim Caetano da Silva, em uma turma de 1ª série, tendo como professora a saudosa Lacy Caldas, onde concluí este primeiro percurso escolar que, de acordo com as minhas lembranças, parece que durou vários anos. Basicamente um ano para cada momento: padre Pagliani, professora Maria e Joaquim Caetano. Assim, em 1973 meu irmão e eu passamos a frequentar a mesma escola, ele cursando a 3ª série e eu a 1ª. Não recorro de situações em que ambos estávamos juntos na escola, salvo os retornos para casa, sobretudo a partir dos dois anos que frequentei a 2ª série (sim, foram dois anos).

A diretora da escola, professora Ceni Soares Dias, que convivi, praticamente, durante todo o percurso do antigo 1º grau, era uma pessoa bastante dedicada à escola e, ao que me lembro, respeitada na cidade². Abaixo seguem um documento da escola com a então denominação

2. Nesta época as diretoras eram cargos de confiança do Governo do Estado, que por sua vez eram nomeados pelo governo ditatorial que havia tomado o poder através de um golpe em 1964. Isto traz alguma pista sobre a aptidão política da diretora, mas com certeza não resume tudo. As práticas precisariam ser observadas com mais atenção, para tirarmos conclusões mais fidedignas.

resultante da reunião dos antigos grupos escolares e ginásios, e definiu o 2º Grau como curso profissionalizante, para formar técnicos para as indústrias, mas com o objetivo não explícito de contenção das oportunidades educacionais, isto é, de diminuir a pressão por vagas no ensino superior. Descentralizou-se a execução do ensino, ficando os estabelecimentos escolares com a responsabilidade de propor o currículo de estudos a ser seguido em atendimento às especificidades dos alunos.

Até então, as escolas primárias ou elementares eram conhecidas por “Grupos Escolares”³ e, tradicionalmente, as pessoas se acostumaram a chama-las assim. Vejamos que esta denominação foi instituída no início da República, embora, na prática, a grande maioria dos municípios naquele período ainda continuavam com escolas de “[...] caráter doméstico, com um único professor encarregando-se das disciplinas e ministrando suas aulas em sua própria casa” (Amaral, 2012, p. 107). Situação comum em Jaguarão, onde, no início do século XX, devia-se existir, pelo menos, duas ou três escolas neste modelo na área urbana. Na realidade, a disseminação destes modelos de “Grupos Escolares” esteve longe de ser total no território brasileiro. “No período republicano, antigas formas e práticas de escolarização, herdadas dos *oitocentos*, como as escolas isoladas e multisseriadas, e a educação familiar e doméstica, mantiveram-se [...]” (Schueler; Magaldi, 2008, p. 45-46), permanecendo como algo incômodo naquele período inicial da República, porém funcional e majoritária na maioria dos municípios e vilas do país. No Rio Grande do Sul, diferente do resto do país, a denominação “Grupo escolar” demorou a ser utilizada, sendo equivalente aos denominados “Colégios elementares”.

Retornando aos anos de 1970, apesar da mudança de nomenclatura do então Grupo Escolar Joaquim Caetano da Silva, em

3. Sobre Grupos Escolares sugiro a leitura do artigo “A implantação dos Grupos Escolares no Brasil nas primeiras décadas do século XX”, de H. Amorim (2015). Disponível em: <https://bit.ly/47abRlu>. Acesso em: 22 maio 2023.

função da nova legislação, os munícipes, estudantes e a comunidade demoraram pelo menos, de dois a três anos para se absorverem a nova denominação: Escola Estadual de 1º grau Joaquim Caetano da Silva. Gradativamente a escola também foi ampliando suas séries até a 8ª, o que permitiu que eu continuasse meus estudos até me formar no 1º grau da escola “Quincas”, nome adotado, carinhosamente, devido o apelido do seu patrono “Joaquim Caetano da Silva”⁴. Um detalhe importante nesta história é que meu irmão ao concluir a 5ª série precisou trocar de escola, pois a 6ª ainda não estava sendo ofertada na época de sua conclusão.

Meu irmão foi estudar no Ginásio Estadual Espírito Santo que tinha o 1º e o 2º grau, além do antigo curso Normal. Esta escola também faz parte de minha trajetória profissional, o qual atuei como professor, vice-diretor e diretor, durante as décadas de 1990 e 2000. Como o foco do presente texto é outro, esta história não será contada neste momento.

A criação de um Colégio Elementar em Jaguarão se deu, efetivamente, em 20 de janeiro de 1913, através do Decreto Estadual nº 1917. Mais tarde, através do Decreto de nº 6179, de 31 de agosto de 1936, este colégio passou a denominar-se Colégio Elementar Joaquim Caetano da Silva e, posteriormente, Grupo Escolar permanecendo o mesmo patrono. Dessa forma, meu Grupo Escolar foi o primeiro a ser criado em Jaguarão, conforme a nova legislação republicana. Entre 1913 e 1941 funcionou no antigo prédio do Colégio dos Premonstratenses (Ginásio Espírito Santo)⁵. O prédio onde passou a

4. Professor, diplomata, publicista, geógrafo, nasceu em Jaguarão, RS, em 2 de setembro de 1810, e faleceu em Niterói, RJ, em 28 de fevereiro de 1873. Patrono da cadeira nº 19 da Academia Brasileira de Letras (ABI) e era conhecido pelo apelido “Quincas” e ficou famoso pela sua atuação em defesa dos limites do norte geográfico brasileiro, em especial com o Suriname e com a Guiana Francesa.

5. Esta escola secundária foi fundada em 1901, na cidade de Jaguarão-RS, pela Ordem dos Padres Premonstratenses e foi uma das principais escolas da região e do Estado, equiparada ao Ginásio D. Pedro II (conforme a legislação exigia, para que os alunos pudessem acessar uma faculdade sem passar por exames nas capitais). A escola

funcionar a partir de 1942 e que permanece até hoje foi edificado pelo construtor Gaspar Escangarelli, no ano de 1941 (Piúma, 2006).

A arquitetura do novo prédio acompanhou a passagem do “proto-racionalismo” para o “modernismo”⁶, onde este último vai caracterizar os Institutos de Educação, feitos pelo Governo do Estado a partir dos anos de 1940. Estas edificações, pela própria pujança e estilo, eram mais caras e, por esse motivo, acabaram não tendo continuidade, embora tenha se mantido o estilo modernista. A partir da década de 1950, seguindo a mesma ideologia, porém buscando maior economia, o Estado vai produzir novas escolas, agora de madeira, com telhados em 2 águas de telhas francesas (ou de fibrocimento) e janelas basculantes, as quais ficaram popularmente conhecidas como “brizoletas” (Amaral; Amaral, 2007). O então Grupo Escolar Joaquim Caetano da Silva vai ser construído na perspectiva dos anos de 1940, a exemplo de alguns outros municípios como o Instituto de Educação Assis Brasil em Pelotas, em prédio construído, especificamente, para o objetivo de abrigar uma escola com as exigências da moderna pedagogia da época, conforme Amaral e Amaral (2007).

acabou fechando em 1914, e é objeto de tese deste autor que está em desenvolvimento sob orientação da Profa. Giana Lange do Amaral no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFPel.

6. Aqui há referência às linguagens arquitetônicas: Proto-racionalismo foi a transição do Art Nouveau para o Modernismo, sendo uma arquitetura mais autônoma, com composição simples e elementar, de volumes puros. “Respeita a tradição secular da ‘rua corredor’ com o prédio ocupando as divisas do lote”. Já com a 1ª Guerra mundial acontece a passagem para o modernismo. Aqui vai ser difundido no Brasil a partir da década de 1940, onde as variações das linguagens do racionalismo, funcionalismo, organicismo e formalismo vão caracterizar este período (Oliveira; Seibt, 2005).



Figura 2. Escola Joaquim Caetano da Silva

Fonte: Foto Divulgação retirada do site: <https://bit.ly/3SyTsu8>. Acesso em: 01 ago. 2023.

Com esta nova tipologia era de se esperar que a escola ganhasse ainda mais prestígio junto à cidade, além de influenciar as vivências e os modos de estar de toda a comunidade escolar, considerando a importância que tem os espaços físicos de uma instituição. Conforme nos afirma Magalhães (2004, p. 144),

A disposição arquitetônica dos prédios, a distribuição e ordenação dos espaços, a orientação estética, a acessibilidade, influenciam o cotidiano educacional, quanto à materialidade e à funcionalidade, mas também afetam as representações e os modos de estar, viver, relacionar-se, referenciar e projetar por parte de todos os membros de uma comunidade educativa.

Como a proposta aqui é escrever uma narrativa própria, necessariamente, realizei um trabalho de rememoração, buscando fontes e alguns registros que possam corroborar com as minhas lembranças e trago, a seguir, algumas referências para melhor fundamentar a escrita memorial que realizo.

Entendo ser importante revisitar os escritos do filósofo Paul Ricoeur que nos afirma: “[...] o testemunho constitui a estrutura fundamental entre a memória e a história” (Ricoeur, 2007, p. 40-41). No mínimo, eles nos dizem que alguma coisa aconteceu ali, naquele lugar, e cabe a nós tentar compreender ao máximo como foi este acontecimento, o que estava em disputa, quais os interesses ali postos e qual a intenção de quem escreveu sobre os mesmos. E, aqui, quem está escrevendo é o próprio autor, baseado em uma “rememoração” e em um “reconhecimento”. Henri Bergson (re)colocou o “reconhecimento” no centro de toda a problemática da memória. O “reconhecimento”, tomado como um dado fenomenológico permanece como uma espécie de “pequeno milagre”, talvez a “amnesis” em Platão. Ainda que, não estando mais lá, o passado seja reconhecido como tendo estado (Ricoeur, 2003).

O sociólogo Maurice Halbwachs (2006), em seus estudos sobre a *memória coletiva*, nos diz que a lembrança é sempre fruto de um processo coletivo e está sempre inserida num contexto social preciso, entendendo que o indivíduo que lembra é sempre um indivíduo inserido e habitado por grupos de referência; a memória é sempre construída em grupo, mas é também, sempre, um trabalho do sujeito, onde as lembranças de moradores, familiares e amigos demonstram esta construção ao mesmo tempo em que há também particularidade nas narrativas.

Por fim, o historiador Jacques Le Goff, em sua obra *História e Memória* (2013), diz que a memória apresenta a propriedade de conservar certas informações:

[...] remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões

ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. (p. 387) [...] A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje [...]. (p. 435) Grifo do autor

Nesta perspectiva, a memória constitui-se como forma de preservação e de retenção do tempo, salvando-o do esquecimento e da perda. Assim, por meio de uma inter-relação dinâmica, é suporte das identidades individuais e coletivas.

Reforço então, que minhas memórias, são minhas é verdade, mas são fruto de inter-relações dinâmicas, e muitos destes momentos podem ser lembrados e relembrados por outros que comigo interagiram, com conotações pouco ou muito diferentes das minhas. Mas, se isto acontecer, seguramente sabemos que alguma coisa, em um sentido próximo a nossa lembrança, aconteceu ali. E, ao mesmo tempo, muitas destas lembranças, se não todas, fazem parte de um processo coletivo.

Para um exercício de redescoberta deste conhecimento dentro de nós, existe um elemento importante que é o Patrimônio Cultural. Como bem assinala Candau (2011), o patrimônio se coloca como ativador de antigas lembranças que vão orientar e fixar a história vivida que, não por acaso, muitas vezes se confunde com os fatos relatados pela história do lugar (Machado, 2016). Nesse sentido, uma revisitação à escola, ao prédio e aos documentos que, alguns tenho em meu arquivo pessoal, e outros na escola, bem como o próprio prédio, salas e pátio, servem como ativadores de minha memória. A partir desse exercício, vamos trazer mais uma lembrança colocada no preâmbulo de uma dissertação que apresentei em 2016:

Não sei precisar o dia e o mês, mas sei que foi pouco antes de junho de 1974, quando com oito anos incompletos entrei pela primeira vez naquele amplo teatro, que nunca havia imaginado existir na minha cidade. Fui com a professora Isolda

Perez do Grupo Escolar Joaquim Caetano da Silva, assistir apresentações das turmas. No palco algumas apresentações homenageando a seleção brasileira que estava para disputar a copa de 1974. Assistia tudo encantado, não sei se com as apresentações ou com a imensidão daquele prédio. Meu irmão mais velho, com nove anos, apresentava-se no palco em um jogral, o que me fez pensar: eu também quero me apresentar ali. Mas, naquele palco, levou um bom tempo para que isso se concretizasse, quando em 1992 lá estava eu me apresentando numa peça de teatro, e depois em 1995, na fase regional de Teatro Amador do RS. Lembro que, naquele palco, olhando aquela plateia, me lembrei de meus oito anos (coisa que já havia, ou pensei, ter deixado para trás). A novidade já não era tão imensa como quando temos oito anos de idade, mas era uma situação e lembranças que me traziam felicidade. Lembranças que são minhas, certamente, mas que muitas outras pessoas as carregam até os dias de hoje, deste lugar “mágico” por conta do que ali se presenciou e se ouviu dizer. (Machado, 2016)

Este relato traz, para mim, diversas lembranças, dentre as quais posso descrever a imagem de um menino tímido que gostava da arte teatral e quando havia alguma atividade cênica na escola sempre buscava entrar no personagem, embora pouco pude desenvolver. No ensino médio e na faculdade tinha voltado a encenar um pouco, e, como vimos na nota acima, cheguei a atuar como ator amador. A visita ao teatro foi uma experiência realmente forte na minha infância, pois foi uma das atividades que consigo lembrar até hoje, em meio a muitas outras que já não lembro mais.

Desde a 1ª série, com a professora Lacy, e na 2ª série, o recreio era um momento muito importante onde nos envolvíamos com os alunos de outras séries. Algumas brincadeiras ficaram bem marcadas na memória como a de “polícia-ladrão” e já pela 3ª série o jogo de bolinha de gude, o qual chamávamos de “bolija”. Hoje lembro com muita graça o quanto era descoordenado para o jogo de “bolija”, em

que se jogava “às devas” ou “às brincas”, que creio desnecessário explicar. A verdade é que aqueles meninos mais habilidosos adoravam jogar comigo, mas, “às devas”. Refiro-me a meninos, pois este era um jogo eminentemente masculino, ou seja, as regras eram bem rígidas. Por sorte havia algumas meninas que as “descumpriam”, inclusive no jogo de futebol, em um espaço atrás de uma grande figueira localizada no pátio da escola, que ainda lá se encontra.

Esta figueira, outro ativador de minha memória, parece me dizer: O que houve contigo rapaz, não queres mais brincar na minha volta? Não vais mais brincar de “polícia-ladrão”, não vais mais jogar bolinha de gude aqui na minha sombra? Pois é, aquela figueira, já centenária, deveria saber que nós crescemos e apenas achamos graça de nossas brincadeiras da infância. E, são nestes momentos que dá aquela vontade de voltar a ser criança, pelo menos por alguns instantes.

Tínhamos orgulho de falar o nome da nossa escola, “Grupo Escolar Joaquim Caetano da Silva” ou “somos do Quincas”, e, por isso que eu, assim como muitas pessoas de Jaguarão achamos muito estranho a mudança de nomenclatura. Grupo Escolar me parecia bem mais simpático do que “Escola de 1º grau”, mas a direção nos explicava que houve uma mudança na Lei, e que a escola estava ficando maior, que a nova nomenclatura tinha mais importância, mais “status” ou algo parecido. Isto serviu para que nos acostumássemos com a nova nomenclatura da escola.

Mas, o meu percurso nos anos iniciais não foi exatamente o que poderíamos chamar de satisfatório. Em 1974, ingressei na 2ª série com a professora Isolda Perez, a que acompanhou a minha primeira visita ao Teatro Esperança. Os alunos, em sua maioria eram um pouco maiores que eu, alguns meses, na verdade, em média a idade dos alunos era próximo aos 8 anos completos, ao passo que eu tinha acabado de completar 7 anos, mas fomos seguindo. A turma não era difícil, pelo menos em minhas lembranças, mas não posso dizer o mesmo da

minha letra. Não tive transição e nem uma adaptação necessária, no meu entender, da letra bastão para a cursiva.

De acordo com minhas lembranças, no referido ano, acompanhei as atividades e, ao final, a princípio, seria satisfatório, porém tive a primeira experiência negativa, acabei repetindo a 2ª série. Alguns anos depois descobri que minha mãe e a professora entenderam que eu era muito imaturo ainda e que apesar de poder seguir para a 3ª série, seria prudente repetir naquele ano. Isto, hoje, mediante as circunstâncias, me parece salutar, mas, na época, gerou algumas angústias, afinal, estava mais longe da série que se encontrava o meu irmão, que nunca repetira nenhum ano. Sabemos que não era incomum, sobretudo naquela época, crianças que estariam aptas a seguirem os estudos, mas por demonstrarem imaturidade e, no meu caso, uma letra quase incompreensível, havia um consenso entre escola e família para a criança repetir de ano. Observando algumas letras de alunos hoje, fico pensando que aquela letra não seria um grande problema para os dias atuais.

Bom, obviamente, eu não sabia destes preâmbulos e, realmente, me senti angustiado, ao que me lembro. Talvez o fato de que aqueles colegas seguiam adiante, meu irmão também seguia adiante agora já para a 5ª série, que funcionava no turno da manhã, diferente das demais séries que funcionavam pela tarde. É difícil avaliar o que me passou na cabeça, mas a vida segue adiante e, na nova 2ª série, com a professora Lenir Ribeiro Almeida, e uma turma com idades iguais a minha, a vida escolar fluiu de forma bem mais agradável.

Neste contexto já estávamos em 1975, período em que comecei a manifestar mais interesse pela representação cênica. Outro fato interessante de trazer aqui é o momento em que participei de uma campanha de vacinação, estávamos recebendo a novidade da vacina através de uma “pistola” que todos da minha geração, com certeza, lembram. Aliás, havia vacinação na escola e não me lembro de nenhum pai ou mãe intitulado “patriota” gritar sobre algum absurdo sobre as crianças estarem sendo vacinadas. Pode ser minha

memória, claro, e, possivelmente, havia uma autorização dos pais, mas se não houvesse, era uma Ditadura, não é mesmo! No final daquele ano, que alegria, estava passado, com certeza não pela vacina, mas ela foi importante, tanto pela imunização quando ao fato de lembrar daquele momento até hoje.

No entanto a alegria não durou tanto tempo, pois na 3ª série a coisa complicou, mas também este menino estava mais envolvido com as novas amizades e brincadeiras, enquanto aqueles conteúdos apresentados nas aulas não me pareciam tão importantes, até porque eu não tinha habilidade de decorar, habilidade que era muito necessária na época e, hoje, sabemos de seus problemas e limitações. Mas não é que eu desenvolvi está habilidade, porém só lá na 4ª série e de forma surpreendente, na 5ª série. Já na 7ª série eu tirava “10” em matemática (sem precisar de decoreba), mas isto é outra história.

Recapitulando, eu repeti dois anos, na 2ª série (1974) e na 3ª série (1976), lembrança que me acompanhou até o último ano do 2º grau, talvez por isso mesmo eu nunca mais tenha ficado, sequer, em recuperação. Seria um trauma? Neste caso, pelo menos serviu para algo positivo. Avaliando meu processo de aprendizagem e dificuldades, não tenho muitas dúvidas que eu tinha, o que chamamos de “Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade” (TDAH), e que meus pais, obviamente, não conheciam este “palavrão” e tampouco era estudado ou acompanhado nas escolas. No entanto, parece que minhas estratégias, talvez motivadas pelo entendimento que não podia mais “repetir” um ano, deram certo.

A sequência desta trajetória, no agora antigo “Grupo Escolar” e nova “Escola de 1º Grau”, já não contempla, efetivamente, a proposta deste capítulo. Em 1977, na 3ª série pela segunda vez, tenho comigo a famosa foto “recordação escolar”, a qual guardo com carinho. Mas é importante outro registro que talvez, represente de forma mais afetiva meu envolvimento com esta escola. Já na 7ª série (1981) eu ganhei um concurso de redação sobre o patrono da escola, fato que me entusiasmou ainda mais e, desde então, participava

ativamente das Feiras de Ciências e Concursos cívico-literários que havia na cidade. Um pouco antes, em 1979 me colocaram uma bandeirinha do Brasil e fomos para frente da escola que ficava na principal Avenida da cidade, pois ali iria passar, como de fato passou, o Presidente João Figueiredo. Sim, é verdade, o último General da Ditadura civil-militar. Quanto ao ato “cívico”, eu me perdoou, afinal éramos crianças e nem sabíamos o que efetivamente estávamos fazendo. Aliás, outro momento que está vivo em minhas memórias são os momentos da “Hora Cívica”, onde cantávamos os hinos (depois de decorá-los), mas como não tínhamos noção das intenções destes momentos, adorávamos, afinal estávamos no pátio quando não representando um jogral para os demais alunos.

Formei-me no 1º grau em 1982 no “Joaquim Caetano”. Em 1983 fui matriculado no Colégio Estadual Carlos Alberto Ribas, no Curso Técnico em Contabilidade. O motivo foi, na verdade, que era ao lado da minha residência, desde 1981, mas claro que tem mais histórias aí. Mas a necessidade de fazer algumas leituras, de perguntar por que e quem inventou a “contabilidade”, embora não fosse algo que “cobrassem” nas disciplinas, me instigavam. E claro, também a minha militância em um Grupo de Jovens da cidade, estes elementos contribuíram para um trajeto que me levou onde estou hoje. Assim, em 1986 me matriculei na Faculdade de Filosofia na Universidade Federal de Pelotas, não antes de brigar para não servir no Exército. Mas agora já estamos caminhando para outras paragens.

Referências

AMARAL, Giana Lange do. Políticas Educacionais no contexto histórico brasileiro. *In*: SANTOS, Rita de Cássia Grecco dos (org.). **Tecnologia, cultura e formação na Educação a Distância**: o potencial reflexivo da/na formação de professores. Rio Grande, RS: Ed. Universidade Federal do Rio Grande, v. 7, 2012, cap. 7, p. 105-123.

AMARAL, Giana Lange do; AMARAL, Gladys Lange do (orgs.). **Instituto Estadual de Educação Assis Brasil: entre a história e a memória** (1926-2006). Pelotas: Seiva, 2007.

AMORIM, Hananiel de Souza Amorim Souza. A implantação dos grupos escolares no Brasil nas primeiras décadas do século XX. **Saberes: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação**, [S.l.], n. 12, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/47abRlu>. Acesso em: 22 maio 2023.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia - Geral e Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução de Maria Leticia Ferreira. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2012. Tradução de: Mémoire et identité.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Reformas Educacionais no Brasil. In: SAVIANI, Demerval (org.). **Estado e Política Educacionais na História da Educação Brasileira**. Vitória: Edufes, 2010, p. 343-372.

ESCOLANO BENITO, Augustin. **A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia**. Tradução de Heloísa Helena Pimenta Rodcha e Vera Lucia Gaspar da Silva. Campinas, SP: Alíea, 2017. Tradução de: La escuela como cultura: experiencia, memoria, arqueologia.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. 7. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013

MACHADO, Carlos José de Azevedo. **Teatro Esperança de Jaguarão (RS): Lugar de memória e de história**. 2016. 154f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

MAGALHÃES, Justino. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco – Edusf, 2004.

OLIVEIRA, Ana Lucia Costa; SEIBT, Mauricio Borges. **Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão**. Pelotas, RS: Universitária UFPEL, 2005.

PIÚMA, Almiro de Lima. Coisas de ontem. **Cadernos Jaguarenses**, Jaguarão, v. 3, p. 6-51, 2006.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. Memória, história, esquecimento: Palestra proferida na Conferência Internacional Haunting Memories. **History in Europe after Authoritarianism**, Budapest, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/40zKSxb>. Acesso em: 08 jun. 2023.

SCHUELER, Alessandra F. M.; MAGALDI, Ana Maria. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Tempo**: Revista do Departamento de História da UFF, v. 26, p. 32-55, 2009.

3. GRUPOS ESCOLARES: “O MAIS PERTO QUE SE TINHA NA ÉPOCA, DE DEMOCRATIZAÇÃO E UNIVERSALIZAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA”

Luciane Sgarbi S. Grazziotin

Como professora e pesquisadora no campo de História da Educação, deixo claro, antes de tudo, a minha ciência de que, entre 1972 a 1974, temporalidade das minhas memórias sobre os Grupos Escolares, eles já não existiam mais, de direito. As escolas assim chamadas foram extintas em 1971, com a promulgação da Lei 5.692/71. No entanto, nas cidades nas quais eu estudei, essa transformação demorou a ocorrer, de modo que a denominação da escola, toda a configuração espacial e disciplinar, assim como os uniformes e o currículo, existiam na forma de “Grupo Escolar”, motivo pelo qual uso essa denominação e participo desta publicação, cujo foco são os grupos escolares.

É o segundo texto que escrevo sobre minhas memórias como aluna de Grupo Escolar, e sempre é um momento muito prazeroso, sobretudo porque os revezes daquele tempo tornaram-se engraçados com o passar dos anos, algo que, sabe-se, é de modo geral inerente ao ato de rememorar.

A primeira escrita, publicada em 2012, foi a convite da professora Beatriz Fischer; eu produzi uma narrativa baseada no grupo escolar em que eu me alfabetizei; chamava-se Conde de Afonso Celso, no município de Bom Jesus/RS. Tratava-se do meu 1º ano escolar, e, dentre tantas lembranças, se destacam as agruras relacionadas às comparações entre mim e uma colega com a letra mais bonita que a minha.

Dessa feita, trago à memória o Grupo Escolar Otávio Boss, localizado na cidade de Giruá, também no RS, situada na Região das Missões. É um município com marcadas características da imigração alemã e polonesa, muito distante dos Campos de Cima da Serra, onde

se localizavam Bom Jesus e o outro Grupo. Trago, ainda, algumas poucas memórias do Grupo Escolar Paulo da Gama, em Porto Alegre.

Nossas memórias são do passado, mas não estão no passado: estão no presente. O passado vem traduzido pelos nossos processos de subjetivação e se resignifica com o passar do tempo. Essas memórias são, portanto, o meu passado no presente. Transporto para esse momento alguns fragmentos aparentemente isolados e sem correlações entre si. No entanto, nesse ato de revisitar o passado e recriá-lo, eu produzo essa correlação entre as memórias, na medida em que atribuo a elas uma dimensão relacionada a religião, discriminação étnica e nacionalismo, em um processo que mescla minhas memórias da década de 1970 com as análises que faço nesse ano de 2023.

O grupo escolar Otávio Boss, localizado na cidade de Giruá, era branco, uma construção térrea, com as edificações compridas, na qual as salas de aula tinham portas voltadas para um pátio externo de chão de terra vermelha, cor do solo da região. Nessa escola, eu fiz o 2º e 3º anos primários.

Do 2º ano, lembro pouco. Recordo que a professora se chamava Mara; ela me causava medo, era brava e não tinha paciência. Recordo que tive dificuldade de aprender a dividir; não compreendia a operação; e a professora Mara não utilizava o mínimo recurso didático, nem palitos, nem tampinhas – sequer desenhava no quadro formas concretas para as crianças compreenderem –, e eu, com certeza, tinha dificuldade.

Sua metodologia consistia em representar na forma de um cálculo, “22 dividido por quatro são 5; para 20, sobram 2”, e colocava o resultado. Eu não tinha ideia de onde aquilo tudo tinha surgido. Segundo a professora Mara, a mágica para compreender divisão consistia em decorar a tabuada; quem a soubesse desvendava o mistério. De minha parte, eu sabia a tabuada “*de cor e salteada*”, mas o mistério permanecia; quer dizer, sabia a tabuada, que tínhamos de decorar, mas não conseguia aprender a dividir.

Para conseguir tal feito, orientada pela Cecília, uma moça que trabalhava conosco como “doméstica”, eu fiz promessas de rezar o terço.

Se em consequência do estudo, do medo dos gritos do meu pai ou do efeito da reza, eu não sei, mas a tabuada de multiplicar, eu decorei.

Mesmo tendo a tabuada de multiplicar decorada, a relação dela com a divisão – algo que, para a professora Mara, parecia tão óbvio – não fazia sentido para mim. Eu não fazia as “continhas”, porque não sabia, borrava toda a folha de caderno de tanto fazer e apagar; escondia o caderno para não mostrar os maus-feitos. Não adiantava, quando chegava minha vez de apresentar a tarefa, as malditas divisões, Deus! Que tormento, o xingamento era certo.



Edição 1945

Fonte: <https://bit.ly/464EbUV>. Acesso em: 01 ago. 2023.

Este livrinho, impresso em papel jornal, sem atrativos, com listas e listas de números – multiplicar, dividir, somar e diminuir –, atormentou minhas noites; não tinha qualquer apelo didático ou estético. Mas sabe-se lá como nós aprendíamos; superado o desafio e a promessa da tabuada, vinha o próximo problema a solucionar, no meu caso, aprender as horas.

Aprender as horas foi outro martírio, e, para obter êxito, mais promessas de *terços*, *ave-marias* e *rezas outras* sempre eram encabeçadas pela Cecília, católica fervorosa, que me ajudava nas tratativas com Deus e com meu pai, que tomava a tabuada e me “ensinava”, aos gritos, as horas; em caso da não aprendizagem, o castigo era certo!

Ainda na 2ª série, havia um colega, o “Beto”, filho da professora de catequese; não sei se essa professora só ministrava a catequese ou também lecionava na escola. Ele era meu amigo; eu o achava muito inteligente porque ele aprendeu contas de dividir.

Enquanto escrevo, as lembranças chegam desordenadas; outra que carrego se relaciona à religião. O Padre Basso foi um personagem à parte; ele ia ao “Grupo” para nos escutar em confissão; era um pavor esse momento. Padre Basso usava batina preta, uma vestimenta que eu nunca havia visto até ir morar em Giruá. Aos domingos, ele ficava na saída da missa, verificando quem dos alunos da catequese estavam frequentando a cerimônia. Nós éramos assíduas, eu e minha amiga Mara Medeiros; não faltávamos, obviamente mais pelo medo do Pe. Basso, do que propriamente pela fé, o que quer que isso significasse aos 8 anos de idade. Nesse contexto, percebe-se que, desde os primórdios da República em que, pela constituição, a educação pública seria laica, de fato, nunca o foi.

No 3º ano, a professora chamava-se Ida; ela era de origem polonesa ou alemã, isso dito pela minha mãe. Bem magra e alta, com cabelo louro e curto, não gritava, mas era enérgica e determinada. Devido à sua origem, ela trocava o “V” pelo “F”, em vez de vas-soura, dizia “*Fassoura*”, “*ferde*”, “*folume*”. Diz minha mãe que esse

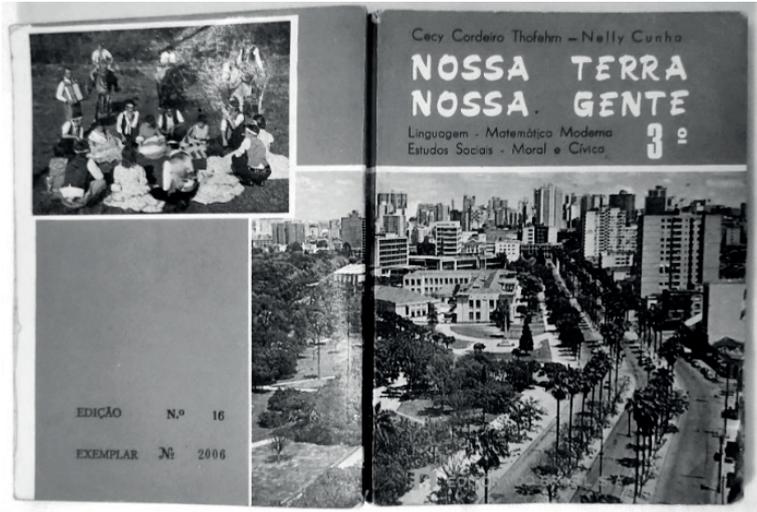
fato, naquele momento da escolarização, foi complicado; comecei eu também a trocar as letras na hora de escrever.

Com ela ensaiávamos cantos para apresentar em datas comemorativas; o canto sobre o descobrimento do Brasil, lembro ainda hoje. Eu gostava do 3º ano; aprendi matemática sem os traumas do 2º ano; gostava dos colegas e do livro didático. A obra se chamava Nossa Terra, Nossa Gente, de onde emergem outras memórias.

“Nossa Terra, Nossa Gente”: será?

A pergunta com a qual inicio esta sessão faz sentido hoje; a “terra” e a “gente” representadas naquele livro certamente não aludem à diversidade étnica, equidade de gênero, territórios indígenas e quilombolas. Obviamente, era um livro de seu tempo; não faz sentido criticá-lo com base no entendimento de hoje. Sem pretender ser anacrônica, chamo atenção, muito brevemente, para esse aspecto, somente com o intuito de fazer pensar o quanto se avançou e o quanto ainda falta avançar. Sobre esse livro, utilizado como documento na História da Educação, foram realizadas dissertações e teses; há artigos e algumas discussões interessantes no meio acadêmico.

Na época, lembro-me de achar ótimo não ter de copiar tudo do quadro; era só ler e completar. Talvez tenha sido meu primeiro livro didático. Embora tivesse o volume do 2º ano, acredito que não fosse adotado pela professora Mara.



Fonte: Arquivo do Hisales História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares - 2023.⁷

Desse livro, eu lembro que se tratava do Rio Grande do Sul; minha memória traz elementos somente do que se refere à disciplina de Estudos Sociais e de uma poesia que eu lembro toda de cor. Tratava de um fato ocorrido com uma empregada doméstica – na gravura, era negra – que era mandada ao açougue para perguntar se tinha rabo de vaca para vender. A patroa dizia, “*Ditinha vá ao armazém, mas veja se não estaca, e pergunte ao seu Joaquim se ele tem rabo de vaca*”. A empregada não entende a situação e fica constrangida em perguntar, volta e diz: “*patroa eu não pude ver, seu Joaquim usa avental*”. Eram rimas engraçadas, mas nesse caso carregadas dos estereótipos da época: a empregada era negra e simplória.

Fiz uma breve busca sobre a poesia e descobri seu título: “Essa Não”, e o autor, “Walter Nieble de Freitas”. Analisando algumas

7. O Hisales é um centro de memória e de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Educação (FaE) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

de suas obras, identifiquei vários aspectos que o caracterizam: faz, em sua maioria, poesias infantis; grande parte delas com toque de humor, com rimas fáceis de gravar – tanto que eu, 49 anos depois, ainda as tenho na memória –; apresenta vários elementos de racialização que essencializam os distintos grupos étnicos aos quais se refere: negros, judeus, libaneses, característica comum à época.

Seguindo essa estratégia que mescla lembranças da Luciane de 1974 com a análise da Luciane em 2023, outra marca relativa a questões étnicas faz parte das minhas memórias da 3ª série. Tínhamos um colega que chegou já andava longe o ano letivo; se chamava Vladimir. Além de chegar atrasado ele faltava muito às aulas. A professora Ida, quando ele não estava, nos dizia, à guisa de justificativa: *“ele é cigano”*; o tom indicava uma opinião do tipo: *“não liguem, ele é cigano, eles são assim irresponsáveis, estranhos”*.

O Vladimir era, de fato, discriminado por ela, mas não tenho certeza se os meninos, colegas da turma, o discriminavam também. Ele sentava na última fila, mesmo tendo espaço mais para frente; sentava sozinho. As demais crianças sentavam em duplas, e não me lembro de a professora Ida mandá-lo mais para frente ou sentar com alguém.

Ela lhe chamava atenção pela falta de banho, para que cortasse as unhas e o cabelo. Por não fazer tarefas, e por toda a sorte de outras coisas, o “pobre” era massacrado. Lembro, ainda, que era mais alto que os demais meninos, provavelmente mais velho; era engraçado, do tipo “piadista da sala”; falava alto; tinha voz mais grossa; não se intimidava; e me parecia não estar nem um pouco preocupado com os xingões que levava. Eu adorava quando ele ia à aula porque ele divertia as nossas manhãs; ele era displicente e irreverente, do tipo “não estou nem aí”; eu era curiosa e encantada com o Vladimir. Espelho, nesse momento que muito provavelmente fosse negligenciado, meio que “se virava sozinho”, talvez uma forma característica de sua cultura. Os ciganos eram em grande número nessa região e eram

discriminados pelas pessoas locais; a professora só reproduzia com ele o que a sociedade fazia com os membros da comunidade cigana.

Eu gostava muito de morar em Giruá, e o Grupo Escolar Otávio Boss era um mundo repleto de crianças iguais ou muito semelhantes a mim. Muitos tinham condições financeiras mais precárias, é verdade, mas éramos “todos iguais”, de guarda-pó branco com tope azul, ali “ninguém tinha mais que ninguém”. Hoje me dou conta da sensação de equidade porque, na 6ª série, eu estudei em uma escola particular de freiras, na Cidade de Caxias do Sul, e, nesse tempo, aprendi o significado de “lugar social”.

Mas voltemos aos “Grupos”: meu pai, que era bancário, em 1975, foi transferido para Porto Alegre. Na capital, fui estudar no Grupo Escolar Paulo da Gama e, novamente, me adaptei muito bem à nova escola e aos novos colegas. Minha mãe lecionava nessa instituição e, como não tinha com quem nos deixar, ficávamos eu e minha irmã menor o dia todo da escola, talvez algo impensável para os dias atuais.

Lembro-me de ser uma escola branca, também térrea, espaçosa, e que contava com alguns setores que marcaram esse tipo de instituição escolar à época. Tinha Serviço de orientação educacional (SOE) e Serviço de orientação pedagógica (SOP). Minha mãe trabalhava nesse setor. Quanto ao SOE, lembro que era uma psicóloga a responsável; como ficávamos o dia na escola, eu e minha irmã, tínhamos atendimento com essa profissional.

No Paulo da Gama, havia um grupo de flauta; funcionava por adesão e era gratuito; eu tocava flauta soprano. Participava de toda a sorte de atividades que a escola oferecia, por motivos óbvios: eu estava ali a tarde toda, sem ter o que fazer; era fundamental que minha mãe encontrasse o que fosse possível para eu não ficar vagando pelo pátio ou atrapalhando o trabalho dela, querendo atenção.

Os meus colegas, hoje me dou conta, viviam em uma situação mais precária que a minha; havia todo o tipo de estrutura familiar e poder aquisitivo entre eles. Eu recordo que alguns colegas eram filhos

de presidiários; as mães faziam faxina em órgãos públicos no centro de Porto Alegre para sustentar a família; em outros casos, os pais eram soldados da Brigada Militar; alguns eram donos de pequenos comércios na volta da escola; havia pais que eram pintores de parede, que faziam serviços gerais. Como me lembro disso? Porque tenho na memória cenas em que eu ia brincar com colegas, e a casa tinha uma venda, por exemplo, ou pela própria convivência e pelos “papos de criança”, ou ainda pelos comentários da minha mãe.

De tudo, o que mais estreitava esse convívio era o nosso grupo de flauta doce. Imagino tratar-se de um convênio da Orquestra Sinfônica Infante Juvenil da UFRGS, com escolas de periferia, o que oportunizava que o nosso grupo, da professora Mara – outra Mara da minha vida – tocasse na Escola de Belas Artes junto aos alunos da Orquestra Sinfonia. Os ensaios eram à noite, e os pais não tinham condições de levar seus filhos; minha mãe, que era professora da escola, tinha legitimidade para levar as crianças. Colocava seis crianças em um Opala, levava-as para nossa casa, no bairro Jardim do Salso, longe, portanto, do Bairro Parthenon, onde se localizava a escola; dava um lanche a todas, transportava-as para o Instituto de Belas Artes, bem no Centro de Porto Alegre, aguardava o ensaio, que iniciava, acredito, às 18h ou 19h; e, às 22h, ela transportava todas as crianças até um prédio público, onde uma das mães que morava no bairro da escola estava trabalhando. Essa mãe saía mais ou menos no horário em que os ensaios terminavam; assim, levava todos de ônibus de volta ao Parthenon e arredores, onde moravam.

Hoje me dou conta do tamanho do esforço coletivo em prol da cultura; de lá não saiu nenhum “virtuoso”, que eu saiba, mas o sentimento de parceria, de coletividade, de cooperação, de amizade, de convívio com a diferença, na diferença, foi parte de um contexto específico, de uma forma escolar – a dos Grupos Escolares –, essa forma que era o mais perto que se tinha, na época, de democratização e universalização da escola básica.

Nesse exercício de rememorar, outras tantas lembranças emergem; mas, por ora, apresento essas, um pouco do meu passado que se encontra presentificado por meio dessa narrativa, uma construção memorialística de presente e passado interdependentes.

Referências

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi S. Romagem do tempo: os grupos escolares de minha infância. *In*: FISCHER, Beatriz Daudt Fischer (org.). **Tempo de escola**: memórias v. III. São Leopoldo: Oikos, 2012.

TURMENA, Leandro; BITENCOURT JUNIOR, Cesar. A reforma de 1º e 2º graus de 1971 e a reforma do ensino médio de 2017: algumas aproximações. **Educação por escrito**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 1-9, 2022.

4. DA ESCOLINHA RURAL ISOLADA AO GRUPO ESCOLAR: MEMÓRIAS, ESCRITAS E IMAGENS

Zita Rosane Possamai

Palavras iniciais

Este escrito partiu de um convite ao lembrar. Para tecer essas linhas, retomo um excerto do memorial apresentado para o Concurso para Professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, escrito no segundo semestre de 2022 (Possamai, 2022, p. 4):

Esse momento de olhar para trás e apreciar os percursos percorridos reveste-se de emoção impossível de descrever, pois são indizíveis as alegrias, as tristezas, as inseguranças, as incertezas, as decepções e tudo o mais que compõe um viver pleno de afetos.

Esse ato exige vontade e esforço, pois “memória é trabalho”, ensinou Ecléa Bosi no seu clássico “Memória de Velhos” (Bosi, 1987). Certamente, as reminiscências aqui contidas são fruto de seleção vagarosa, porque é característica da memória social ser seletiva (Halbwachs, 1990), repleta de esquecimentos e evocações orientadas por minha subjetividade, por meus afetos e pelas impressões do ocorrido (Benjamin, 1993), que permaneceram comigo por muitos anos, sem que eu saiba explicar o porquê. Por outro lado, esse duplo movimento de lembrar e escrever captura as reminiscências do mero apelo nostálgico e transforma o vivido em laboratório de reflexão, de entendimento, de aprendizados sobre quem fomos e quem nos tornamos (Arenhaldt, 2010).

Se a memória refere-se aos recônditos íntimos das pessoas, por outro lado, nessa partilha, é inevitável o olhar e a escrita de uma histo-

riadora também preocupada com o legado inevitável de um registro no tempo: modesto; localizado espacialmente em meio rural e na periferia urbana; de uma menina nascida no encontro entre descendentes de italianos, portugueses e indígenas (talvez); de uma adolescente e jovem pertencente às camadas operárias e que se tornou professora de uma universidade pública federal. Mesmo que, neste caso particular, não se imponha o imperativo categórico, *o dever de lembrar* (Gagnebin, 2009; Ricoeur, 2001), a exemplo das atrocidades humanas, como a Shoah, a escravização e o genocídio indígena e africano, o particular aqui recordado e relatado alimenta-se de um *desejo de memória*, moléstia que acomete os mais velhos, certamente, mas também os profissionais da História e da Museologia, em especial, sempre atentos para os traços que ficarão para as próximas gerações do tempo presente. Por isso, de algum modo, temos a arrogância de que nossas memórias venham a compor os fios de renda das histórias, a partir do lembrado e, diga-se de passagem, raramente escrito por gente humilde que habita o meio rural e as zonas periféricas das grandes cidades.

Da escolinha rural ao Grupo Escolar

Ou se tem chuva e não se tem sol,
ou se tem sol e não se tem chuva!

Ou se calça a luva e não se põe o anel,
ou se põe o anel e não se calça a luva!

Quem sobe nos ares não fica no chão,
quem fica no chão não sobe nos ares.

Ou se tem chuva e não se tem sol,
ou se tem sol e não se tem chuva!

Ou se calça a luva e não se põe o anel,
ou se põe o anel e não se calça a luva!

Quem sobe nos ares não fica no chão,
quem fica no chão não sobe nos ares.

É uma grande pena que não se possa
estar ao mesmo tempo nos dois lugares!

Ou guardo o dinheiro e não compro o doce,
ou compro o doce e gasto o dinheiro.

Ou isto ou aquilo: ou isto ou aquilo...
e vivo escolhendo o dia inteiro!

Não sei se brinco, não sei se estudo,
se saio correndo ou fico tranqüilo.

Mas não consegui entender ainda
qual é melhor: se é isto ou aquilo.

(Ou isto ou aquilo, Cecília Meirelles)

Na escavação de minhas reminiscências escolares, reencontrei-me com esse poema de Cecília Meirelles, lido por uma professora em uma hora cívica, do Grupo Escolar Rodrigues Alves, localizado em Cachoeirinha, cerca de 15 quilômetros de Porto Alegre. Não foi de todo mal, então, essa prática autoritária imposta pelo regime ditatorial (1964-1985). Certamente, mestres e mestras, diretores e alunado souberam fazer deste, aparentemente enfadonho, um momento de descobertas e aprendizados. Eu certamente o fiz, pois o poema permanece comigo ainda hoje.

No meu itinerário de estudante, passei por algumas escolas até chegar ao grupo escolar. A cada mudança de residência de minha família, era inevitável também a troca de escola. Esse movimento, algumas vezes, gerou sofrimento; em outras, estranhamento e curiosidade com as novidades a serem vividas.

Os primeiros andares necessariamente passam pela pequena escola rural isolada e multisseriada, localizada no lugarejo denominado Morro do Cipó, no interior de Sombrio, Santa Catarina. Era, então, fevereiro de 1973 e eu ainda não completara 7 anos. Eu trilhava com outras crianças o caminho de chão batido, de minha casa até o pequeno edifício destinado a nos acolher. Adulta, ao percorrer esse trajeto de aproximadamente um quilômetro e meio, considerei bastante longo para uma criança naquela idade, mas não recorro de cansaço ou desconforto para lá chegar. A professora se chamava Maria, segundo as lembranças de minha mãe, e morava em frente à escola. Ali, durante pouco mais de um mês dei continuidade às primeiras letras, que já havia começado a aprender em casa com minha mãe. Felizmente, não tenho recordações desse momento, mas minha progenitora sempre me contou que me obrigava a estudar com uma “varinha” ao lado, pois eu, como qualquer criança, preferia brincar. Na escolinha, a sala de aula tinha crianças de diversas idades e níveis de escolarização. Eu estava entre os menores e me sentava num grupo à frente e à esquerda da sala, próxima ao quadro verde, onde ia escrever alguma letra, a pedido da professora. Desses dias, lembro-me de uma situação bastante curiosa: a professora tinha em sua mesa uma grande concha do mar e o aluno ou aluna que desejasse ir à patente (sim, estou me referindo a uma casinha de madeira, utilizada para as necessidades fisiológicas em meio rural sem rede de esgoto), devia levar consigo a tal concha. Provavelmente, essa fora a forma encontrada pela mestra para controlar o vai e vem de seu alunado. Recordo o prazer de escutar o barulho das ondas do mar, ao colocar a tal concha no ouvido, nesses instantes de completa solitude. Talvez, por esse motivo, sempre tenha amado tanto o mar e o barulho de suas ondas.

No mês seguinte, já estava no Rio Grande do Sul, para onde meus pais agricultores decidiram se mudar para tentar uma vida melhor. No município de Cachoeirinha, na região metropolitana da capital, logo entrei na 1ª série, na Escola de Primeiro Grau Costa e Silva, cujas atividades iniciara em 8 de março de 1971. Ainda hoje

a escola é denominada carinhosamente por *Costa*, apesar deste ser o nome de um dos ditadores que governava o país naquele período e ter instituído o Ato Institucional número 5 (vulgo AI 5), responsável pela perseguição, prisão, tortura e desaparecimento de inúmeros oponentes da Ditadura Civil-Militar vigente. Eu não sabia de nada disso e levei alguns anos para conhecer esse período sombrio da história brasileira e estar ao lado de todos os que lutaram por Diretas Já, nos idos 1984. Mas essa é outra história, vamos com calma.

No *Costa*, finalizei minha alfabetização com o acompanhamento da Professora Ana Fogaça, de quem recorro à paciência, a alegria e o carinho dedicados a ensinar a ler e a escrever. Ao finalizar o ano, ela presenteou cada criança com um livro; o meu chamava-se *O Circo* e tinha a capa vermelha, de onde sobressaíam as rodinhas de plástico em cor amarela do veículo/jaula onde se encontravam um leão e outros bichos. Esse foi meu primeiro livro. Recentemente a reencontrei na rede social Facebook e contei a ela uma reminiscência desta aluna mal agradecida: naquela ocasião de encerramento do ano letivo, a professora me perguntou com quem eu havia aprendido a ler. Não titubeei e respondi: “— com minha mãe!” Rimos juntas; eu ainda envergonhada pela falta de gratidão infantil; Ana tranquilamente, me disse: “— o mérito foi das duas!”. A escola era pequena, com apenas dois pavilhões, salas de aula ladeadas com uma ampla varanda que davam para um pátio. Ao final da varanda, ficava a cozinha, onde fazíamos as refeições. Lembro-me de não gostar do cheiro de certo mingau, que, depois de adulta, descobri ser de aveia. Ora, aveia é um alimento nutritivo e adequado como merenda escolar. Ainda hoje é um odor que, como a *madeleine* de Proust, me faz evocar as recordações desse tempo.

Na 2ª série, mais uma vez meus pais resolveram se mudar para outro bairro e, novamente, precisei mudar de escola. Desta vez, fui estudar no Grupo Escolar Guimarães Rosa, localizado na Vila Parque Brasília, a poucos quilômetros do *Costa*. Esta era uma escola maior, na minha visão, com um grande pátio em forma de quadrado na sua entrada e com pavilhões também mais extensos. Dessa escola, não me

lembro das salas de aula ou de qualquer espaço interno, apenas do pátio e de alguns momentos que ficamos em fila antes de entrar para as aulas. Ali fiquei até a 3ª série, quando tive novamente que me mudar. Recorro de um incidente que me fez sofrer muito nessa transição. Ao sair da casa alugada que morávamos, situada quase ao lado da escola, escrevi na parede de madeira sobre estar gostando de um menino; a menina filha dos locatários encontrou meu escrito e espalhou para toda a turma meu enamoramento, fato que me causou grande constrangimento. Por esse motivo, não via a hora de terminar o ano e sair dali.

Contudo, foi nessa escola que fui fotografada em ambiente escolar e pude guardar essa bela recordação visual, comum a muitas crianças que viveram a infância escolar no período da Ditadura Civil-Militar brasileira. Nesta imagem (Figura 1) sob formato de monóculo, estou vestida de guarda-pó branco, sentada diante de uma mesa, onde estão posicionados um globo terrestre e livros empilhados. A bandeira brasileira ao fundo completa o cenário de uma educação desejada e divulgada pelo regime. Essa imagem compõe a iconosfera escolar do regime militar brasileiro, ao lado das imagens fotográficas das paradas cívico-militares. Embora tenha pesquisado fotografias escolares, nunca pensei muito sobre essas imagens em específico, mas esse escrito memorialístico me fez indagar se os fotógrafos eram também oficiais. Penso isso, pois foi definido com muito cuidado um protocolo cenográfico, no qual estudantes foram inseridos para posar, para a criação de uma memória visual escolar ou uma memória fotográfica escolar dos anos 1970, de modo a dar a ver a educação desejada naquele contexto.



Figura 1. Fotografia autora no Primeiro Grau, então com 8 anos, Grupo Escolar Guimarães Rosa, Cachoeirinha/RS

Fonte: Acervo da autora (1974).

Terminado o ano, meus pais se mudaram novamente, desta vez para uma casa própria, na qual permanecemos muitos anos. Assim, fui matriculada no Grupo Escolar Rodrigues Alves, onde cursei desde a 3ª série até completar o 2º grau. Foram muitos anos e muitas vivências, relacionadas ao meu desenvolvimento e também às mudanças que indicavam a entrada na puberdade e na adolescência.

Sem dúvidas, foi a escola com mais amplo espaço que eu frequentara. Um longo muro ladeava um pátio retangular, que servia de estar nos recreios e de quadra esportiva para as práticas de educação física. A partir dessa área aberta, onde também eram organizadas as filas das turmas quando soava a sineta, se alcançava um extenso corredor por onde se distribuíam as salas de aula, cujas entradas formavam um aprazível hall descoberto, tendo ao centro do edifício, as salas da direção, da secretaria e da biblioteca. Na continuidade desse passadiço, à direita, alcançava-se os sanitários e, na sequência, a quadra descoberta de handebol, posteriormente transformada em amplo ginásio coberto.

À esquerda, chegava-se a um saguão coberto em forma de quadrado, onde ocorriam eventos, cerimônias e festas. Desse hall, à esquerda, seguia um segundo pavilhão com varanda e salas de aula, além dos sanitários. À direita, descendo as escadas, mais um pavilhão com salas de aula e varanda. Em frente ao portão de entrada, no primeiro pavilhão, ficava a cantina, local de aglomeração na hora do recreio. Nesses espaços, vivi a maior parte de minha vida escolar; fiz muitas amizades; aprendi com professores e professoras; fiz minhas traquinagens, como qualquer criança, e minhas descobertas como jovem.

Aluna nova em escola nova, primeira coisa que tentei foi mudar meu nome. Sim, não gostava do meu primeiro nome, devido ao estranhamento que causava nas pessoas (“mas é teu nome ou apelido?”, pergunta inevitável). Para evitar essa chatice, tentei a cada nova amizade, me apresentar como Rosane e logo conheci uma xará, Hélia Rosane, que também odiava seu primeiro nome. Mas a ela chamávamos todos de Rosane e eu segui sendo Zita. Paciência. Hoje, considero muito engraçada essa birra com meu nome, que passei a gostar muito na vida adulta, apesar daquela perguntinha ainda me acompanhar em muitas ocasiões.

Várias das amizades que fiz, desde a chegada na escola, seguiram comigo nos anos subsequentes: Mara Pizzoni, que sempre passava na minha casa para irmos juntas à escola; Margarete e André, que eram namorados; Claudia, que todo ano comemorava seu aniversário numa reunião dançante esperada por todos; Zilmar a quem eu dava aulas particulares no contraturno em troca de maçã ou bolo inglês; Lisiane, cuja mãe era bomboniere do Cinema Cacique, localizado na Rua da Praia em Porto Alegre, e nos presenteou com entradas gratuitas para ver o filme *Grease, no tempo da brilhantina*, estrelado por John Travolta e Olivia Newton John; Carlos, o Bola; Jane, Rogério, Ricardo e Nelson, do time misto de Voleibol; Raquel, sempre maquiada; Rogério Callegary, cujo pai era dono de uma ferragem; Jane, cujo pai era dono da Fotografia Adamatti; Rosemary; Rose, minha

conterrânea; Raimundo, de descendência japonesa; Paulo Roberto da Silva, meu vizinho; Mari e tantos outros (Figura 2).



Figura 2. No alto, solenidade de formatura do ensino médio do Grupo Escolar Rodrigues Alves, onde a autora recebe o diploma do professor Gil Coelho. Abaixo colegas do 1º grau por ocasião da missa de formatura do 1º grau

Fonte: Acervo da autora (1983).

Dos primeiros anos nesta escola, lembro-me da querida professora Lourdes Foppa da 4ª série; de alguns abusos sofridos pelos corredores com os meninos de mãos levadas; do torneio em que participaria como atleta na Escola Técnica Agrícola, em Viamão, e onde tive meu primeiro entorse de tornozelo que me deixou fora da competição; dos professores de Educação Física Nei e João Carlos; do professor de Biologia que a turma infernizou tanto que ele precisou chamar a direção, que nos suspendeu por três dias (lembro como eu chorava por isso ter acontecido); do famigerado professor Hilário, substituto dos faltosos que sempre nos presenteava com balas *Toffee* a cada acerto do seu vocabulário literário; da professora Ingrid de Moral e Cívica que me fez escrever no quadro um texto sobre a “Revolução de 1964”; dos professores de História, de Matemática, de Física; do professor de desenho e artes, arquiteto Tarso.

No Rodrigues, assim chamávamos com carinho a escola, tinha uma biblioteca e eu adorava passar por lá para ficar consultando os livros e para levar alguns para leitura em casa. Li todos os números disponíveis da série *Para Gostar de Ler* e delicieei-me com os mestres da crônica brasileira: Rubem Braga, Fernando Sabino, Manuel Bandeira, Carlos Drumond de Andrade, entre outros. Anos depois, descobri com tristeza que ainda havia mais edições que a minha escola não tivera acesso. Os volumes da série *Biblioteca das Moças* também foram por mim devorados. Relembro o espanto de saber que em *A pupila do Senhor Reitor*, o tutor da jovem lia os romances antes dela para verificar se eram adequados a sua idade. Em minha casa, meus pais que mal haviam finalizado o ensino primário, não nutriam essa preocupação, certamente porque sua luta pela sobrevivência era mais urgente e também porque desconheciam certos perigos que os livros podiam conter, embora minha mãe tenha adquirido algumas enciclopédias de capa vermelha dos vendedores ambulantes que passaram pela nossa casa. Nas bibliotecas das escolas públicas estaduais o bibliotecário é profissional raro; em geral, uma professora fica como

responsável pela organização e empréstimos dos livros. Eu era assídua frequentadora com alguns colegas. Certa vez, a professora Isabel nos convidou para ajudá-la no inventário, tarefa à qual nos dedicamos com afinco, numa exemplar matação de aula. Não sei como descobriam, mas logo a direção suspendeu nossas atividades e nos fez voltar, resignados, para a sala de aula.

Também recorro com alegria as campanhas anuais de arrecadação de fundos para a construção de um ginásio para a escola. Essas gincanas eram muito divertidas, pois saíamos em grupo pelas ruas do bairro, batendo de casa em casa em busca de doações de garrafas e tijolos. Minha turma venceu mais de uma vez essas gincanas e o prêmio recebido era um passeio às cidades de Gramado e Canela. O padre Poletto da Igreja Matriz, também professor da escola, aproveitava os resultados quantitativos de garrafas arrecadadas para fazer um sermão na missa dominical sobre o alcoolismo nas famílias. Entretanto, deste episódio, uma das impressões mais nítidas que guardo foi o espírito de cooperação em prol das melhorias do espaço físico da escola. Recordo que não apenas estudantes eram envolvidos, mas também as famílias em projetos de arrecadação de fundos, que, provavelmente, o mantenedor estadual não supria.

Além das deficiências na infraestrutura do grupo escolar, mais dois aspectos mesclam minhas memórias a um olhar crítico do presente. Um deles, era imbricação com a igreja católica da escola pública mantida pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, pois encontrava na missa dominical o mesmo padre que dava aulas da matéria de religião na escola, cujo conteúdo era etiqueta social, na qual usava um livro-guia cuja capa tinha a cor lilás. Lembro também de um aluno que circulava pelos corredores na hora da aula de religião, certamente por não ser adepto do credo católico da maioria do alunado. Outro, eram as práticas impostas pela Ditadura, tais como as horas cívicas diárias antes das aulas, da qual lembro da leitura do poema *A mão e a luva* de Cecília Meireles, antes mencionado. Mas

ruim mesmo era ter que ensaiar a marcha nas ruas, durante semanas, para os desfiles da Semana da Pátria. Desajeitada, era sempre a que errava o passo, estragando a harmonia da fileira. Hoje, fico feliz de ser a que destoava, mesmo sem querer, desta prática autoritária imposta aos escolares e que ainda vigora em alguns contextos municipais.

Ensino médio nos loucos anos 1980

I've paid my dues
Time after time
I've done my sentence
But committed no crime
And bad mistakes
I've made a few I've had my share of sand kicked in my face
But I've come through (And I mean to go on and on and on)
We are the champions, my friends
And we'll keep on fighting 'till the end
We are the champions
We are the champions
No time for losers
'Cause we are the champions
Of the world
I've taken my bows
And my curtain calls
You brought me fame and fortune and everything that
goes with it I thank you all
But it's been no bed of roses
No pleasure cruise
I consider it a challenge before the whole human race
And I ain't gonna lose, ah (And I mean to go on and on
and on)
We are the champions, my friends
And we'll keep on fighting 'till the end
We are the champions

We are the champions
No time for losers
'Cause we are the champions
Of the world We are the champions, my friends
And we'll keep on fighting 'till the end
We are the champions
We are the champions
No time for losers
'Cause we are the champions"
(Freddy Mercury)

Era o início dos anos 1980 e a banda *The Queen* disparava nas paradas da Rádio Continental. A melodia cantada por Fred Mercury tinha sido a escolha de meu grupo para apresentar uma coreografia no final de ano da escola. Eu, pra variar, não acertava os passos e levava bronca das colegas. Saía do ensino fundamental, estava na 8ª série e ali se encerrava um ciclo.

No ensino médio, como muitos outros colegas, ingressei no mercado de trabalho e estudava no período noturno. Comecei a trabalhar com 15 anos, numa loja denominada Fundilho Moda Atual, denominação inspirada na porto-alegrense Saco & Cuecão. Ali não consegui ficar muito tempo. Em seguida, fiz estágio em uma fábrica denominada Racine Hidráulica S/A (posteriormente Dana S/A), localizada no Distrito Industrial de Cachoeirinha e vivenciei a primeira greve dos metalúrgicos, nos anos 1980, ocaso do regime ditatorial, quando o movimento sindical se fortalecia, principalmente neste segmento ao qual Luiz Inácio Lula da Silva pertencia, e o Partido dos Trabalhadores surgia. Eu era, então, uma menina ingênua politicamente e seguia as ideias dos afetos mais próximos. Embora em dúvida sobre qual atitude tomar, furei o piquete da greve com minhas colegas estagiárias, mesmo com uma grevista clamando: "Gurias, vocês não precisam entrar." Hoje, essas memórias parecem inacreditáveis diante da pessoa que me tornei, posicionada política-

mente à esquerda e comprometida com os movimentos sociais, e me fazem pensar como nos transformamos ao longo dos anos.

Também na escola fui cooptada pela então diretora do Rodrigues para votar na Arena, o partido dos militares que estava no poder desde 1964 e responsável pelas prisões, perseguições, torturas, assassinatos e desaparecimentos de muitas pessoas que reagiram ao golpe que depôs o Presidente João Goulart. “Por que não dar mais uma chance?”, dizia ela, enquanto minha professora de História Isabel Almeida, que anos depois se tornou minha colega de profissão e militância, implorava: “Todos, menos o número Um (número da Arena nas eleições para governador de 1982).”

O ensino médio foi um período de muitas descobertas, no qual eu abandonava a infância para entrar no mundo adulto, com as responsabilidades que cabiam a uma jovem de família operária (Weber, 2004) que necessitava buscar trabalho para ajudar em casa. Na ocasião, não tinha conhecimento que era vítima da Reforma MEC-Usaid, que instituiu a Lei 5692/1972 e implementou o denominado Ensino Profissionalizante destinado a inserir as camadas pobres no mercado de trabalho, enquanto as escolas privadas continuavam a preparar as camadas médias e superiores para a entrada na cobiçada universidade pública federal, destinada a poucos e privilegiados, naquela época.

Nessa lógica, em meu ensino médio estudei aspectos rudimentares de administração, contabilidade, processamento de dados, psicologia além de História, Língua Portuguesa e Literatura. Dessa época, não lembro muito de aulas de matemática, química, física, geografia, biologia, ou seja, quase tudo que eu ia precisar para prestar com sucesso o vestibular. Assim, fiquei três anos aprendendo conteúdos que teriam muito pouca aplicação nos rumos do meu futuro. Obviamente, nesta época, não tinha noção dos delineamentos políticos projetados na formação dos jovens. Somente nas disciplinas da Faculdade de Educação, no curso de História, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, compreendi que eu fora objeto de um experimento educacional desti-

nado às camadas populares, que ainda se mantém vigente no Brasil e nesta escola que cursei meu ensino médio. É sabido que há décadas, no Brasil, o ensino de nível médio é objeto de debates nas políticas educacionais, enquanto se mantem a dicotomia entre preparo para o mercado de trabalho para os pobres e preparo para os estudos superiores para as camadas médias e abastadas. Por incrível que pareça, esse debate ainda perdura e, recentemente (2008), foi implantado de modo autoritário pelo governo golpista de Michel Temer um “Novo Ensino Médio”, cuja revogação integral é demandada por alguns setores da educação. Não gostaria de entrar nesse debate, por não ser meu foco de estudos, mas este é um assunto que muito me sensibiliza em razão de minha história de vida e da preocupação com a formação dos jovens pobres das periferias urbanas. Recordo quando meu filho entrou no 1º ano do ensino médio e seus mestres e mestras passaram a abordar em aula, quase diariamente, sobre a opção para o vestibular e o quanto isso o angustiou até escolher um determinado curso. Na escola pública em que estudei, talvez em muitas, nunca se pronunciou os termos *universidade* ou *vestibular*. Nas escolas públicas que meus sobrinhos frequentam, no mesmo município de Cachoeirinha, a universidade continua a não ser opção para os jovens periféricos e essa possibilidade “não faz brilhar os olhos”, conforme me disse meu sobrinho Eduardo, que, ao finalizar o ensino médio, não quis ir para a universidade. O cenário mudou muito com a aprovação e implantação de Ações Afirmativas nas universidades públicas brasileiras, mas as escolas públicas continuam a não considerar ser esta uma opção para eles, infelizmente.

Assim, os conteúdos não aprendidos, como se pode imaginar, precisei buscar em ensino privado pré-vestibular para poder alcançar alguma chance de entrar na UFRGS, a opção de universidade pública mais próxima. Mas algo levei da escola e do grupo escolar. Felizmente, o gosto pela leitura foi cultivado em todos esses anos. Esta foi uma prática que se tornou hábito na minha vida, desde o primeiro livro, e que a biblioteca do Rodrigues, apesar de sua preca-

riedade, certamente, contribuiu muito para manter. Talvez, por esse motivo, tenha um carinho muito especial por bibliotecas públicas e comunitárias, a exemplo de algumas localizadas em bairros periféricos de Porto Alegre, por proporcionarem acesso aos livros aos mais pobres. Certamente, essa prática mantida durante todo o ensino escolar capacitou-me a uma boa escrita, condição *sine qua non* para vencer a prova de redação para ingresso universitário.

Contudo, a formação proporcionada ultrapassa os conteúdos ministrados. O curso noturno, por outro lado, reúne estudantes adultos, em sua maioria trabalhadores. Desse modo, o ensino vespertino do grupo escolar me inseriu no mundo dos jovens adultos e ali também foi o espaço para tratar de assuntos sensíveis, tais como sexualidade e uso de drogas, nas aulas de Psicologia da Professora Nilda, mas também nos corredores e na rua, antes de chegar à escola. Também pude usufruir de atividades extraclases, na idade das primeiras saídas para lazer, como ir na pizzaria com colegas. Graças ao empenho e à disponibilidade de alguns de nossos mestres, como o querido professor de literatura e ator Gil Coelho (Figura 2) fui ver o filme *Laranja Mecânica*, no Cinema Vogue, localizado na Avenida Independência, em Porto Alegre; com ele e também com o diretor e professor Renato e sua esposa, viajei com colegas em excursão até Balneário Camboriú, em Santa Catarina. Vividos e memórias que me tornaram quem sou.

Escrever essas linhas e olhar novamente essas imagens, me suscitou curiosidade sobre esses colegas que comigo compartilharam esses momentos. Por onde andarão? Que fizeram de suas vidas? Continuaram a estudar ou seguiram trabalhando, sem atentar para a sua formação universitária? Se foram para a universidade, que cursos escolheram? Entre estudantes do Rodrigues, recordo apenas de dois colegas que também foram estudar na UFRGS, como eu. A alegria de recordar também reveste-se de alguma melancolia por constatar que a jovens das periferias urbanas, em pleno Brasil do século XXI, ainda é dificultada a formação de nível superior. Estamos

no caminho, mas precisamos acelerar o passo para a democratização do acesso e da permanência na universidade.

Referências

ARENHALDT, Rafael. Cevando o chimarrão: a escrita de memoriais formativos. *In*: ARENHALDT, Rafael; MARQUES, Tania Beatriz Iwaszko (eds.). **Memórias e afetos na formação de professores**. Pelotas: Editora Universitária/ UFPel, 2010, p. 190-204.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas II**: Rua de mão única. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 2. ed. São Paulo: Quatro/Editora da USP, 1987.

GAGNEBIN, Jean-Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo, SP: Vértice, 1990.

POSSAMAI, Zita Rosane. **Historiadora, museóloga, educadora, militante**: itinerários de uma aprendiz. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022.

RICOEUR, Paul. **La mémoire, l'histoire, l'oubli**. Paris: Seuil, 2001.

WEBER, Regina. **Os rapazes da RS-030**: jovens metropolitanos nos anos 80. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

5. A GAVETA DOS GUARDADOS: MEMÓRIAS DE UMA ESTUDANTE

Lucila Guedes de Oliveira

A memória é a gaveta dos guardados. Nós somos o que somos, não o que virtualmente seríamos capazes de ser. Minha gaveta são meus sonhos. (Camargo, p. 31, 2008)

Quando a gaveta dos guardados se abre, eu retorno ao pátio da minha infância. As histórias trazidas constituem-se como um caminho possível para fazer as tessituras de uma (auto) biografia, que se desloca entre as questões da vida escolar referentes às lembranças do que foi vivido. A memória é “[...] um registro. Sempre que a evocamos, se faz presente, mas permanece intocável como um sonho” (Camargo, 2008, p. 30). Nesse caso, é possível encontrar surpresas e fatos do passado e que dizem muito do que somos, e de como nos constituímos.

Volto no tempo, especialmente no ano de 1977, na cidade de Dom Pedrito, interior do Rio Grande do Sul. Lugar onde vivi até a fase adulta. Nessa escrita, o recorte será das cenas vividas no Grupo Escolar Bernardino Ângelo da Rede Estadual de Ensino. Nesse estudo, pretendo dissertar sobre as gavetas dos guardados como metáfora que faz emergir as imagens que se desdobram em novas imagens, a partir da lembrança da paisagem e dos afetos. São deslocamentos de saberes, operando no campo da educação.

Esse exercício de pensamento para Gallo implica em “[...] um devir, um processo, um movimento. Pensar a educação como conjunto de acontecimentos” (Gallo, 2008, p. 53). A memória ou a sensação do vivido que é própria do devir, equivale às aprendizagens que servem para fazer o seguinte questionamento: Como remexer na gaveta dos guardados, tocando em alguns fatos do passado para dar sentido ao momento presente?

A observação do mundo sob o olhar estético requer a busca da identidade, uma busca de si. É por isso que associo o ato de abrir a gaveta, remexendo-a e acomodando-a para rememorar fatos a qualquer momento da vida. O preparar-se para ir á aula envolvia uma rotina que se desdobrava a pós o almoço em família, do pentear os cabelos trançados e amarrados com laços de fita branca e da vestimenta do uniforme da escola.

1º deslocamento: a materialidade da escola

O primeiro *deslocamento* refere-se à imagem da arquitetura do prédio da escola com ampla porta centralizada por duas colunas dóricas e um frontão contendo o Brasão do Rio Grande do Sul e os dizeres em latim: *Labor Omnia Vincit - O trabalho tudo vence*, ao qual pelo Decreto nº 110, de 8 de julho de 1940, que recebeu a denominação de *Grupo Escolar Bernardino Ângelo – Geba* (Figura 1). A construção tem dois andares, amplo pátio, delimitações de muros e pinheiros perfilados no entorno. O espaço interno do prédio era constituído por extensos corredores que davam acessos às salas de aulas, biblioteca, refeitório, e à sala da direção. No primeiro piso, havia duas escadas no final de cada corredor, possibilitando diferentes acessos para o 2º piso. Havia um pequeno prédio no formato de uma casa no mesmo terreno destinado às crianças pequenas do Jardim de Infância *Criança Feliz*, idealizado e concretizado pela diretoria do Clube das Mães. Meu ingresso na escola se deu a partir da 1ª série do ensino fundamental I, na escola pública e o ensino médio foi cursado em outra escola, da rede privada. Sinto-me agora num momento mágico, não só porque estou por descrever tais lembranças, mas por que iniciei um novo encontro com a vida escolar.



Figura 2. Documentos históricos da escola
Fonte: <https://bit.ly/3FS0xhI>. Acesso em: 30 jul. 2023.

Legitimar a existência da escola com suas nuances para referir-se aos fatos do passado, possibilita novos olhares para os acontecimentos e registros da realidade. Sei que a interpretação da minha própria história dinamiza minha subjetividade, porque cada descoberta não é linear, é sinuosa, com desvios.

2º deslocamento: o pátio, o som da sineta e a fila

Lembro-me de como o piso da escola era feito com ladrilhos e tinha um brilho advindo do capricho da limpeza feita pelas zeladoras que atuavam com o serviço de limpeza da escola. Os espaços amplos eram suficientes para criar as brincadeiras que envolviam a performance de esconder-se ou de correr atrás dos colegas. Cenas do pátio da escola traz á tona, os momentos de alegrias, da correria e das novidades. Aqui se entende a ideia de pátio como um espaço cercado, tomado

por crianças e adolescentes, ocupados por árvores e flores coloridas. O sentimento de saudade da imagem dos prédios e do pátio desvela cada rosto dos colegas que compartilharam comigo os saberes do brincar.

Quando o som da sineta soava forte pela mão da diretora, que a segurava, balançando de um lado para o outro, alertando para a formação da fila para adentrar no espaço de sala de aula, sabíamos que era preciso apressar a caminhada. A visualização da cena é da gurizada correndo de um lado para o outro.

No entanto, as brincadeiras precisavam cessar. É o tempo de dentro da escola, determinado pela autorização e pelos planejamentos das aulas. Conforme Larossa (2018 p. 28), “[...] quando se sai para o pátio, corre-se, quando se entra na sala de aula, faz-se fila (não deixa de ser interessante que se ‘saia’ do pátio e que, ao contrário, se ‘entre’ na sala de aula).”

Talvez seja interessante frisar que as linhas disciplinadoras e de controle evidenciavam-se a partir da organização da fila, separando meninas e meninos e dos espaços para o brincar e estudar. Todos os alunos eram identificados a partir do uso obrigatório de um avental branco com as iniciais do nome da escola, pintado na cor azul marinho no bolso do lado esquerdo.

Demarcar cada percurso construído, dos extratos na história vivida e dos devires, significa voltar à própria origem, olhar para si mesmo, observando diferentes ângulos. E, nesse contexto, o deslocamento é interrogar-se e recriar-se. Outra lembrança que envolve o movimento é o recreio entendido como o momento do descansar, do brincar, como um lugar suspenso, que ninguém pede silêncio. Larossa refere-se à palavra recreio como a

[...] deriva do verbo recrear ou recrear-se. Etimologicamente, esse verbo vem do latim *recreare*, que além de significar criar de novo, significa fazer reviver, reanimar ou vivificar os ânimos ou as forças. Assim, pois, o recreio é tudo aquilo que nos vivifica e reanima, porque nos repara do trabalho. Nos diverte e nos deleita. (Larossa, 2018, p. 31)

A diversão com os colegas oportunizava a reinvenção de mundos, porque o recreio não normatizava, mas instaurava a criação por conta própria, construída pelo movimento e diferentes ritmos.

3º deslocamento: entrando na sala de aula

Abrindo a gaveta que guarda as lembranças do ensino fundamental, especialmente o ingresso na 1ª série, a memória do gosto de um saboroso lanche feito pela minha mãe para levar no primeiro dia de aula. A bolsa laranja xadrez costurada a mão de forma artesanal, que também foi confeccionada por ela, para transportar os cadernos e demais materiais. Nesse andarilhar, a companhia de uma das três irmãs que me levou à escola, porque também era estudante do 6º ano, na mesma instituição. As imagens observadas nos caminhos para a escola constituíam uma viagem, cheia de novidades e das conversas sobre a aula e a professora.

Lembro que ao entrar a primeira vez na sala de aula, lancei o meu olhar para as paredes e identifiquei alguns cartazes coloridos confeccionados pela professora. Nos cartazes estavam escritos a lista com o nome de cada aluno aniversariante do mês e do aluno ajudante do dia. O espaço era decorado como se estivesse preparado para uma festa das descobertas. A professora criava cartazes para cada conteúdo ensinado, deixando-os pendurados na parede por algum tempo. Aos poucos fui me acostumando com a vivência da rotina da escola, com a entonação do Hino Nacional, e a oração no início da aula.

Nesse horizonte a alfabetização trouxe novas experiências, como, por exemplo, a leitura e a resolução das atividades planejadas com os saberes dos diferentes campos do conhecimento. Tal procedimento me conduzia para decorar a tabuada, passar por cada vogal, depois a escrita das sílabas e, por fim as palavras aprendidas. Assim, fui alfabetizada. Nos dizeres de Larossa (2018, p. 21)

Ter experiência de algo é, em primeiro lugar, estar imerso em eventos ou ações [...] que carregam sua própria aprendizagem, seu próprio conhecimento [...], e é condição da experiência estar envolvido em um fazer, em uma prática, estar imerso no mundo que chega a nós, que nos envolve, que nos compromete ou, às vezes, exige de nós ou nos impõe.

Retorno nesse momento à hora do conto, mobilizada pela agulha do toca-disco, que narrava diferentes histórias a cada faixa gravada no disco de vinil. A atenção atenta aos personagens e desfecho da história, abria possibilidades para visitarmos a Biblioteca e retirarmos um livro para levarmos e fazermos a leitura em casa. Foi nesse tempo que conheci os poemas de Cecília Meireles e, que por meio fui tomando o gosto pela leitura.

Falar sobre a minha vida escolar não é uma tarefa muito fácil, tive professores exigentes, amorosos e até mesmo excludentes. O que acontece é que, o meu olhar crítico frente às aulas, de fato causava certa estranheza acerca da acumulação dos saberes. Há também a atenção para o modo de como a professora organizava a sala de aula, separando os alunos em grupos distintos e identificados pelas capacidades de aprendizagens. Todas as atividades eram feitas no caderno, como: pintar, completar, escrever, enumerar e algumas envolviam a múltipla escolha. No processo da avaliação do meu desempenho a correção era feita com caneta vermelha no caderno com um “x”, para as questões equivocadas e a letra “c” para as questões consideradas certas.

Para Charlot, a relação com o saber implica em

[...] compreender como o sujeito categoriza, organiza seu mundo, como ele dá sentido à sua experiência e especialmente à sua experiência escolar [...], como o sujeito apreende o mundo e, com isso, como se constrói e transforma a si próprio. (Charlot, 2005, p. 41)

Nesse sentido o modelo do boletim (Figura 2) ilustrado com os desenhos dos rostos de meninos e meninas aparentemente expressando tristeza, preocupação e alegria frente ao sucesso ou fracasso escolar, denunciava a epistemologia vigente.

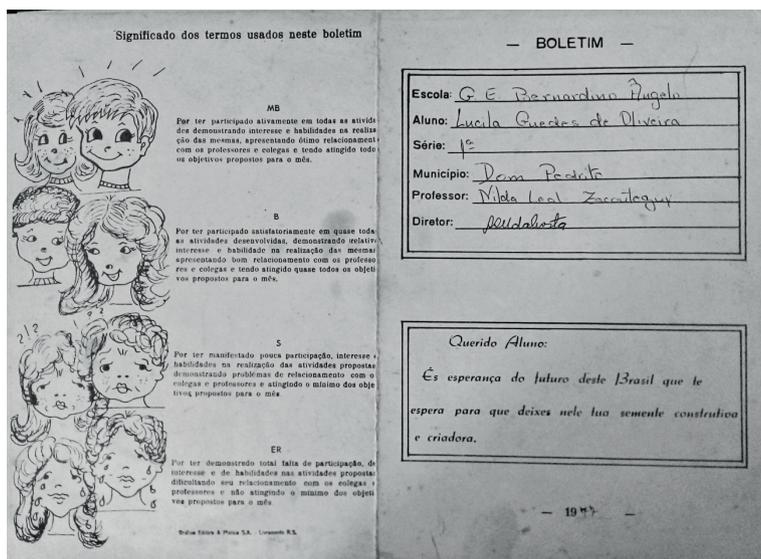


Figura 3. Boletim Escolar

Fonte: Acervo pessoal.

As marcas acerca das impressões de controle e da disciplina tornam-se o fio condutor para fornecer as evidências acerca do modelo pedagógico da escola e dos dispositivos que corroboram quando a história de vida propicia a reflexão e a transformação do próprio sujeito que dela participa.

O percurso das reminiscências pessoais, através da perspectiva de um memorial torna-se relevante porque, essa perspectiva considera a recordação um acontecimento (auto)biográfico, engendrado a outros acontecimentos escolares. Dessa forma, a condução dessa escritura pautou-se no encontro

entre a narrativa fruto da relação de saber com a memória escolar, que faz parte da minha história de vida.

Na ótica de Charlot, os descritores “saberes e memória” podem ser concebidos a partir da necessidade de preencher eventuais vazios ou brechas das histórias de vida, a qual foi reativada e provocada, compondo fontes que serviram e se constituíram de vestígios dos lugares, das instituições e das pessoas. Assim, lembrar e esquecer são deslocamentos que fazem parte dos processos que envolvem o ato de recriar-se.

4º deslocamento: na gaveta se guardam os sonhos

Fechar e abrir a gaveta nos momentos distintos constitui reviver novos encontros. Por conta de tanta saudade, navegado pelo tempo da imprecisão. A minha vida escolar foi sendo vivida na mesma instituição até a 8ª série, constituída pelos afetos das professoras e colegas. No entanto, foi nessa série que me defrontei com manifestações do racismo explícito por meio da voz de um colega. A minha resposta foi imediata para chamar a atenção acerca de tal postura, porque fui de certa forma educada para enfrentar situações de discriminação deslocando a voz do outro para a reflexão de si. Algumas expressões, as quais eram usadas pelas professoras me chamava atenção quando se referiam a caracterização dos colegas negros(as), substituindo a nomenclatura da etnia pelo termo moreninho(a) e entre outras palavras que colocavam a imagem do sujeito negro no lugar da marginalização. Naquela época não havia discussão acerca da temática e, por vezes a linguagem era agressiva e naturalizada, tal qual o modo como os alunos eram agredidos por puxões de orelhas pelas professoras. Essas situações me impactam criticamente, mas não me impediam em dar continuidade a conquistar as minhas aspirações.

Outras experiências com diferentes saberes da Educação física, da Educação Moral e Cívica, da Arte marcavam uma época regida pela disciplina, a busca do conhecimento nas enciclopédias que chamava

atenção pela quantidade de páginas, a capa dura com detalhes em dourado destacando a lombada do livro e exaltando a importância do objeto como portador de conhecimento. As atividades oferecidas pelos professores sempre envolviam idas à biblioteca para buscar as informações na biblioteca. Talvez a biblioteca tenha sido o espaço da escola que mais me afetou e que visitava com mais frequência.

Lembro-me da professora de matemática que trazia para a sala de aula diferentes materiais de contagem e muitas vezes criava gincana na sala para abordar o conteúdo. A professora de Língua Portuguesa recitava versos de poemas e investia na leitura individual e coletiva apontando para os diferentes ritmos e entonação da voz. Assim a leitura em voz alta era uma passagem da aula quase que obrigatória.

Nesse tempo a disciplina de Arte era ministrada pelos professores sem a formação específica, porque o foco era a geometria ou o desenho livre. Na Educação física as modalidades do esporte e a prática da corrida no entorno da escola apontava para a ideia do cuidado e saúde do corpo. São tessituras tramadas na percepção das cenas vividas e evocadas. Sobre a perspectiva desse tempo o filósofo francês Henri Bergson, discute a ligação dos tempos passado e presente, entrelaçando a memória e vida da seguinte forma:

Aos dados imediatos e presentes de nossos sentidos misturamos milhares de detalhes de nossa experiência passada. Em geral essas lembranças deslocam as nossas percepções reais, das quais não conservamos então mais que algumas indicações, simples “sinais” destinados a nos lembrar antigas imagens. (Bergson, 2011, p. 62)

Assim, na gaveta fica o passado que cresce incessantemente, alimentado por sonhos e conservado infinitamente que por vezes não cabe dentro dela. A metáfora é utilizada para afirmar que na gaveta há trânsitos percebidos em momentos distintos onde perduram o

que me afetou como experiência e que não cessa. Eu sou a gaveta dos guardados, portadora de histórias.

Referências

BERGSON, Henri. **Memória e Vida**. São Paulo: ed. Martins Fontes, 2011.

CAMARGO, Iberê. **A Gaveta dos guardados**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, formação de professores e globalização: questões para a educação hoje**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GALLO, Silvio. **Deleuze e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

LAROSSA, Jorge. **Esperando não se sabe o quê: sobre o ofício de professor**. Belo horizonte: Autêntica, 2018.

NÓVOA, Antônio. **Carta a um jovem investigador em Educação**. Investigar em Educação - II^a Série, Número 3, 2014.

II - MEMÓRIAS EM TORNO DAS TRAJETÓRIAS E PRÁTICAS DOCENTES

6. PLANEJAR AULAS PARA UM CORRETO PROCEDER: O CADERNO DE PLANEJAMENTO DE UMA PROFESSORA DE UM GRUPO ESCOLAR (CAMAQUÃ, RS – 1957)

Maria Teresa Santos Cunha

[...] fui admitida como regente de turma, tendo em vista que eu já havia concluído o Curso de Magistério. Era um início perfeito: salas de aula confortáveis, crianças bem alimentadas e dispostas, aulas planejadas [...] (Vasconcelos, 2007, p. 36)

Introdução: Planejar para ensinar

Planejar aulas, saber ordená-las bem e adequá-las para um melhor entendimento dos conteúdos selecionados ao ensino era uma das pautas para a futura formação docente dada nos Cursos de Magistério que sinalizavam um correto proceder para o exercício de ensinar e de ser professor(a). A forma de planejar as aulas e de conceber a transmissão de conhecimentos era algo quase naturalizado às professoras primárias, haja vista a presença dos cadernos de planejamentos guardados em seus arquivos pessoais e a lembrança que ainda despertam, quando rememorados em narrativas escritas e mesmo orais.

Some-se a isso, a aquiescência e mesmo a obrigatoriedade das direções das escolas sobre a necessidade de planejar nestes cadernos, vistoriados com frequência. Trata-se, enfim, de um documento que carrega traços de um caráter ritualístico, celebrativo, até mesmo ornamental e ligados, prioritariamente, ao universo feminino, ou seja, às mulheres professoras. Pode-se conjecturar, por exemplo, que o magistério foi sendo concebido como profissão feminina não somente por causa de certa preponderância feminina em seu exercício, mas

também pelos valores e significados /comportamentos sociais que a ele acabavam sendo associados, como, por exemplo, a atribuição quase exclusiva às mulheres, ao longo de uma grande período, de maiores responsabilidades afetivas que deveriam reverberar nas práticas docentes. Pode-se considerar que tais cadernos se caracterizam como uma produção feminina por excelência e respondem, por seus objetivos, ao imperativo de lugares deixados para seus planejamentos escolares, sua expressão e inscrição no tempo. Os estudos de Louro (1997) traduzem, historicamente, a participação significativa das mulheres com o processo educacional, desde finais do século XIX. Pela educação elas caminharam na direção de uma incorporação gradativa, como professoras, superando, aos poucos, uma relação inicial de continuidade entre a maternidade e a tarefa de educadoras. Nas escolas, eram ao mesmo tempo “dirigidas e dirigentes, profissionais e mães espirituais, disciplinadas e disciplinadoras”. e iam se “construindo em meio a estes aparentes paradoxos” (p. 454).

Produzidos, em geral, por professoras, os cadernos de planejamento, que continham planos de aula, consagraram-se como artefato indispensável ao exercício do magistério primário e, de alguma forma, garantiram um lugar de legitimidade de todas as ações realizadas em sala de aula, como recordam narrativas de professoras:

Aquilo que comecei como uma necessidade premente de adquirir uma profissão, conquistou completamente minha disposição, e cursei com imenso prazer, capricho e dedicação. Confeccionei inúmeros portfólios, cartazes em relevo, materiais dourados, coloridos, cadernos encapados com tecidos, brinquedos pedagógicos, **planos de aula**. (Vasconcelos, 2017, p. 36, grifo meu)

O **Plano de Aula** para a classe 1º ano R1, que aqui apresento, terá duração de 10 dias, o método é o global e o assunto

será Semana da Pátria. O livro base é Linguagem e Estudos Sociais. (MHSD, Caderno Diário, 1957, 1/9/1957, grifo meu)

Este capítulo coloca em destaque um caderno de planejamento de aulas de uma professora primária, doravante identificada por MHSD, produzido entre os anos de 1957 a 1959, enquanto atuava em um Grupo Escolar na cidade de Camaquã¹, no estado do Rio Grande do Sul. O investimento para a produção deste capítulo teve início com o contato empírico com este material e se deteve na primeira parte do caderno, abrangendo o ano de 1957. Nesse período foi inventariado, descrito e interpretado, passos teórico-metodológicos amparados na compreensão de que esses procedimentos historiográficos ampliam as possibilidades de observação e análise e o detalhamento das seções que compõem a materialidade/organicidade deste documento. O planejamento proposto para a disciplina História, colocada como tal no Plano Geral, está copiado nas primeiras páginas do caderno mas, ao longo das páginas, apareceu registrada como Estudos Sociais (englobando a Geografia) para o 1º ano R1, fato que será abordado ao longo desse artigo.

Os diálogos teórico-metodológicos contemplam o Caderno de MHSD como integrante da cultura material da escola, ou seja, “objetos circunscritos aos ambientes de ensino e que têm auxiliado no trabalho docente [...] como elemento significativo na relação pedagógica”, (Gaspar da Silva; Souza; Castro, 2018, p. 15). Esta temática tem merecido alentadas pesquisas e merece menção o recente estudo apresentado como dossiê intitulado “História da educação e materialidades: recolhas e escolhas em pesquisas”, publicado na *Revista Brasileira História da Educação*, onde se pode exercer

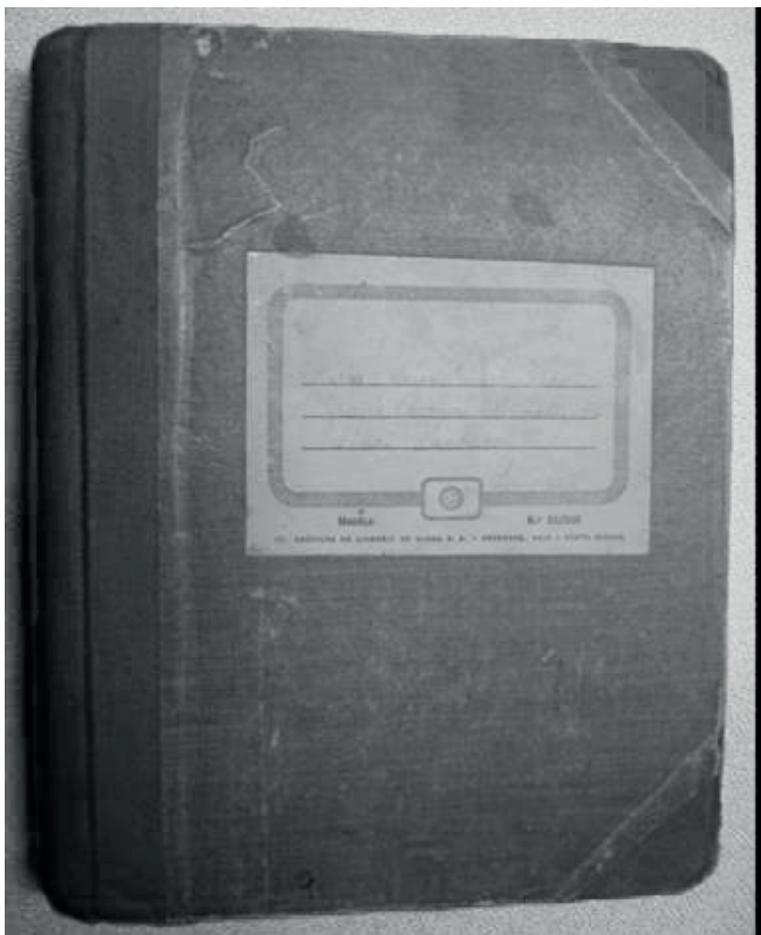
1. “O Município de Camaquã está localizado na Serra do Sudeste [...]; faz parte da Região Centro-Sul; [...] situando-se à margem direita da Laguna dos Patos e à margem esquerda do Rio Camaquã, distante 127 Km da Capital do Estado - Porto Alegre [...]”. Disponível em: <https://bit.ly/3QEyHe9>. Acesso em: 28 jul. 2023.

um olhar mais amarelhado sobre as formas pelas quais a maquinaria escolar adentra a instituição e as maneiras segundo as quais os sujeitos a utilizam, construindo significados e resignificando-a em espaços e tempos distintos. (Apresentação, 2023, p. 1)

De igual maneira, as pesquisas de Souza (2007, p. 177) explicitam a importância da materialidade e argumentam sobre os estudos que colocam em cena o mundo dos objetos, isto é, o estudo dos artefatos e contextos materiais relacionados à educação escolarizada. A autora enfatiza, ainda, que o que define um objeto como escolar depende da intencionalidade e do uso em determinadas situações e condições históricas rompendo assim com uma essencialidade trans-histórica. Tais propósitos começam a solidificar-se na História da Educação, como destaca Mignot (2008), que aborda os cadernos como fonte de pesquisa ao mostrar que há uma preocupação “em examinar o vivido na sala de aula em objetos como cadernos e manuais escolares, que passam a ser considerados importantes objetos de pesquisa” (p. 7).

Nesse texto, a lente estará ajustada à descrição e interpretação de conteúdos planejados e prescritos que poderão oferecer variadas possibilidades de pesquisas, algumas já realizadas (Cunha, 2008) e outras em andamento portanto, o intuito é destacar sua constituição e apontar para suas variadas possibilidades de uso. Assim, o caderno de planejamento de MHSD, aqui em cena, foi investigado como representante de uma época, de um modelo de escola, de uma concepção de ensino que fornece indícios do que era prescrito para o ensino em sala de aula e integra o que se convencionou chamar de cultura material escolar. A partir dos estudos da cultura material escolar pode-se conjecturar para a necessidade de novas e outras abordagens dessa temática haja vista a paulatina diversificação dos materiais escolares que começam a se manifestar na escola, como lousas eletrônicas, computadores e livros digitais.

O Caderno de Planejamento – Diário – de MHSD: materialidades e contexto



Caderno de Planejamento de MHSD (1957-1959)

Fonte: Arquivo pessoal da autora (fotocopiado).

Trata-se de um caderno de capa dura de papelão na cor verde com aproximadamente 200 folhas. Foi apresentado e disponibilizado para fotocopiar por uma aluna, no início do ano escolar de

2004, como sendo uma relíquia dos tempos de professora primária de sua mãe aposentada e residindo no Rio Grande do Sul. Estão ali materializadas variadas atividades, proposições de aulas a serem ministradas diariamente, desenhos, avisos, colagens que sinalizavam um currículo prescrito. Os planos de aula mostravam entre atividades variadas relativas às várias disciplinas, muitas ilustrações coladas, registros de vistas de autoridades, referências aos santos padroeiros, cópias de pequenas orações que acompanhavam o andamento do ano e iam dando forma à ação pedagógica de MHSD, instaurando modos de ser e modos de fazer. Um caderno relicário guardado por sua proprietária durante mais de cinquenta anos.

Este caderno de planejamento escolar, intitulado “Diário” – feito por MHSD alvo desse trabalho –, guarda, emoldura recortes e constrói memórias de um tempo escolar. Produzido entre os anos de 1957 e 1959 sua finalidade era o registro das atividades planejadas e possivelmente desenvolvidas para a 1º ano do Curso Primário do Grupo Escolar Manuel da Silva Pacheco, em Camaquã/RS, conforme registro na página inicial. Observando o calendário e marcados mais pelo tempo religioso e menos pelo tempo do relógio (Cunha, 2008, p. 148) a sucessão de planos de aula parece indicar funções da escola sistematizadas em ações como “controlar tempo, e sistematizar a aprendizagem, em sala de aula” (Mignot, 2003, p. 7).

Em suas folhas, ricamente ilustradas com figuras recortadas, ‘cromos’ e desenhos, os santinhos religiosos dividem espaço com anotações sobre os conteúdos do currículo a serem trabalhados. São fragmentos de um cotidiano escolar que, planejado e vivenciado pela autora, recebia sinais de aprovação perceptíveis nos *vistos* e assinaturas da direção geral e de inspetores escolares o que permite pensar nas práticas de vigilância de que eram alvo professoras e professores e que impregnavam todas as atividades escolares, haja vista sua periodicidade, não raro, quinzenal.

A década de 1950, no Brasil, foi de intensa mobilização política e social e grande parte das discussões ligava-se aos processos de moder-

nização no país, com processos de urbanização e incremento à educação crescentes “parecia ser suficiente mencionar a palavra escola para que todos, em ato contínuo, manifestassem o mesmo entendimento” (Freitas, 2004, p. 176). No Rio Grande do Sul, palco desse trabalho, o período de atuação da professora MHSD, coincide com os debates que acompanhavam esta temática e foi desenvolvido, possivelmente, sob estímulo dessas políticas públicas implementadas em nível nacional e estadual. Estudos qualificados, mostram esta situação:

Os problemas considerados importantes para o desenvolvimento do Estado eram a industrialização, o êxodo rural, a educação e a infraestrutura de transporte e energia [...]. Neste período percebe-se um crescimento quantitativo generalizado de alguns indicadores educacionais em âmbito estadual [...] em número de estabelecimentos e de professores contratados, matrículas e aprovações escolares. (Quadros, 2003, p. 33-49)

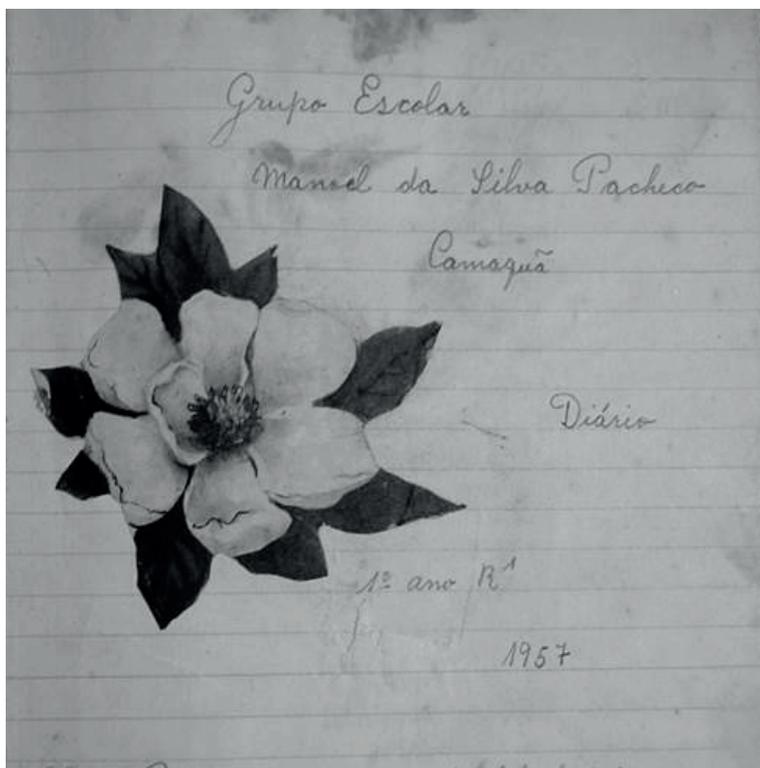
Tais indicadores de crescimento e consequente valorização à profissão permitem inferir que a atuação de professoras, em especial, estava investida de capital simbólico traduzido em um poder social e cultural que lhes conferia prestígio junto às comunidades em que atuavam. Seguíam, ademais, um perfil profissional mais ou menos comum dado e formado pelas Escolas Normais do país que articulavam missão e sacerdócio, a um corpo de conhecimentos e técnicas próprios à arte de ensinar. Os planos de aula organizados por MHSD conjugavam a presença e a interiorização de um código de valores, regras e normas nacionalistas e mesmo na escola pública, a orientação católica, em que pese a laicidade do ensino pregada pelos ideais republicanos, era comum e as aulas iniciavam-se sempre com o registro da Oração da Manhã.¹

1. A presença da orientação católica no caderno Diário (planejamento) da professora MHSD era constante e foi analisada em artigo publicado em Portugal. Ver Cunha (2018, p. 139-152).

Abrindo as páginas do Caderno de Planejamento – Diário – de MHSD

Em sua página inicial, o Caderno de Planejamento – Diário – de MHSD, traz dados de identificação da escola e do ano (1957) e está ornamentado com a colagem de uma figura de flor. Outras colagens de figuras remetendo às flores foram bastante utilizadas em todo o Caderno e levam a conjecturar sobre a análise feita por Ribeiro (1992) para quem o uso de elementos ligados ao mundo natural pode ser uma forma de celebração da natureza e tais usos podem ser considerados como

elementos integrantes e essenciais de um processo pelo qual se constitui uma representação de mulher trabalhando de perto a natureza (filhos, animais, jardins, emoções) e assim, instituindo tal uso como território propriamente feminino. (p. 117-118)



Página inicial do Caderno de Planejamento - Diário - de MHSD

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Nas páginas iniciais, sem numeração, há várias Tabelas intituladas, Constituição da Turma, Movimento da Caixa Escolar²; Gráfico de Frequência Mensal; Gráfico de Rendimento Mensal; desenhos com os uniformes e monogramas que deveriam constar dessas roupas e a cópia manuscrita do Programa do 1º ano. A turma estava composta por 31 discentes sendo 12 meninas e 19 meninos, há um aluno regis-

2. A caixa escolar corresponde a um recurso implementado nas escolas públicas com a finalidade de arrecadar fundos na forma de doações em dinheiro ou em materiais, os quais seriam destinados aos alunos pobres ou carentes, de modo a garantir sua permanência (Zonin; Gaspar da Silva; Petry, 2018, p. 1).

trado como de cor mista e duas alunas como de cor preta. As idades eram variáveis entre 8 e 13 anos e 12 discentes tinham entre 11 e 13 anos, o que parece ser indicativo da letra “R” na turma (será R de Recuperação?), pois a maioria ultrapassava a escolaridade inicial prevista de 7 anos de idade. A tabela também informa que todos são filhos de pais brasileiros, todos católicos e residentes no município de Camaquã (RS). Esta informação – todos católicos – pode ser um dos motivos a respaldar as práticas religiosas católicas descritas.

O Programa do 1º ano, todo transcrito, ocupava cinco páginas e contemplava os conteúdos que deveriam ser ministrados naquele ano (1957) nas seguintes disciplinas, por ordem em que aparecem: Geografia, História, Higiene, Estudos Naturais, Linguagem (Leitura) e Matemática. Nos planos de aula os conteúdos das disciplinas Linguagem (Leitura) e Matemática, merecem registros diários. O interesse neste capítulo, já frisado anteriormente, é sobre o planejamento/conteúdos prescritos para disciplina História³, cujo programa está assim copiado:

HISTÓRIA

A criança, nome, idade,

A família: pais, irmãos, parentes, empregados

Dias em que funciona a escola – Domingos e feriados

Reconhecimento da Bandeira e do Hino (audição). Celebrações

Aqui também se copia o Programa de Geografia, considerando-se que ao longo dos planos de aula aparece somente a citação de Estudos Sociais que, ao que tudo indica, era desenvolvido conjuntamente com a História e nomeado como Estudos Sociais

3. O Programa do 1º ano aparece copiado como História, entretanto, ao longo dos planos de aula, o termo que aparece para designar estas aulas é Estudos Sociais, daí a junção com a disciplina Geografia.

GEOGRAFIA

Casa do aluno: bairro, rua, número

Escola: bairro, rua número

Trajeto casa-escola- ruas, praças, edifícios, monumentos

Meios de transporte que utiliza, tempo que dispense

Os registros dos Planos de aula têm início no dia 23 de maio de 1957, uma quinta-feira, e ao final deste ano há uma informação feita pela professora, no Caderno, nos seguintes termos: *“Tomei posse em 23 de maio de 1957. Minha efetividade foi de 144 dias em 1957”*⁴. O primeiro registro de plano de aula de *Estudos Sociais* é feito em 1º de junho de 1957 e a atividade é assim registrada *Recordar animais úteis e nocivos*. Por sua vez, a última referência a esta disciplina foi feita no plano de aula do dia 27 de novembro de 1957, nos seguintes termos: *Por que os animais são seres vivos e plantas? Fazer uma explicação do assunto*.

Datas das Aulas	Resumos dos Conteúdos ministrados em Estudos Sociais/ Caderno MHSD
1/6/1957	Animais úteis e nocivos (Recordar)
6/6/1957	Dias da semana, ano, estações / Exercícios de completar
11/6/1957	Nome do Aluno, Idade, Escola, Cidade e Data/ Exercícios
13/6/1957	Bandeira do Brasil: Significado e Desenho individual
6 e 7/1957	Plano de São Joao/ Método Global (Duração 20 dias)
19/6/1957	Localização da escola e sala de aula – Desenho individual Nome atual e antigo da cidade. Estações do Ano. São João
5/7/1957	Localização da cidade em relação ao Arroio. Nome do Prefeito
9/7/1957	Localização do fórum dos bancos, cinema, praças, igreja, correio, centro telefônico e hidráulica da cidade de Camaquã
10/7/1957	Recordar descobriu o Brasil, ano e dia, fundação da cidade de Camaquã
6/8/1957	Recordar lições passadas: cidade, escola, datas

4. Doravante, as informações dos planos copiados aqui estarão itálico, como forma de destaque.

Datas das Aulas	Resumos dos Conteúdos ministrados em Estudos Sociais/ Caderno MHSD
12/8/1957	Meses do ano, dias da semana/ Exercícios de revisão
21/8/1957	Exercícios de recordação/Chuva forte e pouca frequência
24/8/1957	Sábado Comemoração do Dia do Soldado. Ensaio geral de marcha (recorte com a figura de Caxias)
28/8/1957	Recordar as estações do ano. Falar sobre as chuvas e as nuvens.
9/1957	Plano Semana da Pátria/Método Global (Duração 10 dias): Excursões à praça para ver o fogo simbólico. Hasteamento de bandeiras
7/9/1957	Hora cívica em comemoração à Independência do Brasil.
9/9/1957	Exercícios sobre Datas: Páscoa, 7 de setembro, Natal, estações do ano
18/9/1957	Feriados e dias de escola. Estações do ano.
7/10/1957	Localização Escola, Cidade: pontos cardeais, Animais úteis e nocivos
12/10/1957	Dia da Criança. Poesias, Saudações.
15/10/1957	Dia do Professor. Importância
18/10/1957	Profissões. Exercícios com base nos afazeres dos pais.
24/10/1957	Exercícios sobre profissões com exemplos os Sete Anões
25/10/1957	Animais úteis e nocivos. Estações do Ano. Semana e Meses do Anos
28/10/1957	Revisão sobre a aula anterior
30/10/1957	Sabatina de Estudos Sociais
4/11/1957	Copiar a lição sobre dias da semana e meses do ano
6/11/1957	Descobrimto do Brasil: Cabral. Plantas e animais úteis e nocivos. Exercícios
8/11/1957	Visitou a classe o D, D, Sr, Dr. Ariosto Jaeger, Secretário de Educação e Cultura e sua comitiva, Declamações e Visto no Caderno
11/11/1957	Nome próprio, classe, nome da escola, nome da Professora
13/11/1957	Animais: Porcos, galinhas, abelhas e vacas: Onde dormem?

Datas das Aulas	Resumos dos Conteúdos ministrados em Estudos Sociais/ Caderno MHSD
14/11/1957	Questionário de revisão: dias, horas, estações do ano, meses com aulas, meses com férias.
20/11/1957	Continuação do Questionário de Revisão
25/11/1957	Animais úteis: meios de transporte na cidade, pontos cardeais,
27/11/1957	Por que os animais são seres vivos e plantas? Fazer uma explicação do assunto.
29/11/1957	Exercícios orais de Estudos Sociais
1 e 2/12/1957	Provas objetivas de Linguagem, Matemática e Estudos Sociais

Tabela 1. Data e Conteúdos ministrados nas aulas de Estudos Sociais - 1957

Fonte: Caderno Diário MHSD/Elaboração da autora.

Pode-se verificar que a Professora MHSD, em seus planos de aula (previstos e descritos no seu caderno de Planejamento Diário) ministrou conteúdos de Estudos Sociais (envolvendo História e Geografia) em todos os meses em que atuou no 1º ano R1, no Grupo Escolar Manoel da Silva Pacheco, em Camaquã/RS, em 1957. As aulas aparecem distribuídas em 36 momentos específicos de atividades com os conteúdos de Estudos Sociais. Considerando que ela teve uma efetividade de 144 dias no ano de 1957 pode-se dizer que cerca de um quarto do seu tempo de aulas (25%) foi dedicado a estas atividades de ensino ligadas aos Estudos Sociais.

Observando-se a programação prescrita para os conteúdos de História e Geografia, aqui nomeados por ela como Estudos Sociais, é possível afirmar que conteúdos e ordens (explicações, revisões e ditados) foram contemplados em situação de frequência e constante repercussão, tais como informações sobre o calendário, datas cívicas e religiosas, tempos e ritmos da cidade de Camaquã/RS, meio de transportes, animais úteis e nocivos. Tais registros podem funcionar como indicativos de que o cotidiano dos alunos e alunas merecia referência

seja nos nomes das autoridades, nas visitas aos locais públicos e nas datas comemorativas vividas pelos habitantes de Camaquã/RS. Além disso, atestam um dado cumprimento ao Programa instituído e permitem pensar em permanências que se consolidam como “tradições” na prática docente e não podem ser descartados. Funcionam como “vestígios [...] que se propõem formadores/civilizadores e se constituem como vastos aparatos documentais nos quais os historiadores constroem processos de análise” (Souza, 2019, p. 115).

As referências ao Método Global, mostram-se afinadas às propostas de alfabetização à época que integravam o conjunto dos métodos analíticos que se orientam no sentido do inicial conhecimento do todo para chegar às partes. Era um método que se popularizou nos anos 1950/1960, com apropriações no campo da política educacional e considerado bastante eficaz para a alfabetização de crianças (Frade, 2007; Souza, 2014).

Anotações variadas sobre o período também foram encontradas como aquela feita nas margens do Caderno quando da apresentação do Plano de Trabalho Semana da Pátria (setembro de 1957) *“Devido a chuvas e ao surto de gripe asiática a frequência diária era de 2 a 4 alunos e por isso só fazíamos recordações de matérias dadas”*. Referências às datas cívicas, religiosas e regionais constituíam pilares da Escola de então e sinalizavam para um período em que ainda se perseguia o nacionalismo e o sentimento patriótico na formação escolar como momentos especiais para realizar a formação moral, pedagógica e, no caso, católica, das crianças.

Do ponto de vista da metodologia empregada para o ensino de Estudos Sociais, encontram-se atividades como questionários, exercícios de completar, descrições, ditados e sabatinas orais, todas ligadas à memorização que dominou, por longo tempo, as práticas de ensino na escola primária brasileira. Entretanto, visitas a locais específicos da cidade (praças, monumentos, edifícios etc.) parecem ter sido feitas como atividades extraclasses, o que é bastante inovador para o período.

Ao final do ano letivo de 1957, há uma anotação no caderno de MHSD em que está apresentada a Ata do Exame Final do 1º Ano R1 informando que compareceram 19 alunos (11 meninas e 8 meninos nomeados). Não há explicações sobre a possibilidade de evasão escolar, considerando que a constituição inicial da turma era de 31 discentes. Entre os dias 3 a 15 de dezembro de 1957, MHSD encerra seu registro no Caderno com a afirmação que *estive à disposição dos trabalhos da Secretaria: correção e revisão de provas, Ata de Exames, boletins etc.*, uma ação que pode ser entendida como um comprometimento da professora com a própria Escola em que trabalhava.

Marcas do tempo são perceptíveis nas folhas amareladas; nas manchas de uso; em anotações feitas nas margens; nos nomes dos alunos e alunas e nas atividades todas descritas em letras firmes e miúdas, com caneta-tinteiro em um vai e vem de registros parecidos que, entre uma linha e outra, expressam dizeres e fazeres que, certamente, circulavam na sala de aula.

Fechando o Caderno de Planejamento – Diário – de MHSD

O Caderno de MHSD pode ser considerado um documento escolar de cunho pessoal que era produzido pela obrigatoriedade de controle das ações docentes, exigência feita pelos órgãos reguladores, como a Direção Geral, a Supervisão Educacional e até pelos Inspectores Escolares que aparecem com certa frequência em suas páginas, com o emblemático “Visto”, seguido de data e assinatura. Ele registra, além do planejamento de aulas, uma possibilidade de reconhecer aspectos da história de uma escola em suas particularidades e ao mesmo tempo, em sua singularidade, é possível encontrar permanências e pontos de semelhanças que o inserem num todo uniformizante. Para além de um testemunho de vida profissional, permite encontrar a configuração de saberes pedagógicos que regulavam e alimentavam

as práticas escolares e igualmente, ser um espaço onde foi possível encontrar indícios de um imaginário sobre o ofício de professora.

Como elemento ligado à escrituração escolar teve importante papel descrevendo conteúdos, mostrando hierarquias escolares, construindo funções e lugares de poder, estabelecendo espaços de autoridade, estruturando métodos administrativos e, dessa forma, homogeneizando práticas docentes. Sua cuidadosa organização gráfica anunciava a escola como promotora de um certo decoro em que ordem e limpeza, na escrita, eram sinônimos de belo e perfeito.

A lente ajustada à escolha e problematização dos conteúdos planejados pela professora MHSD, para as aulas de Estudos Sociais (História e Geografia) delineou expectativas de ensino-aprendizagem partilhadas por aquela geração de professoras que considerava o planejamento das aulas como um correto proceder para o exercício da profissão. Configuram, igualmente, um campo para a compreensão do processo de escolarização de saberes, sempre ressaltando que o Caderno de MHSD se inscreve na ordem do currículo prescrito, haja vista não haver, ainda, possibilidades de cotejamento com outros materiais que possam sinalizar um currículo efetivamente praticado.

Na velocidade da vida que deixa escapar, muitas vezes, o essencial, só foi possível vislumbrar à luz desses pequenos detalhes aqui selecionados, a certeza de que qualquer história é “sempre marcada pelo inacabamento” (Vasconcelos, 2017, p. 38) e que estes documentos que se incluem na cultura material da escola, quando contextualizados, podem ter o potencial de contribuir para uma maior compreensão de dinâmicas cotidianas do ato de ensinar.

Referências

CUNHA, Maria Teresa Santos. Precos, Cânticos, louvores: um ritmo para a construção do calendário escolar. *In*: FERNANDES, Rogério;

MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio (orgs.). **Tempos na Escola**. Lisboa: ProfeEdições, 2008, p. 139-152.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Métodos de alfabetização, métodos de ensino e conteúdos da alfabetização: perspectivas históricas e desafios atuais. **Educação**, Santa Maria, v. 32, n. 1, p. 21-40, 2007.

FREITAS, Marcos Cêzar de. Educação Brasileira: Dilemas republicanos nas entrelinhas de seus manifestos. *In*: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria H. C. (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. III; século XX. Petrópolis: Vozes, 2004.

GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; SOUZA, Gizele de; CASTRO, César Augusto. Por uma apresentação: a materialidade escolar entre caminhos, pesquisas e diálogos. *In*: GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; SOUZA, Gizele de; CASTRO, César Augusto (orgs.). **Cultura material escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades**. Vitória: Edufes, 2018, p. 13-28.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres em sala de aula. *In*: DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997, p. 443-481.

MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio (org.). **Cadernos à vista**. Escola, memória e cultura escrita. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 2008.

MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. **Papéis Guardados**. Rio de Janeiro: Uerj, Sede Sirius, 2003.

QUADROS, Claudemir de. **As brizoletas cobrindo o Rio Grande**. A educação pública do rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola. (1959-1963). Santa Maria, RS: Editora da UFSM, 2002.

RIBEIRO, Renato Janine. Cinderela sem complexos. **Revista USP**, n. 16, p. 116-121, 1993. Disponível em: <https://bit.ly/3R61jyp>. Acesso em: 29 jul. 2023.

SOUZA, Gizele de *et al.* Apresentação: No entremeio das pesquisas históricas, A cultura material em apresentação. Dossiê Temático História da Educação e materialidades: recolhas e escolhas em pesquisas, **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 23, n. 1, 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3sCBBb1>. Acesso em: 30 jul. 2023.

SOUZA, José Edimar de. **Educar**. Perspectivas e construções. São Leopoldo, RS: Oikos, 2019.

SOUZA, Neusa Balbina de. **O “método global” e o ensino da leitura na escola primária no Estado do Espírito Santo: anos de 1960**. 2014. 193f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

SOUZA, Rosa Fátima de. História da Cultura Material Escolar: Um balanço inicial. *In*: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. Entre o poder militar e o religioso: marcas de uma biografia educativa. *In*: NASCIMENTO, Jussara Casiano (org.). **Percursos e Narrativas de Mulheres Professoras**. Curitiba, PR: Editora CRV, 2017, p. 25-40.

ZONIN, Sélia Ana; GASPARD DA SILVA, Vera Lucia; PETRY, Marília Gabriela. Assistência à infância escolarizada: a caixa escolar em cena. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 18, 2018. DOI: <https://bit.ly/3GBA08O>. Acesso em: 29 jul. 2023.

7. GRUPOS ESCOLARES E CIA NAS MEMÓRIAS DE UMA DOCENTE

Lucila Maria Sgarbi Santos

Palavras iniciais

A carreira do magistério era, se não a única, a mais natural e possível de ser seguida por mulheres que exerceriam uma função remunerada fora do casamento, portanto, nos idos anos da década de 1960. Essa condição de formação não foi diferente; ser professora foi minha “opção”. Em vista desse contexto, início, de forma cronológica, as memórias que irão conduzir ao meu percurso profissional. Permeados de esquecimentos e provavelmente coloridas com lápis de cores, como diz Quintana, trago alguns elementos de uma época que nos ajudam a compreender a profissão docente articulada ao início da minha carreira pública no magistério, semelhante à de tantas jovens mulheres da época.

Concluí o Curso Normal em 1961, no Colégio São José, em Vacaria/RS, última turma a concluir a tal Curso sem a exigência de realizar o período de estágio orientado de seis meses, que, do ano seguinte até nossos dias, se tornaria obrigatório. Na época a que me refiro nesse texto, concluída a formação acadêmica na Escola Normal ou em diferentes licenciaturas, em geral, as normalistas e as professoras formadas em nível superior – uma minoria – eram chamadas nas Delegacias de Ensino (DE) para iniciarem a docência onde fosse necessário. No ano de 1962, portanto, seguindo essa característica, fui convidada a comparecer a 4ª DE, no município de Caxias do Sul, para iniciar minha trajetória como professora.

Faz-se necessário lembrar algumas peculiaridades inerentes a esse período: não havia concurso público com provas escritas e/ou apre-

sentação de títulos para habilitar-se ao cargo. As concluintes do Curso Normal ou as licenciadas eram chamadas à DE, como já mencionado, e selecionadas conforme seu aproveitamento escolar no curso concluído. Eram apresentadas as possibilidades; e quem tivesse as melhores notas escolhia, em primeiro lugar, as vagas disponíveis.

Leonel de Moura Brizola foi governador do RS de 1959 a 1963; no seu mandato, houve uma especial preocupação com a educação, de modo geral, e com os índices de analfabetismo, de modo específico. Com o intuito de sanar, ou pelo menos minimizar os problemas dessa ordem, desenvolveu um projeto de construção de escolas sem precedentes até aquele momento no estado do RS. Construiu escolas por todos os recantos do Estado; estas ficaram conhecidas como “Brizoletas”.

Quanto à contratação de professores para ocupar cargos nessas escolas, devido à escassez de docentes, tanto formadas nas escolas normais quanto nos cursos superiores, eram contratadas auxiliares de ensino. Das contratadas, uma exigência para ocupar o cargo era que possuíssem curso ginásial completo; elas ainda recebiam orientações intensivas nos chamados Cursos de Férias e, com essa formação, poderiam adentrar a carreira do magistério.

Os Cursos de Férias eram oferecidos pela Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul (SE); eram ministrados em Porto Alegre por professores indicados pela própria SE. Ocorriam nas férias de inverno, 30 dias no mês de julho; e nas férias de verão, nos meses de janeiro e fevereiro. Para os professores contratados sem habilitação específica, a frequência ao curso era compulsória e com duração de dois anos, de modo geral e, normalmente, habilitavam ao Curso Normal.

Isso posto, voltemos ao meu início na carreira do magistério até chegar aos Grupos Escolares. Em municípios pequenos, dificilmente existiam Grupos Escolares, muito menos na zona rural. Esses espaços de educação, criados no final do século XIX na matriz republicana de compreender a escola, exigiam um número mínimo de cinco turmas e respectivos docentes para cada turma, além dos cargos de gestão, que foram instituídos na mesma matriz.

No interior dos municípios, na falta dos “Grupos”, as escolas eram classificadas em Escolas Isoladas e Escolas Reunidas, seguidas de uma denominação específica que a identificava – por exemplo, Escola Isolada de Sgarbi. As Escolas Isoladas (EI) eram constituídas por uma turma, podendo ter vários adiantamentos, cujo responsável, por todos esses adiantamentos, era somente um professor; as Escolas Reunidas (ER) tinham de duas a quatro turmas e igual número de professores, ou seja, um professor para cada turma.

Tendo em vista esse contexto, após ter sido nomeada pela 4ª DE em Caxias do Sul, assumi na Escola Reunida da Fazenda do Guacho, em Vacaria; éramos duas professoras. Essa escola ficava às margens da Estrada Federal 116, entre São Marcos e Vacaria; funcionava em uma casa precária, como tantas outras. Quando chovia, reuníamos as turmas em uma pequena varanda, único local que permanecia seco – todo o restante ficava molhado. Além da questão da chuva, não podíamos deixar absolutamente nada na escola, uma vez que não havia segurança alguma na edificação. Lecionei nessa escola por aproximadamente um mês, sendo transferida para a EI de Sgarbi no 2º distrito de Bom Jesus, na qual fiquei por dois anos, de 24 de abril de 1962 até 20 de maio de 1964; esta escola funcionava numa “Brizoleta” recém-construída.

Quando da construção das “Brizoletas”, o encarregado dessa função, no município de Bom Jesus, era o senhor Edgar Valmórbida, irmão da minha mãe. Reconhecia-se que, na localidade do Passo dos Varões, no 2º distrito de Bom Jesus, havia necessidade de se instalar uma escola desse nível, uma vez que a localidade era populosa, com número elevado de crianças, pois havia uma serraria onde residiam várias famílias. Também havia os filhos dos proprietários rurais, os filhos dos empregados das fazendas, que, até o momento, vinham sendo atendidos por uma única professora municipal. Se instalada a “Brizoleta” no local, a infraestrutura e as condições da educação nesse distrito melhorariam muito.

O Senhor Edgar, meu tio, pediu ao Senhor Domingos Sgarbi, meu avô paterno, a doação de um espaço para a construção da escola, no que foi prontamente atendido. Concluída a escola, fui imediatamente transferida da Escola da Fazenda do Guacho para assumir na “Brizoleta” onde foi instalada a Escola Isolada de Sgarbi (EI).

Fui a primeira professora; iniciei praticamente no começo do ano letivo de 1962; recebi o prédio sem ter qualquer móvel na recém-instalada escola. O procedimento era, na segunda feira, antes no início das aulas, transportar mesas e cadeiras para a escola; elas vinham do salão de baile do Senhor Osvaldo Martins, “Seu Vadico”, dono de um estabelecimento comercial, e precisavam ser devolvidas no sábado ao término das aulas. Esse procedimento foi feito por aproximadamente dois meses e meio; após esse período, recebeu-se o mobiliário da escola.

Trabalhei sozinha mais ou menos dois meses, sendo a professora, a diretora e servente. No início do terceiro mês, veio se juntar a mim a professora Nanci Dutra, transferida de uma escola instalada no terceiro distrito de Bom Jesus, localidade chamada de São José dos Ausentes.

Outro fato que me vem à memória tem relação com os uniformes escolares. O estado exigia que as crianças tivessem uniformes que consistiam em um guarda-pó branco; o dos meninos, uma espécie de casaquinho abotoado na frente, com pequeno cinto na parte de trás e gravata azul; o das meninas era uma espécie de vestido que ia até um pouco abaixo do joelho, com pregas na frente, com cinto e um tope azul fechando-o próximo ao pescoço. Esse uniforme era comum a todos grupos escolares e escolas primárias de todo o Rio Grande do Sul, independentemente de sua classificação.

Na escola onde eu lecionava, os pais, em sua maioria, não podiam comprar o tecido e mandar fazer o uniforme. Para cumprirmos a exigência, utilizamos da seguinte tática: combinamos, a Nanci e eu, com o apoio do seu Vadico – dono do salão – de fazer um baile para comprar o tecido para os uniformes; e também

aproveitaríamos a iniciativa para comprar as cortinas da escola. O baile foi um sucesso; conseguimos o nosso objetivo.

A questão, naquele momento, era como confeccionar os uniformes. Para essa feita, chamamos as mães dos alunos, calculamos a quantia de tecido necessária para cada família; e as próprias mães se incumbiam de confeccionar os guarda-pós. Mas havia ainda outra exigência, o pequeno bolso do lado direito deveria ser bordado com a monograma da escola, sendo este na cor azul. Essa tarefa coube à Senhora Anita Valmórbida Sgarbi, minha mãe, que bordava à máquina. Os bolsos avulsos foram bordados e, posteriormente, entregues às mães para que essas os aplicassem nos uniformes.

Essas memórias são lembranças da região rural, desse longo percurso iniciado em 1962. Trazem um início com suas características peculiares, talvez descabidas, se analisadas com as lentes de 2023; mas as lentes são outras, são de um período em que centenas de crianças em todos os estados do Brasil não tinham acesso aos processos de escolarização. Sigo, na sessão seguinte, abordando uma outra fase.



Figura 1. Escola Isolada Sgarbi – Brizoleta
Fonte: Arquivo pessoal do senhor Eduardo Borges.

Um grupo escolar na minha “vida de professora”

Quando fui transferida para o Grupo Escolar Conde Afonso Celso, na sede do Município de Bom Jesus, uma nova experiência surgiu no transcurso de minha carreira como professora primária. Em Bom Jesus, os primeiros movimentos, no sentido de criar esse espaço para o ensino-aprendizagem das crianças da Vila de Bom Jesus, são feitos no ano de 1922, quando é oficializada a criação de um Grupo Escolar pelo Decreto n.º 3030.

O Grupo Escolar de Bom Jesus é fundado somente em 1923, não dispondo de prédio próprio, prática comum à época.

Por muitos anos, o Grupo Escolar de Bom Jesus funcionou em prédios alugados, tendo mudado de local em virtude do número crescente de alunos e/ou condições físicas dos prédios onde funcionava. Em 1931, foi transferido para o Clube 16 de Julho Juventude.

Com o passar do tempo, este espaço, além de não comportar a demanda crescente de alunos, também por falta de manutenção, começou a apresentar problemas de desgaste físico. Desse modo, no ano de 1939, o prefeito Luiz Inácio Dutra adquiriu um terreno, doado ao Estado com o propósito de construção do Grupo Escolar. A pedra fundamental foi colocada no mesmo ano, mas a inauguração do prédio só ocorreu em 1943. Nessa data, passou a chamar-se Grupo Escolar Conde Afonso Celso.



Figura 2. Grupo Escolar Conde Afonso Celso

Fonte: Tese de doutorado de Luciane Sgarbi Grazziotin.⁵

Assumir no Grupo Escolar⁶, na sede do município, foi uma nova experiência. Era uma escola grande, com várias turmas distribuídas nos turnos da manhã e tarde, tendo cada turma um professor específico, com diretora, vice-diretora, professor substituto, merendeira, serventes, biblioteca – em suma, uma escola muito diferente das escolas em que trabalhei anteriormente.

Nesta escola, assumi turmas de 2º ou 3º ano, dependendo da necessidade; o número de crianças variava entre 25 e 30 alunos. A instituição tinha numerosas turmas com o mesmo adiantamento, o que tornava possível a troca de informações entre os docentes com turmas do mesmo nível de conhecimento; esse aspecto permitia planejar as avaliações e organizar trabalhos em conjunto. Como não havia tempo para preparar aulas na escola ou trocar experiências com as colegas,

5. “Memórias recompondo tempos e espaços da educação – Bom Jesus/RS (1913-1963)”. Tese defendida no PPGEdu da PUCRS, em 2008. Ver em Grazziotin (2008).

6. Mais informações sobre a história da escolarização de Bom Jesus em Grazziotin e Almeida (2016).

pois ficávamos todo o turno com os alunos, era comum nos reunirmos em casa para organizar as atividades e avaliações mensais.

Importa dizer que as avaliações de final do ano, chamadas de exame final, eram organizadas e enviadas pela Secretaria Estadual de Educação do Estado, localizada em Porto Alegre; eram, portanto, as mesmas, aplicadas em todo o Estado. O processo acontecia da seguinte forma: recebíamos os pacotes lacrados, com as provas referentes a cada turma, acompanhadas pela chave de correção; as provas deveriam ser abertas na presença de outra pessoa, que poderia ser, no caso do Grupo Escolar, a diretora ou alguém indicada por ela. A chave de correção vinha em outro pacote, que também seria aberto com a presença de outra pessoa.

Com relação a esse sistema de avaliação, alguns aspectos me vêm à memória: em 1962, eu lecionava na Escola Isolada Sgarbi; recebemos as provas; o tema da avaliação era o Circo, tanto o texto para interpretação, como toda a prova. Alunos do interior de Bom Jesus residiam no campo e conviviam com animais próprios da região; entender um texto que tratava de palhaços, elefantes, tigres e leões, assim como fazer uma redação relacionada ao circo, era totalmente fora de propósito. Essa questão, relacionada à descontextualização das avaliações e suas implicações nos resultados de desempenho dos alunos nessa época, tem sido tema de estudos nas pesquisas em História da Educação.

Outro aspecto que ficou retido pelo tempo tem relação com as vestimentas dos professores. No quesito roupa, lembro que não era permitido o uso de “slaque”, ou seja, calça comprida. Mesmo nos invernos rigorosos, como os de Bom Jesus, alunas e professoras só podiam usar vestidos. Lembro que uma diretora solicitou permissão a SE para usarmos “slaques” no período que fizesse frio. Foi autorizado o uso de calças compridas, desde que usássemos guarda-pó ou casacão compridos, tão somente durante o inverno. Essa autorização ajudou, mas, passado o tempo oficial de inverno, mesmo com dias muito frios, seguiu a proibição.

Lembro também que o relacionamento entre colegas era satisfatório, e o espírito de auxílio entre colegas era uma realidade.

O Grupo escolar Conde Afonso Celso servia merenda escolar somente para os alunos carentes; esta era de qualidade. Não lembro se era mantida pela escola ou se recebia-se algum tipo de auxílio ou verba especial do governo. No interior do município, as crianças levavam a merenda de casa; quem não levasse passava todo o período sem fazer lanche.

Trabalhei no “Conde” de 21 de maio de 1964 a 16 de abril 1968; pedi exoneração e, em 17 de abril de 1968, assumi na Escola Normal Estadual João XXIII de Bom Jesus. Embora gostasse do Grupo, me exonerei porque surgiu a possibilidade de trabalhar no Curso Normal, e preferia trabalhar com alunos maiores.

Pensando nesse processo de escrita, com lembranças e esquecimentos, posso afirmar que foi uma gostosa viagem no tempo.

Referências

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos. **Memórias recompondo tempos e espaços da educação** – Bom Jesus/RS (1913-1963). 2008. 386f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos; ALMEIDA, Doris Bittencourt (orgs.). **Colégios Elementares e Grupos Escolares no Rio Grande do Sul Memórias e cultura escolar: séculos XIX e XX**. São Leopoldo: Oikos, 2016.

8. LEMBRANÇAS DE BREVES PERCURSOS PELO GRUPO ESCOLAR RUI BARBOSA

Rosa Lydia Teixeira Corrêa

A lembrança é sobrevivência do passado. O passado, conservando-se no espírito de cada ser humano, aflora à consciência na forma de imagens-lembrança. [...]

(Ecléa Bosi, 1994, p. 53)

Introdução

Texto ora apresentado contém uma escrita de si, composta de dados de fragmentos autobiográficos de duas etapas diferenciadas da vida, a segunda infância e a adolescência. Como todas as etapas da vida, elas se inter-relacionam com características específicas variando de indivíduo para indivíduo, e possuem importância crucial para as etapas posteriores. Da infância, guardamos registros para a posteridade, às vezes conscientes ou não. O certo é que o que nela vivemos, nos torna parte do que somos.

Trata-se de uma escrita de si diferenciada por não advir de cartas, notas, diários⁷. A sua base de conteúdo é a memória – representações que permaneceram, ficaram retidas e certamente selecionadas como relevantes para serem trazidas à tona decorrido muito tempo. “A memória revê”. Ela impulsionará a narrativa a ser desenvolvida sobre o que denominei de lembranças de breves percursos por um grupo escolar. Percursos ocorridos em Belém, no estado do Pará,

7. Foucault (2002, p. 134-135) denominou de “os hypomnemata” os “livros de contabilidade, registros notariais, cadernos pessoais que serviram de agendas, [...] que constituem memória material, das coisas lidas, ouvidas ou pensadas”.

na década de 1960. Trata-se de um exercício de rememoração, da “sobrevivência” de “imagens”.

Nesse sentido, “[...] como imagens-lembranças pessoais que desenham todos os acontecimentos do passado, com seu entorno, sua cor e seu lugar no tempo [...]” (Ricoeur, 2007, p. 440), são as lembranças, sobrevivências do passado (Ricoeur, 2007; Bosi, 1994), que vêm à memória em forma de imagens-lembranças sobre aquela instituição e as experiências/vivências a ela vinculadas. Trata-se de uma escrita de si, da perspectiva do narrador, que conta sua própria experiência (Oliveira, 2015). Este exercício resulta em um movimento mnemônico circular, mas também lacunar de meditação, de buscas exigentes. Contém limitações, já que não admite a verdade, em decorrência do tempo que impõe distrações, lapsos. Não se trata da aceção de mentir, pois que se manifesta um “relato de boa fé”. Neste escrito, sou “autora, narradora, e, ao mesmo tempo, personagem” (Oliveira, 2015, p. 72).

Na primeira seção do texto, a escrita se dará ora na primeira pessoa do singular, ora na do plural, pois é impossível falar desta etapa no Grupo Escolar Rui Barbosa sem falar de minha irmã, Arlete, um ano e meio mais velha do que eu, e que foi companheira inseparável nessa etapa da vida, na qual adentrar a escola formal foi um desafio.

Importa dizer que esta narrativa não tem, jamais, a pretensão de ser uma releitura fiel de experiências vividas no passado, pois é impossível revivê-las como ocorreram efetivamente – exigência de compreensão para qualquer historiador, neste caso, também uma historiadora da educação que se lembra do passado. Bosi (1994), inspirada em Halbwachs, refere que:

Para este também se coloca a meta ideal de refazer, no discurso presente, acontecimentos pretéritos, o que, a rigor, exigiria se tirassem dos túmulos todos os que agiram ou testemunharam os fatos a serem evocados. Posto o limite fatal que o tempo impõe ao historiador, não lhe resta senão

reconstruir, no que lhe for possível, a fisionomia dos acontecimentos. Nesse esforço exerce um papel condicionante todo o conjunto de noções presentes que, involuntariamente, nos obriga a avaliar (logo a alterar) o conteúdo das memórias. (Bosi, 1994, p. 59, grifo no original)

O texto está organizado em duas seções que caracterizam duas etapas, nas quais vivenciei processos de escolarização no Grupo Escolar Rui Barbosa. A primeira, ocorreu no ano de 1963, quando de minha saída do campo para Belém, com minha irmã Arlete, para cursar o 1º ano do ensino primário. A segunda, em 1968, depois de deixar o colégio interno no interior da Ilha de Marajó⁸, quando de sua extinção no bojo do regime militar.

Do campo para a cidade e o ingresso no Grupo Escolar Rui Barbosa – 1963

Retomar aspectos do passado implica não somente distanciamento para olhá-lo “de longe”, mas para atribuir-lhe os contornos do “relato de boa fé” que o avanço do tempo pode comprometer e permitir situá-lo melhor.

É o momento de desempenhar a alta função da lembrança. Não porque as sensações se enfraquecem, mas porque o interesse se desloca, as reflexões seguem outra linha e se dobram sobre a quintessência do vivido. Cresce a nitidez e o número das imagens de outrora, e esta faculdade de relembrar exige um espírito desperto, a capacidade de não

8. O Internato Rural José Rodrigues Viana foi fundado nos fins dos anos de 1950 com o objetivo de formar mão de obra para o meio rural marajoara, e dirigido por freiras da congregação de Nossa Senhora das Graças. Fechou suas portas em 1967, durante o regime militar.

confundir a vida atual com a que passou, de reconhecer as lembranças e pô-las às imagens de agora. (Bosi, 1994, p. 81)

Com efeito, o meu deslocamento e de minha irmã Arlete do campo no interior da Ilha de Marajó, no município de Muaná, para a cidade de Belém, no início dos anos de 1960, não ocorreu como parte de um movimento campo/cidade em decorrência do processo urbano industrial, mas deu-se por iniciativa de nossa mãe, para quem escolarizar os filhos era fundamental. Meu pai e minha mãe permaneceram no campo⁹, onde ele trabalhava como feitor de fazenda, e onde não havia escola¹⁰. Tiveram dez filhos e todos foram por ela alfabetizados.

Quando ingressamos no Grupo Escolar Rui Barbosa, no ano de 1963, eu não havia completado 9 anos de idade e minha irmã tinha 10 anos – as aulas iniciaram em maio e eu completaria anos em junho. Ambas nos encontrávamos no que hoje podemos denominar de segunda infância¹¹. Também, estávamos em idade de iniciar a escolarização primária. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

9. Minha família, composta de meus pais e dez filhos, seis meninos e quatro meninas, residia em uma casa de fazenda, na qual meu pai era feitor – denominação então atribuída ao responsável pela administração de um conjunto de propriedades de uma família –, no interior do município de Muaná, na Ilha de Marajó.

10. Embora a LDB 4024/61, no artigo 32, indicasse que “os proprietários rurais que não pudessem manter para as crianças residentes em sua propriedade deveriam facilitar-lhes a frequência a escolas mais próximas ou propiciar a instalação de escolas públicas em suas propriedades” (Brasil, 1961, p. 147), essa determinação nunca foi cumprida pelo proprietário da fazenda na qual meu pai trabalhava.

11. Moreira (2011) situa quatro fases do desenvolvimento humano: a fase 1 inicia com a concepção, vida intrauterina, e se estende ao nascimento; a fase 2, primeira infância, se estende do nascimento aos dois anos de idade; a segunda infância, fase 3, compreende uma fase intermediária, dos três anos aos nove anos de idade; a fase 4, adolescência, dos dez aos vinte anos. As fases do desenvolvimento humano, descritas por Piaget, como aquelas consideradas clássicas, também são quatro: a primeira, denominada de sensório-motora, está situada entre o nascimento e os dois anos de idade; a segunda, pré-operacional, entre os dois e os sete anos de idade; a terceira, de operações concretas, dos sete aos doze anos; e a de operações formais, última e quarta fase, a partir dos doze anos.

4.024/61, então em vigor, instituía o ensino primário obrigatório em quatro séries anuais a partir dos 7 anos de idade (Brasil, 1961). Importa dizer que, de algum modo, mamãe sabia que, depois dos 7 anos de idade, ela deveria nos enviar para a escola. Consciente ou não, ela cumpria a exigência de obrigatoriedade escolar indicada nessa legislação. Por isso, apressava-se em alfabetizar-nos até os 7 anos. Quando nos considerava aptos para a leitura e escrita, rumava para onde houvesse uma escola e onde pudesse nos hospedar, para prosseguirmos nos estudos. Para ela, esta era uma condição para avançarmos rumo a um futuro melhor, diferente do que ela e meu pai tiveram.

O processo de ida do campo para a cidade consubstanciou-se em dois ritos de passagem: a entrada no meio urbano e na instituição escolar – duas rupturas demarcadas pelo enfrentamento a dois universos distintos e desconhecidos, o da cidade e o lugar de moradia. Era o contato com desconhecidos (durante o ano de 1963 residimos na casa de uma tia, com a qual não tínhamos vivência alguma) e o Grupo Escolar. Desses dois universos, vivemos experiências de socialização que, embora distintas, mantinham inter-relações. Nesse sentido, o tempo da infância livre, do subir em árvores e correr campo afora, cede lugar ao de responsabilidades impostas por outros mundos. A escola, e o que ela poderia oferecer para o futuro, se sobrepôs à infância, nas condições em que o acesso a ela foi propiciado. Contudo, dessa primeira experiência escolar, pouco está guardado na memória. Evidentemente, o prédio do Grupo Escolar Rui Barbosa, ilustrado na figura a seguir, está incluído nesse tanto:



Figura 1. Grupo Escolar Rui Barbosa

Fonte: Lobato (2014).

O Grupo Escolar Rui Barbosa, erigido até os dias atuais no bairro da cidade velha em Belém, à rua Joaquim Távora, recebeu essa denominação por meio do Decreto n.º 3.302, de 12 de agosto de 1918, no Governo de Lauro Sodré. Segundo Vianna (1987 apud Lobato, 2014), deu-se em homenagem à data comemorativa do jubileu literário desde Rui Barbosa¹².

Observa-se que o Grupo Escolar Rui Barbosa, embora tenha sido criado ainda na Primeira República, apresenta estilo arquitetônico diferenciado da maioria das instituições desse gênero edificadas nesse período, a citar, no Pará, a arquitetura do Grupo escolar Barão do Rio Branco, em semelhança aos estilos arquitetônicos da maioria das instituições construídas no início da Primeira República¹³. Lobato (2014, p. 244) descreve que

12. Esse Grupo escolar, inicialmente, funcionou em duas casas distintas. A primeira, na Rua denominada Siqueira Mendes e a segunda, na Rua Tomásia Perdigão, ambas no mesmo bairro. Foi inicialmente chamado de 1º Grupo Escolar, sendo o quarto criado na capital (Lobato, 2014).

13. Ver, nesse sentido, Lobato (2014).

O prédio tem dois pavimentos, as salas são amplas, o pé direito (do piso até o teto) é bastante alto, entre sete e oito metros de altura e as paredes com cerca de oitenta centímetros. A Fachada é simples, rígida e simétrica, ainda apresenta elementos da arquitetura eclética em sua fachada (platibanda) [...].

Para essa autora, a mudança de estilo arquitetônico incorporada ao Grupo Escolar Rui Barbosa ocorreu devido à crise da Borracha que o estado do Pará passou a enfrentar com a queda dos preços no mercado externo.

O nosso ingresso nesse Grupo Escolar se fez no ano letivo iniciado em março de 1963. Para essa instituição nos dirigíamos de segunda a sexta-feira, para as aulas que iniciavam às 7h30 e encerravam-se às 11h30. A entrada ocorria pontualmente às sete e meia, após o hasteamento da bandeira e o canto do hino nacional. Aliás, foi nessa escola que aprendi a cantar os hinos nacional e da bandeira.

Logo após o muro que pudemos ver na imagem acima, há um pátio de relativa largura em toda a extensão da fachada do prédio que, naquele tempo, era destinada a entrada e permanência das crianças em fileiras. Os(as) alunos(as) matriculados(as) nas primeiras séries organizavam-se em filas, próximo a entrada do prédio, em ordem crescente de séries, pois eram as primeiras a adentrar o mesmo. Estas séries ocupavam as salas de aula do andar térreo. Eram salas amplas e havia somente quatro nesse andar; as outras quatro ficavam no segundo andar, onde também estava a sala da direção. Essas salas, embora tivessem o pé direito alto, não tinham ventilação e luz adequadas, e a luz elétrica deveria permanecer acesa durante o período de aula.

Durante o ano de 1963, o grupo Escolar Rui Barbosa esteve sob a direção da professora Lucia Rodrigues Lobo, que raramente víamos. Circulava, porém, a representação de que poderíamos ser levadas/os à sua presença em caso de indisciplina, o que concorria para a existência de um certo “clima” de medo. No local da direção, que funcionava no andar superior, foi tirada a fotografia a seguir:

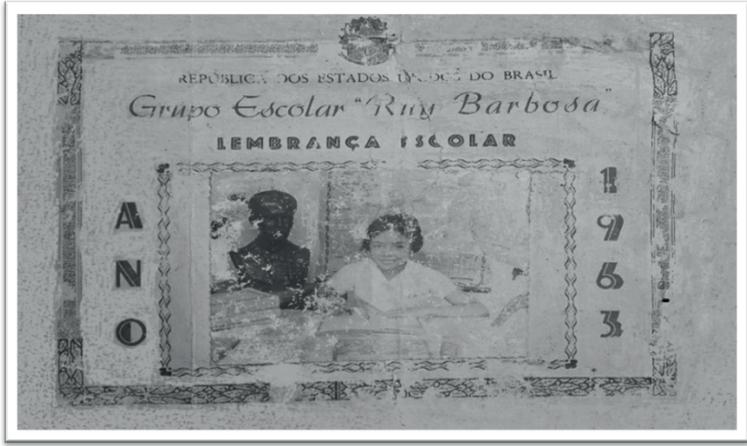


Figura 2. Lembrança do Grupo Escolar Rui Barbosa

Fonte: Acervo pessoal.

As atividades diárias em sala de aula tinham um ritmo bastante rotineiro, onde o silêncio deveria reinar – e reinava. A professora, cujo nome não recordo, era morena, de estatura média e cabelos pretos ondulados. Na maior parte do tempo, permanecia sentada na cadeira por detrás de sua mesa, que era relativamente grande, de madeira escura localizada à frente das carteiras, as quais comportavam duplas de crianças dispostas em fileiras. Éramos em trinta, aproximadamente. Processos interativos entre alunos e alunas ocorriam somente durante o recreio. Não recordo de haver proximidade relacional com a professora.

Tudo para nós se constituía em novidade. Estávamos inseridas num universo absolutamente estranho e novo propiciado pela própria “cotidianidade” da sala de aula, bem como o trajeto de casa à escola. Caminhávamos pelas ruelas da cidade velha, por assim dizer, ruas estreitas do bairro, onde a cidade iniciou e que guardam características dos tempos coloniais. O caminho era relativamente perto de onde morávamos, porém muito diferente de onde viemos, lugar onde quase não víamos pessoas estranhas, já que vivíamos no campo.

Importa abrir um parêntese para refletir sobre a memória e os estímulos que a ela impingimos. Na medida em que escrevo, me vêm à mente detalhes que antes julgava esquecidos. Um deles: os dias de provas eram especiais, de cuidado e, ao mesmo tempo, de apreensão. Retomávamos, nas aulas da semana anterior, as matérias, cujo aprendizado era requerido nas provas, e, em dias de avaliações, renunciávamos aos cadernos. Deveríamos portar apenas uma folha de papel almaço, que deveria ser enrolada com muito cuidado para que não amarrotasse. Era um dia que guardava certa solenidade e aflição: como seria o meu, ou o nosso, desempenho? Que nota tiraríamos?

O uniforme (blusa branca, saia pregueada azul marinho, meias brancas e sapatos pretos para as meninas, e camisa branca, calça azul marinho, meias brancas e sapatos pretos para os meninos) deveria estar impecável e jamais deveríamos chegar atrasadas/os. Vale dizer que o uniforme do Grupo Escolar Rui Barbosa era diferente do da maioria das instituições escolares que receberam essa denominação no início da República, o que pode ser constatado em ilustrações no trabalho de Souza (2008) sobre São Paulo, Lopes (2018) com o Grupo Escolar Barão do Rio do Branco em Belém, Lobato (2014), sobre o Grupo Escolar Barão do Rio Branco e Benjamin Constant, em Belém, e Castro (2008), em relação aos Grupos Escolares de Curitiba.

A lembrança de transitar por aquelas ruelas traz à toma a imagem de dois pequenos corpos se deslocando apressadamente rumo ao Grupo Escolar Rui Barbosa. Neste sentido, reporto-me a Bosi (1994), que, ao trazer reflexões sobre a memória a partir de Bergson, em relação a conservação do passado, refere a existência de duas memórias, a percepção pura¹⁴ e a memória. Esta se refere a “lembranças isoladas, singulares, que constituiriam autênticas ressurreições do passado” (p. 48), demarcando um caráter evocativo da memória.

14. Percepção pura, também denominada de memória hábito, se refere aos “esquemas repetitivos desenvolvidos na vida cotidiana” (Bosi, 1994, p. 48-51).

Assim, entendo essa primeira passagem pelo Grupo Escolar Rui Barbosa como efêmera, devido ao seu caráter passageiro, do mesmo modo que a segunda fase, que procurarei descrever no item a seguir.

De volta ao Grupo Escolar Rui Barbosa – 1968

Ao adentrar neste item, considero importante trazer um oportuno trecho de Bourdieu (2006, p. 184), que ajuda a situar,

[...] que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário.

Com efeito, decorridos cinco anos da primeira inserção nessa instituição escolar, voltei a integrá-la, desta feita sem a presença minha irmã Arlete¹⁵. Depois de havermos estado durante quatro anos (1964/1967) no Internato Rural José Rodrigues Viana, por ter cessado o seu funcionamento, e ante o imperativo de prosseguir nos estudos, retornei à residência de minha tia, em Belém, no início do ano de 1968 – ano difícil para o Brasil, data do AI 5 e outras medidas do Estado de exceção, sobre o que só me dei conta muito tempo depois.

Estava com 14 anos, adolescente, recém-saída do colégio interno, pouco ou nada sabia sobre o que se passara e passava no país. Na casa onde residia não havia televisão, já que, na época, eram poucos os lares que tinham um aparelho televisor. Porém, em algumas oportunidades, assistia pela janela da casa vizinha alguma programação. Não recordo

15. Ela retornou ao grupo escolar Rui Barbosa no ano de 1972, para a conclusão do ensino primário.

de haver nesse veículo de comunicação divulgação sobre acontecimentos de natureza política e social de amplitude, como passeatas, por exemplo. Pude acompanhar aspectos de organização estudantil, pois dois filhos de um casal vizinho ora e outra conversavam sobre onde haveria encontro com colegas sem que muitas pessoas soubessem. Os encontros se davam à noite. Certamente eram encontros de resistência.

O Grupo Escolar Rui Barbosa permanecia em meio ao casario do período colonial, e dele se diferenciava e diferencia. Não houve mudança na sua estrutura, nem em sua cor, que permanecia neutra. As sombrias salas de aula lá estavam. Agora, as carteiras eram individuais. O uniforme era o mesmo. A vida escolar se resumia em adentrar o portão e aguardar em filas o horário de acesso à sala de aula. A monotonia era quebrada pelo horário da merenda – que deveríamos levar de casa.

Esta fase no grupo escolar Rui Barbosa foi diferente da anterior. As aulas ocorriam pela manhã. Eu cursava o 4º ano do ensino primário e, concomitantemente, me preparava para o exame de admissão ao ginásio, frequentando, à tarde, as aulas da professora Alda, mulher austera e rigorosa. Gostei desta experiência, ainda que a austeridade da professora me provocasse medo. Com essa professora, aprendi as preposições cantando! Meu desempenho no Grupo Escolar Rui Barbosa, naquele ano, ficou comprometido, não sendo dos melhores – embora tenha obtido aprovação, foi por meio de exame final.

No Grupo Escolar, a rotina de aulas também era exigente em se tratando de uma série mais avançada. A organização da sala de aula era mista, porém meninos ficavam de um lado e meninas, de outro. Era um lugar de estudo efetivo. Não havia espaço para conversas e, tampouco, diálogo com a professora, razão pela qual, me parece, nenhum sentido ela fez para mim, além das formalidades do ensino. Bosi (1994) refere que quando lembramos, não revivemos, mas refazemos, reconstruímos ou reelaboramos experiências do passado que tiveram significado para nós.

Da professora do 4º ano, recordo pouco. Não era rígida, mas também não era “boazinha”. Ministrava todas as disciplinas: português, matemática, história, geografia. Em português, leitura e escrita eram fundamentais. Na escrita, atenção especial era dada para o uso correto dos verbos e seus diferentes tempos e para a pronúncia das palavras, na leitura em voz alta. Ainda, fazíamos ditados, a partir de textos extensos cujas grafias das palavras eram mais complexas. A prática de exercícios de descrição, a partir de gravuras trazidas pela professora, era prazerosa, pois requeria atenção e detalhamento sobre a ilustração a ser descrita. O livro de leitura *Infância Brasileira* foi uma espécie de guia no decorrer de toda a minha escolarização primária.

Em matemática, fazíamos exercícios contendo resolução de problemas, divisão e multiplicação. Éramos desafiados(as), principalmente quando chamados(as) a resolver problemas no quadro. Os nervos aflojavam. Em História, a do Brasil foi a mais estudada nessa série. Porém, a história dos grandes feitos. Dos estudos de geografia, ficaram muitos ensinamentos, ou, como dizemos hoje, muitos saberes: de exercícios com mapas, só para citar alguns, estão a compreensão de diferenciação entre mapa físico e político, relevos, planícies, as cinco regiões e suas extensões, tipos de solo, a hidrografia, por exemplo.

Havia, se assim se pode dizer, um ritmo escolar padronizado. Tudo muito igual todos os dias. Não recordo de ter presenciado algum tumulto quer em sala de aula ou fora dela. Nesta etapa, éramos os alunos e alunas mais adiantados(as) da escola, o que nos atribuía certo *status*, pois estávamos prestes a ingressar em outra etapa, em outra escola. Realizaríamos o exame de admissão para o ginásio, que despertava temor.

A rigidez nos dias de provas permanecia. Como referi anteriormente, as datas dedicadas para esse fim tinham outro sentido. A austeridade se fazia maior. Não havia tempo a perder e deveríamos ser mais que pontuais. Todo cuidado era pouco. A folha de papel almaço enrolada era o único material a ser levado, como na 1ª série, agora com a caneta esferográfica. A sensação que tenho é a

de que os dias de avaliação eram os mais solitários no processo de escolarização primária. Nos dias de aula “regulares”, não havia o compromisso em demonstrar o que aprendêramos.

Nesta etapa, as lembranças ficam tênues, certamente por encontrar-me na adolescência e a rotina cotidiana se circunscrever às demandas escolares e à necessidade de conciliar dois tempos de estudos diferentes, mas também o que a própria fase da vida impunha considerar como significativo ou não. Este exercício de volta a um passado remoto impõe a ideia de que a

preferência pela memória “certa” é a convicção de não termos outro recurso senão a respeito da referência ao passado, senão a própria memória. [...] ela é o único recurso para significar o caráter passado daquilo que declaramos nos lembrar. (Ricoeur, 2007, p. 40)

Desse modo, seguirei me valendo dela, dos fragmentos que vêm à tona para referir sobre festas escolares – as festas juninas e o Sete de Setembro mobilizavam a escola e o alunado. Eram as mais significativas. Na primeira, realizada no interior da escola, no pátio na frente do prédio, havia quadrilhas e todas as turmas participavam dessas danças. Para isso, treinávamos durante o mês de maio. A área ficava coberta de bandeirinhas. O Sete de Setembro era comemorado com o canto do hino nacional e hasteamento da bandeira, seguido de desfile dos(as) alunos(as) pelo bairro da cidade velha, o que ocorria também na primeira fase, no ano de 1963.

Por fim, resta dizer que em nenhuma das duas fases nas quais estudei no Grupo Escolar Rui Barbosa me senti apropriada da escola. Jamais conheci todos os seus espaços. A circulação esteve restrita ao espaço de entrada, da sala de aula e sanitários.

Considerações finais

A finalidade desse texto foi realizar uma escrita na qual fossem registradas lembranças de passagens pelo Grupo Escolar Rui Barbosa, em Belém, capital do estado do Pará, no início dos anos de 1960. Penso que o propósito foi, minimamente, contemplado.

Voltar ao passado, lembrar, é um exercício exigente e carregado de mediações – muitas delas de caráter subjetivo que, sem sombra de dúvida, decorrem, sobretudo, de condições objetivas. Daí a compreensão de que um trabalho dessa natureza implica em seleção arbitrária e consciente. Há conveniências sobre o que deve ser dito e não dito. Por isso, Bourdieu (2006, p. 185) foi feliz em dizer, em outras palavras, que produzir uma história de vida (neste caso, aspectos de uma história de vida), e entendê-la como “um relato coerente de uma sequência lógica de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica”, o que se deve, muitas vezes, ao caráter seletivo da memória.

Minha mãe foi personagem fundamental no acesso de seus dez filhos aos diferentes processos de escolarização desde a escola primária. Ela foi responsável pelos nossos processos de alfabetização, o que foi feito em volta da grande mesa todas as manhãs, na casa grande onde morávamos, de segunda a sexta-feira, assim que íamos nos aproximando dos 7 anos de idade. Para ela, a escola seria, e como foi, fundamental para nos propiciar condições diferenciadas daquelas que ela e meu pai haviam tido até então. Embora ela tivesse cursado apenas o 2º ano primário e ele o 5º, atribuíram à instituição escolar, o poder de garantir aos seus filhos um futuro melhor. Para tanto, realizaram permanentes deslocamentos do campo para a cidade, desde os fins dos anos de 1950, com os irmãos que me antecederam, em direção a uma cidade onde houvesse escola.

A inserção nos meios urbanos, na maioria das vezes para conviver com pessoas estranhas à nossa família, não foi uma experiência

fácil. Em grande parte, a infância ficou comprometida, pois que suprimida por afazeres diferentes daqueles que a idade deveria propiciar e, muitas vezes, comprometendo o próprio estudo. Por isso, o processo de entrada e permanência no Grupo Escolar Rui Barbosa foi interrompido por quatro longos anos, e continuado no Internato Rural José Rodrigues Viana, no interior da Ilha de Marajó, no município de Cachoeira do Arari, no Pará. Desta experiência, tenho, contraditoriamente, por ser um internato, muito boas recordações, cuja referência foge ao escopo deste trabalho.

Assim, neste exercício de lembrar, fui me dando conta de que o significado, o sentido, é imprescindível para guardarmos ou não lembranças na memória. Há apagamentos daquilo que nos causou sofrimentos, que nos suprimiu o afeto e atenção. Talvez, por isso, também, não tenham ficado sequer os nomes das professoras do Grupo Escolar. Do internato, recordo da amável professora Helena, não menos rigorosa do que a professora Alda.

Por fim, as lembranças-imagens são representações construídas que, em decorrência dos seus significados e do tempo, permaneceram e foram trazidas à tona sem que emoções se fizessem sentir.

Referências

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão Biográfica. *In*: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. Lei nº. 4024/61. **LDB n. 9394/96**. Leis e Decretos Federais. Edição atualizada até março de 2008. Secretaria de Estado de Educação, Conselho Estadual de Educação, Curitiba, 2008.

CASTRO, Elizabeth Amorin de. **Grupos Escolares em Curitiba na primeira metade do século XX**. Curitiba: Edição do Autor, 2008.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Lisboa: Vega, 2002.

LOBATO, Ana Maria Leite. “**Templos de Civilização**” no Pará: a institucionalização dos Grupos Escolares (1890-1910). 2014. 307f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

LOPES, Mário Allan da Silva. **Vitrine da República**: a educação de crianças no 5º Grupo Escolar “Barão do Rio Branco” em Belém-PA (1900-1912). 2018. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém.

MOREIRA, Lília Maria de Azevedo. Desenvolvimento e crescimento humano: da concepção à puberdade. *In*: MOREIRA, Lília Maria de Azevedo. **Algumas abordagens da educação sexual na deficiência intelectual** [online]. 3. ed. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 113-123. (Bahia de todos collection). Disponível em: <https://bit.ly/3SxouCK>. Acesso em: 30 jun. 2023.

OLIVEIRA, Bruno Lima. A Escrita de Si: genealogia. **RevL** – Revista Virtual de Letras, v. 07, n. 1, 2015.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François [*et al.*]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

POSFÁCIO

REMEMORAÇÃO E OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA: DESAFIOS NA
CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS DO PASSADO SOBRE OS GRUPOS
ESCOLARES

O convite para navegar pelo mar das lembranças inicia com o embarque nas memórias em que o tempo insiste em ocultar. Abrir o álbum da vida e revelar, por meio de suas páginas repletas de saudade, as histórias habitadas é uma tarefa complexa e desafiadora. Esta obra, brilhantemente organizada pelo historiador da Educação José Edimar de Souza, coloca em evidência essas memórias, tomando como eixo organizador a narrativa de um conjunto de pesquisadores do campo da História da Educação que compartilham suas vivências como estudantes ou professores em distintas épocas e Grupos Escolares.

Intitulada *Os Grupos Escolares: memórias, trajetórias e culturas*, a coletânea revela como essa tipologia de escolarização, que remonta, no Brasil, ao final do século XIX e início do século XX, foi se constituindo como um dos principais mecanismos institucional da Educação nacional. Pois, certamente, a criação dos Grupos Escolares representou uma mudança significativa no cenário educacional brasileiro. Foi, por meio da centralização do Ensino Primário, que o governo federal passou a ter maior controle sobre o currículo escolar, uniformizando o ensino em todo o país. Decorre, então, que essa uniformização contribuiu não somente para a formação de uma identidade nacional, como também para a disseminação de valores cívicos e morais.

Logo, rememorar as trajetórias enquanto sujeitos escolares pertencentes a esses Grupos é buscar nos momentos vividos – como se fossem agora – os modos subjetivos de dizer e ver a Escola de um outro tempo, portanto de narrar o passado. É, sobretudo, reencenar as risadas e os sorrisos compartilhados nos recreios, as palavras sussurradas e os segredos guardados entre os colegas, as lágrimas e as

dores dos momentos mais sensíveis, as imagens da arquitetura da escola, que naquele momento parecia grandiosa, relembrando a própria infância e a interação com o respeitoso mundo adulto dos professores.

Ao revisitar os processos de escolarização e a atuação profissional nesses Grupos Escolares, realizamos uma operação historiográfica (Certeau, 1982), na medida em que, subsidiados por métodos, teorias, abordagens e fontes, buscamos tecer uma narrativa histórica. Ao procurarmos entender o passado e transmitir essa compreensão, a partir da pesquisa em arquivos, da seleção e crítica de fontes, da análise e interpretação de dados e, singularmente, da narrativa memorialística, estamos contextualizando uma série de acontecimentos. Nesse sentido, é que podemos perceber os Grupos Escolares como sendo instituições historicamente constituídas, em meio a processos de profundas transformações políticas, sociais e econômicas no Brasil, onde a Educação assumiu um papel prioritário na agenda das elites intelectuais e políticas. A criação dos Grupos Escolares representou uma das medidas adotadas para modernizar e centralizar o sistema educacional.

Inspirado no modelo francês, os grupos escolares eram instituições de ensino de nível Primário que abrigavam diversos níveis de ensino em um só lugar, da Pré-Escola ao Curso Complementar. As memórias compartilhadas por vários colaboradores desta obra evidenciam o quanto essas instituições foram implementadas como um modelo-padrão de escola, com forte ênfase em métodos pedagógicos, na formação de professores e na adequação da infraestrutura. Seus prédios eram construídos de maneira quase padronizada, visando criar salas amplas, laboratórios, bibliotecas e áreas de recreação, proporcionando um ambiente propício para o aprendizado.

Todavia, é importante destacar, como apontado por Rosa Souza-Chaloba (2019, p. 12), que na medida em que

novos estudos foram produzidos sobre a história dos grupos escolares em diferentes Estados brasileiros, ficou

evidente a diferenciação regional no processo de institucionalização desse tipo de escola.

Sem dúvidas, essa tem sido uma constante preocupação nos trabalhos de José Edimar de Souza. Arduamente o autor tem buscado compreender como as modalidades de oferta de Ensino Primário, “os modos de organização das escolas isoladas, dos colégios elementares, dos grupos escolares ou das escolas reunidas e complementares” e suas respectivas “formas de permanência e descontinuidade, no Rio Grande do Sul, ainda representam um campo a ser coberto pelos estudos acadêmicos” (Souza, 2020, p. 18). Precisamente isso que a coletânea nos oferece: uma oportunidade de entender a singularidade do contexto do estado do Rio Grande do Sul ao estabelecer diálogo com experiências de outras regiões do país.

Essas singularidades se manifestam tanto nas descrições reminiscentes da infância durante o processo de escolarização – primeiro eixo da obra, intitulado *Memórias dos tempos de estudante* –, quanto na narrativa em relação à atuação profissional – segundo eixo, *Memórias em torno das trajetórias e práticas docentes*.

No primeiro eixo, os autores compartilham suas experiências mais marcantes, demonstrando que as memórias dessa época estão repletas de momentos divertidos, desafios superados e aprendizados que continuam a nos acompanhar até hoje. Recordam os primeiros dias de aula, quando entravam timidamente na sala de aula, cheios de curiosidade e anseios, misturando medo do novo com o desejo de fazer amigos. Pouco a pouco, os rostos desconhecidos se tornavam familiares, e as amizades começavam a se formar. As narrativas e imagens fornecidas pelos autores revelam os olhos brilhantes que ansiavam por aprender a ler e escrever, ávidos para que as letras ganhassem vida e criassem novos mundos. A escola era, naturalmente, um lugar de brincadeiras e diversão. O recreio era esperado com ansiedade, pois era onde, além de correr e pular, criavam-se jogos, histórias e sonhos compartilhados.

Nessas recordações, os professores se tornavam verdadeiros guias, abrindo caminhos para o conhecimento, estimulando a criatividade

e incentivando a ir sempre além. É nesse sentido que o segundo eixo operacionaliza os discursos que colocam os Grupos Escolares como responsáveis por implementar diferentes técnicas de ensino, utilizando novas abordagens pedagógicas. Assim, o docente exerceu significativa responsabilidade no processo educativo nesses Grupos Escolares, assumindo diversas funções postas pelos métodos pedagógicos adotados.

Apesar das críticas e limitações que surgiram ao longo do tempo, os Grupos Escolares tiveram um papel expressivo na história da Educação do Rio Grande do Sul, contribuindo para a ampliação do acesso à escolarização e para a construção de uma base curricular mais sólida do Ensino Primário gaúcho.

Hoje em dia, os Grupos Escolares não existem mais como estrutura específica, mas sua herança pode ser percebida em escolas criadas com base nesse modelo, que ainda mantêm suas características arquitetônicas originais.

Por fim, a leitura da obra nos lembra que, embora o tempo continue seu curso inexorável, as memórias permanecem vivas dentro de nós, ressurgindo para nos mostrar o quanto a vida é uma lembrança individual de um pertencimento social (Halbwachs, 2006). Mesmo com o passar do tempo, essas memórias continuam a ressurgir, ensinando-nos a valorizar cada etapa da vida. A escolarização na infância e o exercício da docência são jornadas mágicas e transformadoras que nos levam a descobrir o mundo e, principalmente, a nós mesmos.

Pelotas, RS, setembro de 2023.

Prof. Dr. Fernando Ripe¹⁶

Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

16. Graduado em Matemática e História, mestre e doutor em Educação. Professor da Faculdade de Educação (FaE) e dos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e Educação Matemática (PPGEMAT) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Integrante dos Grupos de Pesquisa: Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (Ceihe-UFPel) e Cultura e Educação nos Impérios Ibéricos (CEIbero/UFMG). E-mail: fernandoripe@yahoo.com.br

Referências

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

SOUZA, José Edimar. Um modo de compor as formaas do ensino primário no Rio Grande do Sul: percursos de um processo. *In*: SOUZA, José Edimar (org.). **Escola no Rio Grande do Sul (1889-1950)**: ensino, cultura e práticas escolares. Caxias do Sul: Educ, 2020, p. 16-53.

SOUZA-CHALOPA, Rosa Fátima de. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a historiografia da educação brasileira: reflexões para debate. **Revista Brasileira de História da Educação**, Sociedade Brasileira de História da Educação, v. 19, p. 1-24, 2019. DOI: <https://bitly/489E6Ru>. Acesso em: 30 ago. 2023.

SOBRE OS AUTORES

Carlos José de Azevedo Machado: Doutorando em Educação na Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural pela mesma instituição. Especialista em Lógica e Filosofia da Ciência pela (UCPel). Licenciado em Filosofia pela UFPel. Professor de Filosofia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRS), Campus Bento Gonçalves. Membro do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (Ceihe-UFPel) e do Grupo de Pesquisa Turismo, Fronteira e Desenvolvimento da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). É integrante do Núcleo de Integração do Ensino, Pesquisa e Extensão (Niepech) e do Núcleo de Memória do IFRS/Campus Bento Gonçalves. E-mail: cjmaninho@gmail.com

Giana Lange do Amaral: Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com estágio pós-doutoral pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e pela Universidade de Lisboa (UL). Mestre em Educação pela UFPel. Graduada em Estudos Sociais e História. Foi professora em escolas públicas e privadas de Pelotas de 1986 a 2002. É professora titular na Faculdade de Educação da UFPel, onde também é docente do Programa de Pós-Graduação em Educação. Líder do grupo junto ao CNPq “Centro de Estudos e Investigações em História da Educação” (Ceihe) e bolsista produtividade PQ2/CNPq. E-mail: gianalangedoamaral@gmail.com

Luciane Sgarbi S. Grazziotin: Doutora em Educação, com ênfase em História da Educação pela PUCRS. Presidenta da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação (AS-PHE) – 2022-2024. Líder do grupo de pesquisa Educação no Brasil:

memória, instituições e cultura escolar (Ebramic-CNPq), participa do grupo Arquivos Pessoais, Patrimônio e Educação. Atualmente é professora e pesquisadora na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Educação da Escola de Humanidades da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). E-mail: lsgarbi@unisinos.br

Lucila Guedes de Oliveira: Doutoranda e mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Graduada em Licenciatura Plena em Educação Artística. Professora de Arte da Rede Municipal de Ensino (RME) de Farroupilha e Caxias do Sul. E-mail: lgolivei@ucs.br

Lucila Maria Sgarbi Santos: Pós-Graduada em Métodos e Técnicas de Ensino pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da PUCRS. Licenciada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia de Passo Fundo/RS. Foi organizadora, coordenadora e servidora do Museu, Arquivo e Biblioteca pública de Bom Jesus de 1990 a 2020. Professora aposentada do Magistério Público Estadual em 1986. Professora municipal concursada pelo Município de Bom Jesus de 1992 a 2020. E-mail: artfacas@terra.com.br

Maria Teresa Santos Cunha: Doutora em Educação/História e Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduada em História pela mesma instituição. Professora Titular do Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), e docente dos programas de pós-graduação em Educação e História da Udesc. Bolsista Produtividade em Pesquisa CNPq, Nível 1-D. Sócia emérita do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHG/SC) e sócia-fundadora da Sociedade Brasileira de História da Educação. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Cultural e História do Tempo Presente, atu-

ando nas seguintes áreas: História Cultural, História da Leitura e da Cultura Escrita, História da Educação, Memória, Acervos Pessoais, Patrimônio Cultural. E-mail: mariatsc@gmail.com

Rosa Lydia Teixeira Corrêa: Doutora em História Econômica pela USP, com pós-doutorado em História da Educação pela Universidade de Salamanca/Espanha. Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Educação (mestrado e doutorado) da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Líder do Grupo de Pesquisa Instituições Escolares no Brasil. Coordenadora do Grupo de Trabalho de História da Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), período 2022/2023. Realiza estudos sobre ideário educativo, saberes e formação de professores no Brasil; cultura material escolar, história da escola primária no Brasil e livros escolares, mulheres e educação e municípios. E-mail: rosa.correa@pucpr.br

Zita Rosane Possamai: Doutora em História pela UFRGS. Docente titular do Programa de Pós-Graduação em Educação e Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, ambos da UFRGS. E-mail: zitapossamai@gmail.com

Título	Os grupos escolares: memórias, trajetórias e culturas
Organizador	José Edimar de Souza
Assistência Editorial	Andressa Marques Taís Rodrigues
Capa	Vinicius Torquato
Projeto Gráfico	Thainá Manzatto
Preparação e Revisão	Andressa Marques
Formato	14x21
Número de Páginas	148
Tipografia	Adobe Garamond Pro
Papel	Alta Alvura Alcalino 75g/m ²
1ª Edição	Dezembro de 2023

Caro Leitor,
Esperamos que esta obra tenha
correspondido às suas expectativas.

Compartilhe conosco suas dúvidas e sugestões:

sac@editorialpaco.com.br

 11 98599-3876

Publique sua obra pela Paco Editorial

EDIÇÃO DE QUALIDADE, DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO NACIONAL



Teses e dissertações

Trabalhos relevantes que representam contribuições significativas para suas áreas temáticas.



Grupos de estudo

Resultados de estudos e discussões de grupos de pesquisas de todas as áreas temáticas.



Capítulo de livro

Livros organizados pela editora dos quais o pesquisador participa com a publicação de capítulos.



Técnicos e Profissionais

Livros para dar suporte à atuação de profissionais das mais diversas áreas.

Envie seu conteúdo para avaliação:

livros@pacoeditorial.com.br

11 4521-6315

 11 95394-0872

www.editorialpaco.com.br/publique-na-paco/

Todo mês novas chamadas são abertas:

www.editorialpaco.com.br/capitulo-de-livros/

Conheça outros títulos em
www.pacolivros.com.br

PACO  EDITORIAL

Av. Carlos Salles Block, 658
Ed. Altos do Anhangabaú – 2º Andar, Sala 21
Anhangabaú - Jundiaí-SP - 13208-100